

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - UNINOVE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**A MULHER PRESA, SONHOS E FRUSTRAÇÕES: A ESCOLA NO SISTEMA  
CARCERÁRIO.**

MARIA JÚLIA SILVA DE OLIVEIRA

**SÃO PAULO**

**2010**

**MARIA JÚLIA SILVA DE OLIVEIRA**

**A MULHER PRESA, SONHOS E FRUSTRAÇÕES: A ESCOLA NO SISTEMA  
CARCERÁRIO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Nove de Julho-UNINOVE para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Teoria do Trabalho Docente e do Educador Social – LIPHIS

Orientador: Prof. Dr. Paolo Nosella.

**SÃO PAULO**

**2010**

## FICHA CATALOGRAFICA

*Oliveira, Maria Júlia Silva de.*

*A mulher presa, sonhos e frustrações : a escola no sistema carcerário .  
/ Maria Júlia Silva de Oliveira. 2010.*

*151 f.*

*Dissertação (mestrado) – Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2010.*

*Orientador (a): Prof. Dr. Paolo Nosella*

*1. Educação carcerária. 2. Educação e trabalho. 3. Inserção social.*

**CDU 37**

**A MULHER PRESA, SONHOS E FRUSTRAÇÕES: A ESCOLA NO SISTEMA  
CARCERÁRIO.**

**POR**

**MARIA JÚLIA SILVA DE OLIVEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - P.P.G.E. - da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, pela Banca Examinadora, formada por:

---

Presidente: Prof. Paolo Nosella, Dr. – Orientador, UNINOVE

---

Membro: Prof<sup>a</sup> Ester Buffa, Dra. – UNINOVE

---

Membro: Prof. João Virgílio Tagliavini, Dr. - UFSCAR

São Paulo, 24 de Setembro de 2010

Aos meus pais Antonio Inácio de Oliveira (em memória) e Maria Silva de Oliveira e aos meus filhos Alexandre e Juliana.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus.

As ex-alunas das Escolas do Sistema Carcerário.

Aos Professores, Contratados e Voluntários, e às alunas Monitoras que trabalham nas Escolas do Sistema Carcerário.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), especialmente, Alessandro, Lídia Juliana, Márcia Nathalia, Rubem, Thaty, Sandra e Valéria pela solidariedade e a atenção.

Aos professores Doutores do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), pelo acompanhamento e orientação, particularmente, à Professora Cleide Almeida.

As minhas amigas Dilma Rodrigues, Eunice Yoshiko Yokota, Ladecir Donatoni, e a Dalva Chiappin pela parceria e sugestões na Graduação. Ao Vanderlei por procurar compreender sempre as minhas limitações.

E, especialmente a Maria Angélica Mayrink Rubim pelo apoio, participação, compreensão, companheirismo, dedicação pessoa sempre presente nos bons e nos maus momentos de minha vida, e ainda, ao Mario Marchiori meu filho do coração.

**EM ESPECIAL, AO MEU ORIENTADOR, PROF. DR. PAOLO NOSELLA PELA  
CONFIANÇA E APOIO.**

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a mulher egressa do Sistema Carcerário, especificamente, aquelas que estudaram nas escolas da Penitenciária Feminina da Capital (PFC) e na Penitenciária Feminina do Butantã-PFB (regime semi-aberto). Tem como objetivo básico verificar a importância da educação formal e não-formal na Escola no Sistema Carcerário para mulheres, também, como os resultados alcançados por elas mediaram a inserção social, a interação com o mundo do trabalho e a evolução dos aspectos relativos à conquista da cidadania após o Cárcere. Noutras palavras, analisar como estas ex-alunas se apropriaram dos conhecimentos viabilizados pela educação enquanto elas estiveram naquele ambiente de adversidades. Os resultados alcançados permitem afirmar que a educação formal assim como a não-formal são suportes imprescindíveis na elevação da auto estima, na inserção social e profissional das pessoas que estão, ou estiveram sob privação de liberdade; por esta razão, merecedoras de mais atenção e esforços por parte do Estado, no sentido de gerir políticas públicas mais satisfatórias que permitam maior interação entre a comunidade encarcerada, gestores das unidades prisionais, professores, escola e a sociedade.

**Palavras-Chave:** Educação Carcerária; Educação e Trabalho; Inserção Social.

## ABSTRACT

This work have as object of study women inserted in the Penitentiary System, specifically those whom have studied at *Penitenciária Feminina da Capital* (Capital Female Penitentiary) schools and *Penitenciária Feminina do Butantã* (Butantã Female Penitentiary, semi-open prison). The basic objective is to verify the importance of formal and non-formal education of the Penitentiary System School for women, also, as results achieved by them show, measured social inclusion, interaction with the world of regular work and the evolution of relative aspects to recover citizenship post detention. In other words, analyze how these ex-students conquered the knowledge made available by education while in a troublesome environment. The results achieved allow us to affirm that formal Education, just like the non-formal, is a irreplaceble pillar on raising self-esteem, social and professional inclusion of those people that are, or were, prived of liberty, by this argument, earner of greater visibility and effort by the State to make available more acceptable public policies, allowing further interaction among the incarcerated community, managers of detention centers, teachers, school and society.

**Keywords:** Prison education, Education and work and Social Inclusion.



## LISTA DE ABREVIATURAS

CDI	Centro de Democratização de Informática
CESU	Centro de Exames Supletivos
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
DACAR	Departamento de Assuntos Carcerários
DENARC	Departamento de Investigação sobre Narcóticos
DOI CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
ECCEJA	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FUNAP	Fundação Professor Dr. Manuel Pedro Pimentel
GIR	Grupo de Intervenção Rápida
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LEP	Lei de Execução Penal
LIPHIS	Linha de Pesquisa de História e Teoria do Trabalho Docente e do Educador Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONGS	Organizações não Governamentais
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais

PFB	Penitenciária Feminina do Butantã
PFC	Penitenciária Feminina da Capital
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNINOVE	Universidade Nove de Julho

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	06
<b>ABSTRACT</b> .....	07
<b>LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS</b> .....	08
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>13</b>
1. A MINHA ORIGEM, MINHA FAMÍLIA.....	13
2. AS DIFICULDADES NA ADOLESCÊNCIA.....	14
2.1. O desafio de morar sozinha e o primeiro trabalho remunerado.....	15
3. CASAMENTO, MATERNIDADE E VIUVEZ: ESCOLHAS.....	17
4. A MATURIDADE E O INGRESSO NO STRICTO SENSU DA UNINOVE.....	18
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
1. O TEMA.....	20
2. RELEVÂNCIA.....	22
3. HIPÓTESE.....	22
4. OBJETIVOS.....	23
5. REFERENCIAL TEÓRICO, PROCESSO E PROCEDIMENTOS.....	23
<b>CAPÍTULO I – A PENITENCIÁRIA</b> .....	<b>25</b>
1. ORIGEM.....	25
2. A EDUCAÇÃO NA PENITENCIÁRIA .....	30
3. FUNAP-EDUCAÇÃO E TRABAHO.....	35
3.1. Educação no Sistema Penitenciário no Estado de São Paulo.....	36
3.2. Matrículas nas Penitenciárias Pesquisadas PFC e PFB.....	36
3.3. Profissionais em sala de aula-setembro/2009.....	39
4. O TRABALHO NA PENITENCIÁRIA.....	39
4.1. Penitenciária Feminina da Capital-PFC - setembro/2009.....	40
4.2. Penitenciária Feminina do Butantã-PFB - setembro/2009.....	40
<b>CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO FORMAL E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL</b> .....	<b>44</b>

1. A EDUCAÇÃO FORMAL E O ASSOCIATIVISMO COM A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL.....	44
2. TRABALHO INTELECTUAL X TRABALHO MANUAL.....	52
<b>CAPÍTULO III – ANÁLISES DOS DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS.....</b>	<b>55</b>
<b>PARTE A: ANÁLISES DOS DEPOIMENTOS DAS EX-ALUNAS EGRESSAS DO SISTEMA CARCERÁRIO.....</b>	<b>55</b>
1. A FAMÍLIA.....	56
2. A VIDA ECONÔMICA.....	57
3. A MOTIVAÇÃO PARA O CRIME.....	57
4. O ARREPENDIMENTO.....	58
5. A ESCOLA.....	59
6. INSERÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL.....	61
<b>PARTE B: ANÁLISES DAS ENTREVISTAS REALIZADAS.....</b>	<b>63</b>
1. ENTREVISTAS REALIZADAS COM SEIS EX-ALUNAS EGRESSAS DO SISTEMA CARCERÁRIO.....	63
2. ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES QUE TRABALHAM NAS ESCOLAS DO SISTEMA CARCERÁRIO (PFC, PFB).....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICES - AS FONTES VIVAS.....</b>	<b>84</b>
APÊNDICE 1 - DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS REALIZADAS COM AS EX-ALUNAS EGRESSAS DO SISTEMA CARCERÁRIO.....	84
APÊNDICE 2 - ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES QUE TRABALHA NAS ESCOLAS DO SISTEMA CARCERÁRIO (PFC, PFB).....	119
<b>ANEXOS.....</b>	<b>137</b>
1. SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO JUNTO A FUNAP PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	137

2. ROTEIRO PADRÃO DE APRESENTAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM AS EX-ALUNAS EGRESSAS E COM OS PROFESSORES DAS ESCOLAS DO SISTEMA CARCVERÁRIO (PCF, PFB).....	139
3. ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS COM AS EX-ALUNAS EGRESSAS.....	140
4. ROTEIRO DE ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PROFESSORES.....	141
5. TERMO DE CONSENTIMENTO DAS EX-ALUNAS EGRESSAS ENTREVISTADAS.....	142
6. EXEMPLOS DE TRABALHOS MANUAIS – EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL.....	143
7. CARACTERÍSTICAS DO PROJETO LEITURATIVA E RESPECTIVAS PREMIAÇÕES.....	146
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>148-151</b>

## APRESENTAÇÃO

### 1. Minha Origem, Minha Família

No centro de uma família de retirantes nordestinos, notadamente, já nasci excluída. Isto porque, meus pais biológicos, cearenses, migraram de uma região do nordeste para outra nas margens do rio Mearim num cantinho do estado do Maranhão. Enxotados pela seca, empurrando uma tropa de animais, carregados de filhos como se diz no linguajar nordestino, eles buscavam melhores condições de vida. Nesta comitiva de retirantes fui eu quem fez a viagem mais confortável, pois estava acomodada no ventre de minha mãe grávida de seis meses. Já naquele momento, subvertera a situação!... Eu era a décima terceira herdeira da miséria que os acompanhava, não a última, pois, após meus onze meses de vida, minha mãe engravidou e pariu a décima quarta filha, essa sim a caçula.

Ao chegarem à terra prometida, pois tinha água, toda família adultos e crianças, empenhou-se numa colheita de arroz numa lavoura que pertencia àqueles que seriam, foram, e são meus pais adotivos. Minha mãe adotiva, pessoa muito sensível e amorosa, a quem eu devo toda minha formação, ficou penalizada ao ver minha mãe biológica num estágio avançado de gestação, envolvida naquele árduo trabalho de colher arroz. Então, a convidou para ficar na sede da propriedade para auxiliá-la nas tarefas domésticas.

Consensualmente, quando aquela empreitada acabou, todos partiram para outra colheita e eu fiquei. Fui criada e educada como filha única, cercada de muito amor, carinho, atenção, naturalmente desconhecendo a minha origem, o que foi muito bom, não por querer negá-la, mas porque, quando anos depois conheci minha família biológica, eu já tinha uma estrutura e pude ajudá-la, tanto materialmente como no encaminhamento da segunda geração no que diz respeito à educação. Agradeço sempre a Deus pelos meus pais<sup>1</sup> que, embora fossem pessoas simples, sempre me passaram valores essenciais à vida que, na concepção deles, se resumiam em três princípios básicos: amar o próximo sempre em qualquer condição, cultivar o respeito e valorizar o trabalho. Lembro-me que, quando repetiam essa tríade, eu perguntava: só isso? E eles respondiam: se você aprender esta lição já está ótimo! Você estará preparada para vida.

---

<sup>1</sup>Sempre que fizer referência aos meus pais, estou fazendo referência aos meus pais adotivos.

Será uma cidadã! Desta forma, esta palavra me foi apresentada pela primeira vez e sempre me provocou muitas interrogações, muitas inquietações.

## **2. As dificuldades na adolescência.**

A minha vida é cíclica, cheia de altos e baixos! Perdi meu pai muito cedo e coube a mim, prematuramente, minha auto-sustentação, pois minha mãe, sempre muito dependente do meu pai e sem experiência, não soube gerir o que ele nos deixou. Num belo dia, quando acordamos estavam estacionados em nossa porta caminhões e caminhões para recolher a colheita de milho de uma safra que não foi boa e que meu pai havia dado como garantia de um empréstimo contraído junto ao Banco do Brasil o que não foi suficiente para saldar as dívidas por ele assumidas. Começou aí outra saga!

Nos mudamos para o Estado de Goiás, hoje Estado do Tocantins, para uma cidadezinha chamada Xambioá, próxima ao Bico do Papagaio, região conflitante, especialmente nos anos de Chumbo na época do Regime Militar (1964 a 1985). Presenciei cenas horríveis de combate na Guerrilha do Araguaia. Lá conclui a escola primária num colégio de freiras da Congregação Dom Orione, na Escola Paroquial Reunida São Miguel. Depois, iniciei o Ensino Fundamental num colégio da mesma ordem, Ginásio Nossa Senhora dos Estudantes. Na verdade, as condições econômicas não permitiam que eu estudasse naquela escola que era paga, mas, minha mãe sempre muito utópica todo início de ano procurava o diretor da escola, Padre João Capriolli, fazia-lhe uma promessa de pagamento das mensalidades no final do curso, argumentando que tinha umas “criaçõzinhas” e que, no final do ano estariam no ponto de abater e vender para pagar os meus estudos. Assim, com muita determinação, ela conseguiu me manter naquela escola. Por outro lado, me instigava a estudar e dizia sempre: “estuda, estuda menina, eu quero que você seja uma professora, uma boa professora! Estuda, pois a escola é o seu único bem, o estudo sua única herança, o seu futuro e o meu também”. Aquilo pesava muito sobre os meus ombros. Procurava corresponder, e como correspondia bem, ganhei uma bolsa de estudos da Prefeitura da cidade. Embora muito criança, tinha uma rotina pesada. Pela manhã ia para a escola, à tarde nos dias em que não havia aulas de educação física, que eram em horários diferentes dos horários das outras aulas, ia ao convento das freiras para uma jornada composta de três horas para aprender a bordar e a cozinhar, ou seja, prendas domésticas aulas de artes, atualmente, com outra nomenclatura, “Educação não-formal”.

Enquanto isso, a Guerrilha do Araguaia continuava intensa nas regiões de São Geraldo do Araguaia-PA, São Felix do Araguaia-PA, Marabá-PA e Xambioá-TO, territórios onde sem nenhum atenuante, se instalara uma réplica do DOI-CODI de São Paulo. Um dia, ao chegar à Escola no Ginásio Nossa Senhora dos Estudantes, o pátio estava cheio de barracas verdes. Um batalhão do Exército Brasileiro, na calada da noite, havia ocupado as dependências da escola. Sem nada avisar e sem que ninguém soubesse, se instalara de supetão. Nós, os alunos da Escola queríamos uma explicação para aquela situação. Foi-nos dada aos poucos e pelos fatos. Nosso diretor, compulsoriamente, foi transferido para outra Paróquia, por ser considerado subversivo.

Como se não bastasse, uma sala (ponto comercial) da casa onde eu morava na Avenida Araguaia nº 320 foi alugada pelos representantes da repressão e funcionava como escritório de apoio às Forças Armadas Brasileiras. A minha Escola era vizinha da Delegacia de Polícia da cidade que, de forma improvisada, recebeu “status” de cadeia onde eram presas as pessoas capturadas pelo Exército nas regiões da guerrilha, próxima à minha cidade Xambioá-TO. Era comum a vizinhança acordar no meio da noite com os gritos dos torturados no pau-de-arara, assim como era comum nós estudantes, também vizinhos da cadeia irmos pessoalmente conferir aquelas torturas antes das primeiras aulas ou nos intervalos das mesmas. Aquela situação aguçava a minha curiosidade e eu saía perguntando a quem devia e a quem não devia o porquê de tamanha opressão. Fui orientada pelo meu professor de História, Pedro de Castro Araújo, pela minha colega de sala, Sinobilina Gomes e pelo seu pai Sebastião Gomes, a fazer menos questionamentos, ler mais e prestar mais atenção em quem governava o país naquele momento. Tive que fazer uma pesquisa sobre os governos anteriores ao Golpe Militar de 1964, assim, comecei a me interessar e a gostar de história.

### **2.1. O desafio de morar sozinha e o primeiro trabalho remunerado.**

Finalizando o Ensino Fundamental, minha mãe já vivia preocupada em saber o que ela deveria fazer para eu continuar os meus estudos e me tornar uma professora. Nos planos dela, eu deveria fazer o magistério. Eu argumentava, contrariando, dizendo-lhe que não queria ser professora. Queria ser jornalista ou uma escritora de romances. Estava influenciada por José de Alencar e a revista “Capricho”, leituras obrigatórias nos



meus momentos de folga. Movida pela falta de condições econômicas, sendo que as condições de trabalhos se concentravam na região sudeste, notadamente em São Paulo, aos quinze anos, como todo retirante migrei para cá. Minha mãe ficou lá, até encontrarmos o momento de juntarmos a família outra vez, quer dizer, nós duas, três anos depois.

Encontrei o meu primeiro emprego como recepcionista numa loja, onde fiquei por três anos, quando surgiu uma oportunidade melhor numa Emissora de Televisão, que naquele momento em termos de audiência e programação era a maior e melhor do País. Trabalhei como Secretária Executiva do Departamento de Marketing e Pesquisa por quase quatro anos. Nas formalidades das apresentações iniciais conheci meu chefe superior, Sinval de Itacarambi Leão. Este logo identificou a região que eu morava anteriormente. Em tom de brincadeira e com ar um tanto zombeteiro, me chamava de “guerrilheira”. Eu também o identifiquei como militante da esquerda. Estabeleceu-se então uma relação amistosa de confiança, de amizade e de trabalho. Muitas vezes, bebi naquela fonte intelectual. Ouví-lo era um privilégio e ficava sempre uma lição! Era uma referência. Aliás, devo reafirmar quanto importantes foram as orientações pessoais, profissionais e intelectuais que Sinval me deu. Por meio de suas colocações, outra vez, o sentido da palavra “cidadania” batia na minha porta, agora, pela ótica de um intelectual formador de opinião, um militante da esquerda atuante do país, um sujeito vinculado ao seu tempo, ao contexto histórico passado, mas vigilante do futuro, um ex-presos político. Suas observações e ensinamentos (acho que ele desconhece este fato) me fizeram desistir do jornalismo, daquela idéia de escritora de romances e pensar na graduação em história.

Devo acrescentar que outros fatos também foram imperativos para eu tomar esta decisão. Por exemplo, visitar museus e cidades históricas no Brasil. Lembro-me que ao visitar Sabará, Mariana e Congonhas do Campo em Minas Gerais, fiquei encantada com a Obra de Aleijadinho, com as igrejas e seus registros nas pias batismais. Lia e relia os escritos que informavam quantos escravos haviam sido batizados e convertidos ao catolicismo por seus senhores ou por seus pastores. Eu ficava perplexa e maravilhada de ver quanto ouro tinha no interior das igrejas e me perguntava como aquele ouro havia chegado ali! Isso me incomodava muito!.. Eu precisava entender e saber mais sobre aquilo tudo. Então decidi! Vou fazer história, vou ser professora de história, enveredar por este caminho seria muito rico, embora naquele momento já estivesse cursando o quinto semestre do curso de Letras.

### **3. Casamento, maternidade e viuvez: escolhas.**

Aos vinte e dois anos me casei com o pai dos meus dois filhos. Ele trabalhava como Administrador na Construção de Grandes Hidroelétricas. Tive que acompanhá-lo para Foz do Iguaçu-PR, pois ele participava da construção da Itaipu-Binacional e como lá, naquela época, não tinha faculdade, não pude continuar a graduação em letras. Após um ano, meu marido foi transferido para a construção da Hidroelétrica de Tucuruí-PA onde ficamos por cinco anos. Lá também não tinha faculdade. No ano de 1985, fomos transferidos (digo fomos, porque eu também já trabalhava em hidroelétricas) para Porto Velho-RO, na construção da Hidroelétrica de Samuel. Em Porto Velho fiz vestibular na Universidade Federal objetivando terminar a graduação em Letras, mas fomos transferidos para Belo Horizonte e eu abandonei o Curso. Em Belo Horizonte reencontrei Sinval de Itacarambi Leão trabalhando na mesma emissora de televisão. Fui convidada para voltar a trabalhar com ele. Aceitei o convite. Paralelamente, fiz outro vestibular, desta vez para comunicação. Já que estava retornando ao meio publicitário, este curso era o mais indicado e identificado com o ramo. A graduação em história foi adiada para outro momento.

Na semana que ia iniciar as aulas e eu começaria com o meu novo trabalho, meu marido foi transferido de novo para Porto Velho-RO. Desisti de tudo, inclusive, de estudar por um tempo. Só retornei em meados de 1989 quando fomos transferidos para Cuiabá-MT, na Construção da Hidrelétrica de Manso. Ao chegarmos em Cuiabá fiz vestibular para história na Universidade Federal de Mato Grosso e, na seqüência, fui contratada pela Secretaria Estadual de Educação, como professora com quarenta horas semanais. Foram-me atribuídas aulas de Educação Moral e Cívica, OSPB e História no primeiro e no segundo grau. Foi uma experiência inusitada que, me deu a certeza de que a minha carreira seria mesmo a do magistério. Vi nitidamente como esta profissão me realizava.

Quando estava terminando o curso de História, meu marido morreu. Fiquei viúva ao completar trinta e quatro anos de idade. Eu perdi o chão que me sustentava! Perdi tudo! Pouco antes havíamos saído de uma grande perda material, o Governo Collor havia saqueado nossa poupança como a de muitos brasileiros e ainda estávamos sob efeito desse trauma. Com tantas perdas, minha resistência emocional estava no limite. O desânimo invadiu a minha vida, mas recomecei do zero com meus dois filhos. Assim, devagar, mas com muita segurança, retornei para São Paulo, onde tinha amigos

e uma pequena estrutura e, certamente, mais oportunidades de trabalho também. Muitos desafios me esperavam. Na busca dos amigos e por meio deles, descobri que Sinval de Itacarambi Leão tinha retornado de Belo Horizonte e agora era editor e um dos donos da Revista Imprensa, uma publicação mensal direcionada para estudantes e profissionais da área de jornalismo e comunicações. Tinha aproximadamente dezoito mil assinantes e lá trabalhavam muitos profissionais que eu já conhecia. Acabei sendo contratada. Trabalhava na Revista no período da tarde, porque minhas manhãs eram ocupadas na Faculdade onde estudava para terminar a graduação em História. À noite ministrava aulas na EE Profº Renato Braga, na periferia do jardim monte azul, do qual tenho as melhores lembranças. Essa jornada tripla durou três anos quando, efetivamente escolhi trabalhar apenas no magistério no cargo de professora de história. Fiz então remoção do meu cargo para à escola EE Profº Flávio José Osório Negrini no jardim Ingá, onde trabalhava pela manhã e à noite no Colégio Morumbi Sul uma escola da iniciativa privada, também na zona sul de São Paulo. Em 2000 participei outra vez no concurso de remoção de cargo e fui parar numa Escola de Osasco EE General Antonio Sampaio, também na região periférica! Mas, era muito contramão. O acesso se tornava muito difícil. Naquele ano houve na Rede Estadual de Educação dois concursos de remoção. Em julho deste mesmo ano me removi para a EE Profº Architiclino Santos no Parque Continental zona Oeste, uma escola mais próxima da minha casa. Assim, saí da periferia onde sempre trabalhei como educadora, mas, comigo ficou a necessidade de realizar algum trabalho que contemplasse uma parte dessa camada social, ou seja, pessoas excluídas, o que se concretizou em 2006, resultado de uma experiência riquíssima, quando tive a oportunidade de trabalhar como voluntária numa das escolas do Sistema Carcerário num curso preparatório para ENEM, motivada por um convite de Elaine Pereira Araújo, Professora Coordenadora da FUNAP.

#### **4. A maturidade e o ingresso no stricto sensu da UNINOVE**

Desde que terminara a graduação, eu tinha em mente alargar, aprofundar e melhorar meus conhecimentos nos cursos de pós-graduação. Nunca abandonei o desejo de fazer um mestrado e doutorado. Isso se tornou idéia fixa. Ainda na graduação fui cursar as disciplinas de Prática de Ensino e Didática com uma turma do curso de Pedagogia onde conheci Dalva Regina Chiappin. De pronto, se estabeleceu um clima de muita afinidade, cumplicidade, amizade e respeito mútuo. Falávamos muito sobre

fazermos o curso de pós-graduação juntas. Nestas conversas, sempre nos deparávamos com a idéia do Projeto. Eu argumentava que queria trabalhar um tema voltado para as questões das minorias sociais, das pessoas excluídas de maneira geral pela situação econômica ou pela condição de gênero, da sexualidade, ou ainda pela raça. Mas, não sabia direito como elaborar o projeto. Ela se contrapunha dizendo que isso não era problema, pois pediríamos ajuda ao seu marido que era experiente neste assunto porque lidava muito com estas incertezas por meio de seus alunos orientandos. Nosso projeto, mês após mês, ano após ano, ia sendo adiado até quando em 2008 cheguei na UNINOVE e me identifiquei com suas linhas de pesquisas, principalmente a LIPHIS – História e Teoria do Trabalho Docente e do Educador Social. Inscrevi-me no programa, fiz as provas e fui aceita com o meu pré-projeto sob o título: “O Ensino no Sistema Penitenciário como (im)-possibilidade de Ressocialização e Construção da Cidadania da Mulher Presa”, que após as aulas de metodologia e também por sugestões do meu orientador, este título passou por algumas alterações, sem, contudo, perder a centralidade do tema, agora, com esta nomenclatura: A Mulher Presa, Sonhos e Frustrações: A Escola no Sistema Carcerário.

## INTRODUÇÃO

### OS INDIFERENTES

Odeio os indiferentes.  
 Acredito que viver significa tomar partido.  
 Indiferença é apatia.  
 Parasitismo, covardia...  
 Não é vida.  
 Por isso, abomino os indiferentes.  
 Desprezo os indiferentes  
 Também porque me provocam tédio.  
 As suas lamúrias de eternos inocentes.  
 Vivo, sou militante.  
 Por isso, detesto quem não toma partido.  
 Odeio os indiferentes.

ANTONIO GRAMSCI<sup>2</sup>

### 1. O Tema

A centralidade deste trabalho é a educação no Sistema Carcerário tendo como foco a mulher egressa, ex-aluna da Escola da Penitenciária Feminina da Capital - PFC e da Penitenciária Feminina do Butantã - PFB.

Meu interesse pelo assunto decorre, em primeiro lugar, da minha vivência pessoal como educadora em regiões pobres e periféricas da Grande São Paulo, cuja população na sua grande maioria vive em condições de extrema pobreza material e cultural, por isso mesmo, envoltas na exclusão e na violência social, fatos que me tocaram, me tocam profundamente e germinam na minha pessoa um sentimento de revolta e repulsa contra os responsáveis por este estado de coisas. Inegavelmente, neste fenômeno triste, temos representado de um lado o poder público na figura do Estado com suas políticas assistencialistas e de controle e do outro, a estrutura econômica à qual estamos submetidos. Ambas incapazes de contribuições desinteressadas que visem à construção de sujeitos sociais mais ativos, autônomos, críticos e humanizados. Ao

---

<sup>2</sup>Apud BASSALOBRE, Janete Netto, 2008, p.6. GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. (Série Filosofia: Perspectivas do Homem, vol. 48.

contrário, desfavoravelmente imprimem nas classes mais miseráveis suas políticas assistencialistas, alienantes e manipuladoras como foi problematizado por Paulo Freire:

A manipulação aparece como uma necessidade imperiosa das elites dominadoras, com o fim de, através dela, conseguir um tipo inautêntico de “organização”, com que evite o seu contrário, que é a verdadeira organização das massas populares emersas e emergindo. [...] A manipulação, na teoria da ação antidialógica, tal como a conquista a que serve, tem de anestesiar as massas populares para que não pensem. [...] É que essas formas assistencialistas, como instrumento da manipulação, servem à conquista. Funcionam como anestésico. Distraem as massas populares às causas verdadeiras de seus problemas, bem como quanto à solução concreta destes problemas. Fracionam as massas populares em grupos de indivíduos com esperança de receber mais. (FREIRE, 2005, p. 168, 169 e 172).

Em segundo lugar, meu interesse pelo assunto veio de outra experiência como professora voluntária na Escola da Penitenciária Feminina da Capital-PFC, num curso preparatório para o ENEM no ano de 2006, nas disciplinas de História e Geografia, por dois meses: e também, como professora de língua portuguesa para estrangeiras durante um semestre, onde pude observar que mesmo diante de inúmeras dificuldades tanto por parte das alunas como dos professores, o significado daquela Escola era potencializado a níveis inimagináveis. Esta Escola infundia nas reeducandas<sup>3</sup> os sentidos de confiança, autonomia, cidadania e a esperança de uma vida melhor após o cárcere. Ali era corrente este credo. Constatar aquela esperança exacerbada não me seduziu enquanto educadora, ao contrário, me preocupava e me fazia refletir sobre inúmeras questões que, na minha concepção eram entraves para o bom funcionamento daquela Escola como de outra qualquer. Por exemplo, preocupava-me a carga horária reduzida das aulas, a falta das mesmas, os poucos recursos de ordem material, técnico e humano, ou ainda, quando por qualquer transtorno de pouco ou muito vulto funcional do Presídio, as aulas eram suspensas. Enfim, um elenco de coisas fortalecia a minha desconsideração das boas intenções daquele grupo de professores e alunos. Invasa por uma grande inquietação aflorou então o pretense desejo de produzir algum conhecimento que, somado a outros já existentes nesta área, refletisse as necessidades de mudanças ou continuidades das ações públicas e do trabalho voluntário que acontece no âmbito das Escolas das Prisões. Objetivamente, quem sabe, contribuir para a formulação de políticas públicas

---

<sup>3</sup>Denominação utilizada no interior do sistema carcerário ao se referirem às pessoas que se encontram reclusas.

menos perversas e mais pedagógicas, orientadas para a formação cidadã, o que só seria possível se eu saísse daquele estado de indiferença.

## **2. Relevância**

Considero importante discutir o tema Sistema Carcerário e seus desdobramentos estruturais, porque esta discussão viabilizará uma oportunidade de se demonstrar que a prisão não pode ser apenas um depósito de pessoas que tiveram um desvio de conduta, ou seja, um depósito de gente. Ao contrário disso, a atualidade demanda a construção de novas estruturas ou reestruturações das já existentes para além de um espaço de coerção. O sentido único das prisões deveria ser pautado na reabilitação e no direcionamento para a conquista da cidadania.

Ao longo dos últimos dezenove anos, como trabalhadora da área de educação, acompanhei a sua derrocada, assim como, a dos profissionais que atuam no sistema educacional do país na luta pela qualidade de ensino, por melhores salários, pela dignidade humana e por manter o ânimo dos seus alunos.

Quando ministrava aulas na Escola do Sistema Carcerário, observei que o ânimo, tanto dos professores como das alunas eram expressos de uma forma diferente do que acontecia nas escolas da rede pública estadual. O clima de otimismo era mais presente. Especialmente entre as alunas, a educação e os professores eram vistos numa outra ótica e perspectiva. A Escola se apresentava como uma janela para as coisas boas do mundo. Ela sinalizava um novo caminho pelo qual se daria a inserção social, profissional e familiar. Noutras palavras, a Escola possibilitaria a construção da cidadania e da liberdade plena. Fiquei preocupada com o tamanho das expectativas daquelas alunas motivadas pela fala de seus professores. Com efeito, o meu olhar para esta temática era diferente, era de descrédito.

## **3. Hipótese**

Tinha comigo a hipótese de que a Escola no ambiente carcerário que funciona em condições tão adversas, não dá conta de responder aos anseios de suas alunas quanto à inserção social, profissional e formação de capital cultural, ou seja, novos conhecimentos. Portanto, não poderia haver uma adequação entre o que era esperado e o

que acontece na prática. Pois, para que se tenha respostas mais significativas o sentido da Escola nas prisões deve ser ampliado na direção da reconstrução integral dos apenados nos aspectos relacionados à formação profissional, educacional, social e humana com estratégias que não se oponham umas as outras, mas diferentemente disso, se completem. Por esta razão, mergulhei nesta pesquisa com o intento de verificar se minhas inquietações faziam sentido ou não.

#### **4. Objetivos**

Verificar se os cursos e as aulas ministradas para as jovens e adultas presas levam em consideração a importância da formação humana, suas necessidades materiais e sociais, ou se aquela escola apenas estava preenchendo uma lacuna ou cumprindo uma formalidade da LEP – Lei de Execução Penal. Verificar, por outro lado, se a educação assim como o trabalho além de reabilitar também contribui no que diz respeito à diminuição da pena das pessoas condenadas. Precisava responder a algumas perguntas:

Como transcorre o trabalho pedagógico, suas dimensões no centro daquela “população dita marginalizada”? Como é visto por elas o ensino, como elas se relacionam com os seus professores, colegas e, ainda, que expectativas têm da vida escolar, no sentido de receber contribuições que venham efetivamente a ancorar o próprio processo de recuperação, de inserção social e formação profissional? Enfim, a educação que é oferecida formal ou não formalmente pela Escola dentro de uma outra Instituição, que é a Penitenciária, forma novas cidadãs?

#### **5. Referencial teórico, processo e procedimentos**

Para realizarmos este trabalho dialogamos com autores cujas teorias estão sustentadas no materialismo histórico com destaques em Antonio Gramsci, Maria da Gloria Gohn, Michel Foucault e Paulo Freire sem, entretanto, dispensarmos outras ricas contribuições de outros autores e as leituras de jornais, revistas e ainda, informações fornecidas pela FUNAP, Instituição responsável pela formação profissional, pelo trabalho remunerado do preso, pela coordenação e execução dos programas de educação, cultura, esporte e geração de renda nos presídios do Estado de São Paulo.

Minhas leituras são acompanhadas ao mesmo tempo pela pesquisa de campo qualitativa, com entrevistas semi-estruturadas, seguindo os seguintes procedimentos



metodológicos: Leituras dos autores nos quais busquei respostas para as minhas indagações; entrevistas com seis professores que atuam nas Escolas do Sistema Carcerário, sendo três professores concursados contratados pela Fundação Prof Dr. Manoel Pedro Pimentel – FUNAP; dois professores voluntários que trabalham com literatura e atualmente desenvolvem o projeto “Leituras” e uma aluna monitora que ainda se encontra reclusa. Entrevistamos, ainda, sete ex-alunas egressas do Sistema Penitenciário que fizeram, também, depoimentos de próprio punho denominados “fontes vivas”.

Outras contribuições vieram de pesquisas que enfocam este tema, de coletas de informações virtuais/eletrônicas e também da incansável orientação do Prof Dr. Paolo Nosella.

Após esta etapa, à luz da teoria já referenciada, procedemos à análise da pesquisa de campo. Registramos nossas conclusões nas considerações finais.

Assim o trabalho está constituído em seis etapas.

A primeira etapa é um registro da minha trajetória pessoal, que me permitiu uma análise das escolhas que foram feitas desde a infância até a maturidade. Em seguida apresentamos o processo de construção deste trabalho. No primeiro capítulo, tratamos do surgimento das prisões, contextualizando as duas prisões cujas ex-alunas egressas e professores foram entrevistados. Fizemos também a descrição da estrutura da Instituição Escolar e do seu trabalho pedagógico dentro de outra instituição que é a Penitenciária. Abordamos a questão da obrigatoriedade da Escola no Sistema Penitenciário, as proposições das políticas públicas educacionais desenvolvidas pela Fundação Prof Dr. Manuel Pedro Pimentel, articuladas com o que assegura a Constituição Federal, a LDB, a Secretaria de Justiça e o MEC que são também objeto deste capítulo. No segundo capítulo dissertaremos sobre a importância para aquela comunidade da Educação Formal entrelaçar-se com a Educação não-formal, ou seja, sobre a associação destas duas práticas pedagógicas. O terceiro capítulo é a análise da pesquisa de campo e do resultado dos encontros com os entrevistados, das conversas formais sobre o teor das entrevistas e dos depoimentos de primeira aproximação das ex-alunas egressas do Sistema Carcerário.

Finalizando, apresentamos as análises dos resultados obtidos, nossas reflexões, ou seja, as considerações finais, seguidas dos apêndices, anexos e das fontes bibliográficas.

## CAPÍTULO I: A PENITENCIÁRIA

### 1. Origem

Se quisermos entender o surgimento das prisões a sua configuração atual e a sua eficácia enquanto mecanismo de controle e reabilitação, se faz necessário, um olhar panorâmico de revisitação sobre as condições históricas de alguns aspectos sociais, políticos, especialmente, econômicos de séculos passados para compreendermos como vivia, como se relacionava a sociedade da Idade Média à Idade Moderna. Apreendido este entendimento, facilmente apreenderemos o espírito das revoluções burguesas, os seus desdobramentos e mecanismos para a consolidação das novas estruturas.

Sabemos que a ruralização da civilização é uma característica histórica da Idade Média e que o Renascimento, o Humanismo, a Razão e o Desenvolvimento Científico, são características da sociedade moderna e urbana. Acontece que a transição de um período ao outro não se concretiza sem traumas, sem grandes rupturas na maneira de pensar, viver e do agir humano. Assistimos a partir do século XVI quando começa a se intensificar o êxodo rural iniciado no momento do renascimento do comércio, do urbanismo e por outras particularidades, que não discutiremos aqui para não fugir o foco deste trabalho, os camponeses miseráveis e famintos rumarem às cidades e obrigatoriamente se transformam em problemas sociais que necessariamente precisavam de soluções políticas como dito abaixo:

A partir do século XVI esses pobres transformavam-se em problema público, e, no século seguinte, uma série de medidas foram sendo tomadas para impedir que pudessem “fazer mal”: os doentes e inválidos eram conduzidos aos hospitais, enquanto, os válidos acorrentados dois a dois, faziam a limpeza de esgotos ou, mais tarde, eram submetidos ao trabalho forçado nas semi-prisões chamadas “casas de trabalho”. Com isso – controlando-os até a morte – procurava-se reduzir os efeitos da multiplicação dos pobres e do crescimento da miséria [...] Na maior parte do mundo era esse o espetáculo que se oferecia. (MICELI, 1998, p. 6).

O suplício não restabelecia; reativava o poder. No século XVII, e ainda no começo do século XVIII, ele era, com todo o seu teatro de terror, o resíduo ainda não extinto de outra época. Suas crueldades, sua ostentação, a violência corporal, o jogo desmensurado de forças, o cerimonial cuidadoso, enfim, todo o seu aparato se engrenava no funcionamento político da penalidade [...] esse teatro punitivo, com

que se sonhava no século XVII, e que teria agido essencialmente sobre o espírito do cidadão, foi substituído pelo grande aparelho uniforme das prisões, cuja rede de imensos edifícios se estenderá por toda a França e Europa [...] Enfim no projeto de instituição carcerária que se elabora, a punição é uma técnica de coerção dos indivíduos; ela utiliza processos de treinamento do corpo – não sinais – com os traços que deixa, sob a formação de hábitos no comportamento; e ela supõe a implantação de um poder específico de gestão da pena. O soberano e sua força, o corpo social, o aparelho administrativo. A marca, o sinal, o traço. A cerimônia, a representação, o exercício. O inimigo vencido, o sujeito de direito em vias de requalificação, o indivíduo submetido a uma coerção imediata [...] É próprio do século XIX ter aplicado o espaço de exclusão [...] O asilo psiquiátrico, a penitenciária, a casa de correção...(FOUCAULT, 1975, p. 49, 112, 126 e 191).

O novo modelo de prisões instituídas na Europa multiplicam-se pelo resto do mundo e vai se ajustando aos novos tempos e aos novos modelos políticos, econômicos e sociais.

No que se refere ao Brasil, faziam parte da colonização brasileira nos anos de 1500 os degredados condenados e as prostitutas. Visto por este ângulo, já naquele momento para aquela população, o Brasil era um grande cárcere, portanto, data daí a instituição da prisão no país. Oficialmente, entretanto, no caso do Estado de São Paulo seu surgimento data do dia 01/03/1892 (primeiro de março de mil oitocentos e noventa e dois) pelo decreto número 28 da Secretaria de Justiça e tem na sua origem as mesmas características das prisões da Europa, como podemos constatar em SALLA *apud* MOREIRA, 2007, p.21)<sup>4</sup> quando fala do início das prisões no Brasil:

Tanto em Portugal como no Brasil existiram até o final do Século XIX, inúmeras construções prisionais que confinavam os indivíduos. Porém, eram sempre locais desprovidos de um sentido ou finalidade ressocializadora [...] Numa época em que inexisteriam meios mais sofisticados, burocratizados, de fazer cumprir o pagamento de uma multa, por exemplo, a detenção do indivíduo se torna a garantia que ele saldaria o pagamento imposto [...] Libertos da condição escrava, os negros afluíam para as cidades. Era este espaço que possibilitava algumas estratégias de sobrevivência, ainda que marginais, a partir de uma gama de oportunidades em pequenos serviços. A aglomeração destes grupos nas precárias habitações do centro urbano ou de suas vizinhanças assustava as elites aí moradoras que começavam a atribuir ao modo de vida das camadas pobres uma estreita ligação com o crime. A partir de 1885, quando o fluxo migratório para o Brasil se acentuou, em particular em São Paulo, essa associação entre elemento estranho, pertencente às camadas empobrecidas, e a criminalidade se tornariam ainda mais intensa.

---

<sup>4</sup>SALLA, Fernando Afonso. As prisões em São Paulo, Annablume, 1999.

Constata-se também que, as camadas mais pobres da sociedade, desde o início da colonização do Brasil são as que mais compõem a população carcerária. Não se pode afirmar com isso que todo pobre tem um caráter voltado para a delinquência, ou que todo delinqüente é pobre, mas certamente, os pobres são mais vulneráveis porque convivem com a falta de oportunidades em muitos campos, especialmente, no campo do trabalho. Explicando melhor, um trabalho que possibilite a auto-sustentação, o acesso a moradia, ao lazer, a cultura e educação. Desta forma, muitos acabam enveredando pelo mundo do crime, conseqüentemente, aumentando os complexos penitenciários.

No que diz respeito aos presídios femininos, no desenrolar histórico do desenvolvimento social e econômico do país, apenas no ano de 1941 surgiu a primeira construção de um presídio exclusivamente feminino na cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do Brasil, denominado a Penitenciária de Mulheres de Bangu. No mesmo ano, também, surgiu o primeiro presídio de exclusividade feminina de São Paulo “ O Presídio de Mulheres”, pelo decreto nº 12.116, de 11/08/1941 (onze de agosto de mil novecentos e quarenta e um), que funcionou até 1973 em prédio anexo à Penitenciária de São Paulo na Zona Norte da Capital, mais tarde tendo sua denominação alterada para Penitenciária Feminina da Capital – PFC, hoje sediada na Av. Zaki Narchi nº 1369 que fora inicialmente administrada por um grupo religioso da Congregação do Bom Pastor e atualmente sob a administração da SAP, como afirma GRACIANO (2005, p. 48 e 50). Já a Penitenciária Feminina Dra. Maria Cardoso de Oliveira - Butantã, ou PFB, situada na Rodovia Raposo Tavares km, 19,5 na Zona Oeste de São Paulo, foi fundada pelo decreto 30.748 de 14/11/1989, no governo de Orestes Quércia, segundo afirma (BRAUNSTEIN, 2007, p. 87).

Observamos que em pouco tempo, o número de presídios masculinos e femininos vem se multiplicando, especialmente no Estado de São Paulo que apresenta uma estatística bastante elevada de acordo com os comentários pertinentes ao assunto a seguir:

O Brasil administra um dos dez maiores sistemas penitenciários do mundo, com mais de 370.000 pessoas encarceradas ao final de 2006, distribuídos em mais de 1200 unidades prisionais, cerca de 200.000 mandados de prisão não cumpridos e uma taxa de reincidência imprecisa, mas certamente acima de 50%. O Estado de São Paulo, em

que a situação é mais grave e mais violenta, possui atualmente 144<sup>5</sup> unidades prisionais que contêm pouco mais de 40% dessa população (SILVA, 2009, p.298).

De acordo com a SAP-SP - Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - atualmente existem 147 (centro e quarenta e sete) Unidades Prisionais sob sua administração, sendo 74 (setenta e quatro) Penitenciárias, 36 (trinta e seis) Centros de Detenção Provisórias, 22 (vinte e dois) Centros de Ressocialização, 07 (sete) Centros de Progressão Penitenciária, 02 (dois) Institutos Penais Agrícolas, 06 (seis) hospitais<sup>6</sup>. Entre essas unidades, estão as duas cujas egressas são referências deste trabalho, ou seja, a Penitenciária Feminina da Capital (PFC) (regime fechado) que tem capacidade para receber 251 (duzentas e cinquenta e uma) pessoas, mas o seu contingente populacional atual é 774 (setecentas e setenta e quatro) e a Penitenciária Feminina do Butantã (PFB) que tem acomodações para abrigar 620 (seiscentos e vinte) pessoas, no entanto, o seu contingente populacional hoje é de 639 (seiscentos e trinta e nove). Assim, as duas Penitenciárias têm em comum entre outras coisas, o excesso populacional, fato desrespeitoso aos consagrados direitos humanos, porém, corriqueiro no ambiente carcerário.

Observamos que, desde o primeiro momento da instituição das prisões em qualquer parte do mundo, elas jamais tiveram ou tem como objetivo maior a reparação de um desvio de comportamento dos seus encarcerados. Ou seja, não é proporcionada uma educação para a vida com vistas à sua emancipação social. Reafirmamos: o encarceramento tem sempre um aspecto de acerto de contas e o público alvo, raras são as exceções, se constitui daqueles que pertencem às camadas sociais periféricas mais miseráveis e que nunca mereceram uma atenção concreta dos dirigentes políticos, conforme dito, respectivamente:

Nós vivemos numa sociedade de consumo de massas, que não gera emprego, que não gera renda, que aglomera a população em centros urbanos, que são acampamentos, e que não capacita a população, senão na medida em que precisa dela, para a ampliação e reprodução do capital. E essa é a causa real do problema do crime. Enquanto isso não for mudado, não haverá técnica de pesquisa, nem curso de

---

<sup>5</sup>Número atualizado = 147 unidades, conforme consulta realizada no dia 15 de janeiro de 2010, site [www.sap.sp.gov.br](http://www.sap.sp.gov.br)

<sup>6</sup>Consulta realizada em 15 de janeiro de 2010.

psicologia que solucione o problema carcerário. (SAMAPIO, 1985, p.122).

O operário, além de não ter formação nem de escola primária, não tem formação profissional. Se você vai a uma empresa e não tem uma formação profissional, não tem emprego, vai ganhar um salário baixíssimo. Mesmo o profissional qualificado está ganhando um salário baixo demais. Não temos um nível profissional que garanta um salário melhor, adequado. (BATISTA, 1985, p. 192 e 193).

Meu pai trabalhou trinta anos na Santos-Jundiaí, aposentou-se e passa fome. Você quer que eu saia para trabalhar, para ganhar salário, para ser escravo dos outros, trinta anos? Quem são os homens bonitos que a gente vê nas revistas, na televisão, nos cinemas? São os caras que estão cheios da nota, cheios de mulher, cheios de bebida. É isso aí que eu quero ser, sabe? (BETO, 1985, p. 222).

O preso, em geral, tem uma história. Eles são vítimas, antes de serem presos. Eles são vítimas, enquanto estão presos, porque a estrutura de uma prisão é uma estrutura de morte. Eles morrem aos poucos [...] Para mim essas prisões são estruturas que destroem a vida da pessoa humana... Faz parte dessa estrutura não só o prédio, onde essas pessoas ficam. Faz parte dela a Instituição Política. Faz parte dessa estrutura a Instituição Forense, a Magistratura, o Ministério Público, toda a Legislação, o aparato oficial do Estado, que deveria distribuir justiça e que farisaicamente, hipocritamente, por causa de uma falsa moral, contribui para que essas vidas sejam destruídas. (OLIVEIRA, 1985, p. 229 e 230).

Eu gostaria de chamar a atenção, agora para o problema dos habitantes das favelas. Não faz muito tempo, um Ministro da Justiça, segundo informação de um jornal de São Paulo, qualificava as favelas de “verdadeiras áreas criminosas” e o favelado, já há muito tempo, passou a ser visto como desordeiro, malandro, maloqueiro. Ou, como diz um sociólogo: “A favela é vista como realidade patológica, doença, praga, quisto, calamidade pública e não se repara que é lá que mora o trabalhador, com baixíssimos rendimentos, que leva adiante a maquinaria econômica, que gera a riqueza da cidade de São Paulo”. E agora, o dado mais duro, que nos é fornecido pela própria Prefeitura de São Paulo: 41% dos favelados, antes do desemprego mais acentuado, lá chegaram por um processo crescente de deterioração econômica nos últimos anos. Numa Conjuntura em que os salários se tornaram insuficientes, a favela se tornou a única alternativa não só para os que vinham chegando à cidade, mas também para os que nela queriam permanecer. Essa população deixou a casa porque não podia pagar o aluguel, ou as prestações, e foi para a favela. E lá essas famílias seriam aquilo que o Sr. Ministro chamou de “habitantes de uma área criminosa” ou, como se diz normalmente, praga, doença, quisto, calamidade pública. [...] A própria favela é uma prisão. [...] Eu acho que devemos gritar, todos cada um por seu canal, cada um por seu microfone. Não é possível que esta cadeia grande de São Paulo, com milhões de favelados, continue sendo cadeia. É preciso uma ressurreição, uma libertação. (ARNS, 1985, p. 235 e 236).

Incontestavelmente o estado de pobreza é um dos fatores que impulsiona o homem à marginalização; as falas acima são inquietações de 1981. Decorridos vinte e

nove anos, elas estão impregnadas do presente; não tiveram eco aos ouvidos de quem deveria, ou se teve, o seu efeito foi pouco sentido, porque as pessoas continuam se articulando e levantando discussões sobre os mesmos pontos. Os canais e microfones continuam fechados. O que vemos é a indiferença ou ações pequenas diante da grandiosidade do problema. Isto porque os ricos vivem noutro mundo e não se sentem responsáveis por este estado de coisas, também porque acham mais fácil guardarem-se nos condomínios fechados e nos arranha céus com segurança tecnológica e humana potencializadas ao máximo, contrapondo-se, aos arames farpados e muros de arrimo de concreto que escamoteiam e cercam a população carcerária ou as frágeis paredes de madeira ou papelão dos “barracos” nas zonas mais pobres das cidades. Hoje, como há vinte nove anos ainda nos escandalizamos. Escandalizamo-nos, por exemplo, quando os meios de comunicações noticiam a escalada da violência, da criminalidade, bem como, os seus mecanismos de controle. Escandalizamo-nos, também, com os casos de mulheres e crianças encarceradas em presídios mistos como se estes fatos fossem questões apenas atuais. Na realidade essas questões não são apenas pontuais e atuais, elas na verdade acompanham a história há séculos. Não há interesse político em resolver o problema, não existe vontade social. Também, porque parte desta população escamoteada não têm o mínimo de consciência crítica política e social que a faça sentir como parte da sociedade, ao contrário, sente-se conformada com esta situação. Não é raro dentro deste estado de conformismo testemunharmos falas como estas, numa conversa informal, quando da realização da pesquisa para este trabalho: “ah! Eu cansei de procurar emprego na rua e não encontrei, se eu soubesse que um emprego na cadeia era assim tão fácil!... Eu teria dado um jeito de ter sido presa antes”, ou “ fazer o quê? Eu não tinha outro jeito, tinha que roubar para comer, então eu estou aqui e tenho que me conformar com a vontade de Deus, né!” Estas falas dão indicações que, no meio da população encarcerada há uma forte incidência de que os oprimidos funcionam como verdadeiros hospedeiros do opressor.

## **2. A educação na penitenciária**

Diante deste desalento, falta de maturidade moral e de consciência sobre a importância do problema, portanto, de vontade social para sua equação, presenciamos no dia a dia um processo de adaptação da sociedade e também dos condenados com esta realidade que está aí. Por isso mesmo é natural o crescimento da violência e

conseqüentemente, do número de prisões em condições precárias, com gestores autoritários que muitas vezes criam impedimentos para o desenvolvimento de qualquer tipo de trabalho educativo e que acham graça quando alguém se manifesta como as reeducandas acima.

Felizmente, existem algumas iniciativas para estimular os indiferentes, como as registradas pelo Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-IEE, que promoveu a partir de 1981, cinco Seminários pertinentes ao assunto condensados no livro “As Prisões, os Jovens e o Povo” de onde foram extraídas as citações das páginas 28 e 29 deste trabalho, e, mais recentemente nos anos de 2005 e 2006, quando, para a concepção de um Projeto Único de Educação nas prisões, também foram realizados Seminários de Articulação Nacional objetivando a Construção de Diretrizes para a Educação no Sistema Penitenciário.<sup>7</sup>

Começando pelo estado do Rio de Janeiro estes Seminários prosseguiram noutros estados (Goiás, Rio Grande do Sul, Paraíba e Ceará), com participação de segmentos da sociedade civil, gestores e equipes envolvidas com a educação nas prisões, resultando desses grandes encontros, de maneira positiva em subsídios que ajudarão na formulação de novas políticas públicas voltadas para esta comunidade, bem como, oportunizou uma maior aproximação entre os Ministérios da Justiça e da Educação e a nível estadual, entre as respectivas secretarias. O resultado deste esforço é pouco visível ainda, mas, pode tomar boas proporções e tornar-se muito útil porque os assuntos discutidos nos Seminários apresentam os aspectos básicos que a educação deve ter dentro das prisões e por esta razão transformados num pequeno livro (manual) intitulado: “Educando para a Liberdade”, distribuído<sup>8</sup> para todas as Secretarias de Educação dos Estados da Federação. Este conhecimento produzido e organizado, se bem socializado por meio destas Secretarias servirá de norte aos profissionais envolvidos com as atividades educacionais nas prisões. É consenso que a educação no ambiente prisional tem que sair do estado de escuridão em que se encontra ela deve fazer parte de forma mais intensa das diretrizes do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e do Ministério da Fazenda. A Escola do Sistema Carcerário, por lógica, deverá ter a mesma finalidade e objetivos das escolas tradicionais do País. No entanto, a gestão, as práticas pedagógicas, o material didático precisam contemplar

---

<sup>7</sup>Projeto articulado entre o Ministério da justiça, Ministério da Educação, UNESCO, com o apoio do Governo do Japão.

<sup>8</sup>Informação no site do MEC: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)



aquele tipo específico de população porque a história de vida dos seus alunos, idades e tempo, são diferentes das dos alunos da Escola tradicional. Dito de outra forma. Elas tem que extrapolar as boas intenções dos profissionais que trabalham nas escolas dos cárceres e as expectativas de seus alunos, se aproximar desse conjunto de idéias:

Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual [...] A escola unitária ou de formação humanista (entendido esse termo, “humanismo” em sentido amplo, e não apenas ao sentido tradicional) ou de cultura geral deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática, e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa. [...] O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre o trabalho intelectual e o trabalho industrial, não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos da cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. (GRAMSCI, s/d, p. 110, 112, 116).

No Estado de São Paulo, como já foi dito, as escolas dos presídios não estão vinculadas diretamente à Secretária Estadual de Educação, órgão eminentemente voltado para as questões da educação. Elas estão sob responsabilidade da FUNAP, uma Fundação que está vinculada à Secretária de Administração Penitenciária. Isso é bem diferente dos demais Estados da Federação em termos de funcionalidade porque a FUNAP além da educação incorpora outras responsabilidades (como trabalho, esporte, cultura e lazer) no âmbito dos presídios, o que gera uma sobrecarga e certamente resulta em prejuízos no apoio e na formação dos seus discentes. Pelo que aponta esta pesquisa, não tanto nos objetivos das propostas pedagógicas, porque os propósitos da educação são praticamente os mesmos dos planos de cursos das escolas da rede estadual e municipal, mas porque os problemas enfrentados são maiores que os das escolas da rede pública, em função da adversidade de seus alunos, pelos poucos recursos humanos e pedagógicos que dispõem, pelos aspectos da gestão, e também, pela interlocução dos poderes legislativo e a execução escalonada das leis e das práticas pedagógicas.

Referente à educação podemos observar, tanto na PFC como na PFB que, a FUNAP tenta equipará-la com as das escolas tradicionais da rede pública estadual e municipal, mas as intenções e ações dos seus profissionais e de seu próprio

planejamento carecem de mais apoio material e humano. Embora, a sua estrutura modesta pelo que verificamos, não desmotiva e também nunca compromete o empenho pessoal de seus educadores, como é visível na fala de uma das professoras entrevistadas, quando lhe foi perguntado: o que era feito no sentido de resgatar em seus alunos valores e auto-estima, ela prontamente respondeu:

Quando você passa algum conhecimento, alguma informação para estas alunas, a gente pensa muito em valores! Pensa muito numa forma delas resgatarem a própria identidade e, também, em valores que foram se perdendo no decorrer de sua formação. Então a gente tenta trazê-las de volta à realidade, mostrando que elas estão afastadas, mas que fazem parte da sociedade; que o mundo também foi feito para elas... Que tudo que tem, também é para elas... (entrevista Profª. nº 3, p.125 deste trabalho).

É uma fala eloqüente, esperançosa, corajosa, verdadeira, resultado de um trabalho concebido em equipe, como já dito, com uma estrutura até muito simples considerando-se a proposta abarcada. A fala desta professora mexe, inquieta, é um convite à sociedade civil, às autoridades, para que cada um em sua esfera, interceda e crie mecanismos para mudar esta realidade. Noutras palavras, a semente está plantada, que é a existência da escola nas unidades prisionais. Ela (a escola) é item obrigatório e cumpre o que reza nossa Constituição Federal no seu capítulo III da educação, cultura e do desporto.

Seção I da educação:

Art. 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Também na LDB – Lei de Diretrizes de Bases nº 9394, título III:

Art. 5º. "O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitárias, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo;

Seção V:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio em idade própria;

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar seus estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames;

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si”.

E ainda, de acordo com a atual Lei de Execução Penal nº 7210:

Seção V:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado;

Art. 18. O ensino de primeiro grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da unidade federativa.

Esta obrigatoriedade tão sacramentada sobre a regulamentação das Escolas no Sistema Carcerário, no entanto, na prática se apresenta de forma falha, disforme e praticamente invisível! Logo, é necessário não só garantir o acesso à escola, mas também verificar como transcorre o seu funcionamento, até porque, o contingente de alunos matriculados é pequeno em relação ao tamanho da população carcerária. A esta semente plantada e garantida pelas leis falta germinar, dar mais frutos. Isso não está sendo possível porque o adubo necessário que é a vontade política está escasso, minguido. A leitura dos dados ora exemplificados (tabela I) nos permite fazer esta avaliação sem a necessidade, sequer, de uma análise mais profunda. Mas insistimos em repetir: as falhas não são por causa da Gestão exclusiva da FUNAP ou de seus profissionais, mas por conta, talvez, dos objetivos diferenciados entre educadores e a SAP representada nos presídios por seus Diretores e agentes que primam a ordem, a vigilância, o controle e rigor no cumprimento da pena, com pouco ou sem nenhum embasamento pedagógico, ingrediente indispensável no processo de reabilitação e formação humana.

Por conta disso, as ações de cunho didático educativo que têm por princípio estimular a construção do conhecimento, do saber, desaguam na insignificância, num profundo vazio, como verificamos na fala desta ex-aluna entrevistada quando lhe foi perguntado se ela gostaria de fazer algum comentário sobre a Escola do Sistema Carcerário e respondeu:

Em primeiro lugar, é assim... Independente do que acontece ou deixa de acontecer na cadeia, eu acho que tem que ter aulas... Porque qualquer coisa lá dentro é motivo para não se ter aula, e eu acho que é importante que todos os dias tenham aulas, não parar as aulas tanto tempo como acontece... Pois, às vezes você pensa: ah! Eu estudei um ano letivo, mas na verdade você não estudou um ano, você estudou digamos uns seis meses deste ano... É! Foram aproveitados apenas uns seis meses! Por isso, é importante mais atenção, mais dedicação, mais oportunidades por parte das diretorias dos presídios e também por parte dos governantes. Por outro lado, acho também que não existem políticas públicas para esta Escola. (ex-aluna, entrevistada nº 3 egressa do sistema carcerário. p. 102, deste trabalho)”.

### **3. FUNAP – educação e trabalho**

Os registros contidos nas tabelas são estatísticas<sup>9</sup> referentes ao mês de setembro do ano de 2009 que retratam em números, quantos da população carcerária estavam em processo de reabilitação, finalidade última da privação de liberdade, mediados pelas práticas: trabalho e educação. De pronto, estas informações nos remetem diretamente a perguntar sobre as ações que são praticadas com os “sobrantes” que ficam totalmente ociosos e que nem trabalham e nem estudam? Que estratégias são adotadas com vistas às mudanças comportamentais? Este fato é preocupante porque ele deve estar presente em todos os presídios pois não há como ocupar toda a população carcerária.

Nas duas unidades foco de nossa pesquisa, a população total soma 1.394 pessoas. Desta população, 1.138 estão envolvidas nas duas principais propostas de ressocialização, que é o trabalho e a educação. Assim temos naquela data: 256 mulheres ociosas.

---

<sup>9</sup>Números fornecidos pelo Departamento de Jornalismo da FUNAP

Se considerarmos que, a capacidade populacional da PFC é de 251 internas e da PFB é de 639. Chegamos à conclusão que: as internas ociosas, sozinhas, lotariam a PFC.

Se considerarmos ainda, que o trabalho oferecido nas penitenciárias não é um trabalho educativo, portanto sem qualificação, a realidade é mais assustadora ainda. Recorremos à fala de uma das entrevistas para esta pesquisa para clarear nosso pensamento:

[...] Por outro lado, se formos ver as estatísticas, os presos estão mais preocupados em trabalhar do que estudar. E, infelizmente o trabalho que é oferecido é um trabalho escravo, ele não é profissionalizante, ele não transforma, não oferece uma qualificação! Ele não dá ao preso, condições mínimas para que este preso tenha uma vida regular após o cárcere”. (fala do professor entrevistado nº 3, p. 127 deste trabalho).

### 3.1. Educação no Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo Setembro/2009

**Tabela I**

Ciclo	Nº de Alunos	Nº de Turmas
Alfabetização	4051	260
Ens. Fundamental	7306	367
Ens. Médio	3248	189
<b>Total Geral</b>	<b>14.605</b>	

### 3.2. Matrículas nas duas Penitenciárias – PFC e PFC.

#### Penitenciária Feminina da Capital – PFC Setembro/2009

**Tabela II**

População	751
Alunas Matriculadas	209
Sala de Informática	01
Sala de Leitura*	01
Cursos Oferecidos	Alfabetização, Ens. Fundamental e Médio
Projetos	Português para estrangeiras, Inglês para brasileiras e Informática e Cidadania e Leitura Ativa.

\*Acervo: 6365 livros.

Empréstimo no mês de setembro: 209 exemplares.

Parcerias:

CDI – Centro de Democratização da informática;

Projeto Leitura;

Curso de Atendimento ao Cliente – Parceria com Alpargatas.

**Educação–Penitenciária Feminina do Butantã PFB  
Setembro/2009**

**Tabela III**

População	643
Alunas Matriculadas	34
Sala de Informática	01
Sala de Leitura*	01
Cursos Oferecidos	Alfabetização, Ens. Fundamental e Médio
Projetos	Informática e Cidadania, Arte Reciclar e Empreender, Pré-Vestibular e Leitura Ativa.

\*Acervo: 6037 livros:

Empréstimo no mês de setembro: 345 exemplares.

Parcerias:

CDI – Centro de Democratização da Informática;

Projeto Leitura Ativa e Cursinho da Poli.

De acordo com as indicações das tabelas I, II e III, observamos que embora nesta população haja muitos ociosos, o número de matrículas não é expressivo. A escola não desperta o interesse que deveria. Logo, maior esforço deve ser empenhado no convencimento dessa necessidade para as pessoas que se encontram reclusas. Nesse particular, achamos que deveriam acontecer campanhas de conscientização no interior do cárcere e fora dele, como as que acontecem na atualidade referentes ao trabalho do egresso, encabeçadas pelo Conselho Nacional de Justiça, mostrando a importância da escola, assim como, a adição de outros mecanismos como a regulamentação da remição de pena pelos estudos. Neste sentido tramitam no Senado Federal pelo menos dois projetos de lei que visam alterar os artigos 126, 129 e 130 da LEP para instruir a remição de pena pelo estudo.

O STJ editou a súmula 341<sup>10</sup> que dá um norte aos promotores, juizes e advogados que trabalham na área de execução penal e não raro, têm entendimentos conflitantes em relação ao tema porque, usualmente, uns concedem a remição de pena pelo trabalho e estudos, outros discordam da remição de pena pelos estudos e concedem somente pelo trabalho.

A discussão é oportuna porque só mediados pela escola, pelo trabalho é que todos os reeducandos terão mais oportunidades de inclusão social e acesso à cultura geral o que significa dizer: mais progresso na perspectiva sócio-educativa porque afirmam-se no exercício das faculdades intelectuais e saem do ócio. O esforço intelectual deve ser reconhecido como trabalho, não só para quem se encontra privado de liberdade, mas para todo ser humano, como asseverado:

Deve-se convencer a muita gente que o estudo é também um trabalho, e muito fatigante, com tirocínio particular próprio. Não só muscular nervoso, mas intelectual: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e sofrimento (GRAMSCI, s/d, p. 127).

Outras necessidades precisam ser consideradas e atendidas, por exemplo, a ampliação dos horários das aulas, um espaço físico<sup>11</sup> adequado para o funcionamento da escola, melhores recursos materiais e humanos, uma articulação de forma planejada da educação formal com a educação não-formal, turnos diferentes de aulas para contemplar aos que trabalham, avaliações e certificação própria, fornecidos pela instituição responsável pela educação, o que não acontece e gera um certo desconforto aos alunos, porque, nem sempre os conteúdos dos exames promovidos pela Secretaria Estadual de Educação, do CESU, por exemplo, correspondem à realidade das Escolas do Sistema Carcerário. Enfim, todos os procedimentos e estruturas de que a rede pública de ensino dispõe na atualidade, pela lógica, também deveriam se estender para a Educação no Sistema Carcerário com ações bem coordenadas tendo como fim último propostas semelhantes a esta indicada:

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que

---

<sup>10</sup>Esta nota foi obtida no site [www.2.mp.pr.gov.br](http://www.2.mp.pr.gov.br), consulta realizada em 27/07/2010.

<sup>11</sup>Nem sempre há espaço físico adequado para o funcionamento da escola

pode funcionar o processo educativo, ora com força estabilizadora, ora como fator de mudança. Às vezes, preservando determinadas formas de cultura. Outras interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica [...] (FREIRE *Apud* BRAUNSTEIN, 2007, p. 129)<sup>12</sup>

Por outro lado, tem que se ter em mente que a vida no cárcere é atribulada, constrangedora, contida e desmotivada. Por estas razões, a esperança deve ser sempre renovada, orientada para despertar expectativas de novos objetivos, como incentiva esta educadora:

Quando tenho a certeza de algo que virá, basta esperar. Se nos referirmos à esperança, não pensamos numa atitude de espera, de imobilismo, como vemos em situações. Esperança é movimento. Ela é “alimentada”, sustentada exatamente pela ação do homem que explora as potencialidades do presente, começando a criar aí o futuro. O verbo da utopia é *esperançar* (grifos meus). Não se trata de esperar por algo melhor, mas de, utilizando os recursos de que dispomos e que vamos construindo, planejar e mobilizar desde já o esforço na realização do ideal. (RIOS, 2004, p.76).

### 3.3. Profissionais em sala de aula

Setembro/2009

Tabela IV

CATEGORIA	Nº POR CATEGORA
.Monitor Orientador *– CLT	36
.Monitor (Professor)* – CLT	11
.Estagiários**	46
.Estagiários (com função de Orientador)	45
.Monitor Preso (Função de Professor)***	354
.Monitor Preso (Sala de Leitura)***	116
.Monitor preso (Projetos)***	38
.ASP (Agente de Segurança Penitenciária e Auxiliam na Educação)	22
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>668</b>

<sup>12</sup>FREIRE, Paulo Reglus Neves ( 2010 p. 10)



\*Funcionários da FUNAP, cujo ingresso foi pelo concurso público.

\*\* Estudantes Universitários.

\*\*\*Assalariados pela FUNAP.

#### 4. O trabalho na penitenciária

Com base na população de setembro de 2009, nas duas unidades prisionais pesquisadas, representadas nas tabelas I e II na sequência verificamos que, o número de mulheres empregadas corresponde mais que o dobro ao número daquelas que se dedicam à Escola.

##### 4.1. Penitenciária Feminina da Capital – PFC Setembro/2009

**Tabela I**

Tipo de Alocação de Mão-de-obra	Nº de Empregadas
.Empresas Particulares .DASPRE (Grife da Oficina de Costura da FUNAP); .Apoio	479

##### 4.2. Penitenciária Feminina do Butantã - PFB Setembro/2009

**Tabela II**

Tipo de Alocação de Mão-de-obra	Nº de Empregadas
. Empresas Públicas; . Empresas Particulares; .FUNAP; .Apoio	412

No contexto das prisões, desde o seu surgimento, o trabalho é um item indispensável e assim como a educação está diretamente ligado ao conceito de transformação dos indivíduos. Mas, também sempre suscitou dúvidas e polêmicas quanto a esta finalidade porque:

O trabalho não é nem uma adição nem um corretivo ao regime de detenção [...] Não é como atividade de produção que ele é intrinsecamente útil, mas pelos efeitos que toma na mecânica humana. É um principio de ordem e de regularidade; pelas exigências que lhe são próprias, veicula de maneira insensível, as formas de um poder rigoroso; sujeita os corpos a movimentos regulares, exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e uma vigilância que serão ainda

mais bem aceitas [...] O trabalho pelo qual o condenado atende suas próprias necessidades requalifica o ladrão em operário dócil. [...] A utilidade do trabalho penal? Não é o lucro: nem mesmo a formação de uma habilidade útil, mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento ao aparelho de produção. (FOUCAULT, 1975, p. 226-230).

Nas propostas de ressocialização e promoção humana, das quais se encontra empenhada a FUNAP, constatamos pela pesquisa<sup>13</sup> que, o trabalho realmente é mais visível que a educação, mesmo que na maioria das vezes ele não tenha características profissionalizantes. Este fato é decorrente de muitas vantagens imediatas que o trabalho oportuniza para aquela comunidade, como por exemplo: a garantia concreta da remição de pena e o próprio salário, enquanto que a remissão de pena pela educação é ainda questionável. Essa constatação não é pertinente somente a este trabalho, ao contrário, vêm inspirando preocupações noutros pesquisadores e profissionais que vivenciam o cotidiano do sistema carcerário. Vejamos:

Acho que o governador do Estado de São Paulo deveria rever este decreto que foi criado, em 1992, que nomeia pessoas leigas para direção das Escolas dos Presídios em Educação. Isso tem que ser revisto, pois o Diretor de um Presídio está preocupado é com a disciplina do preso, ele não está preocupado em reabilitar! Então é um confronto de quem pensa em reabilitar com quem pensa em disciplinar... Por outro lado, se formos ver as estatísticas, os presos estão mais preocupados em trabalhar do que estudar. **E infelizmente o trabalho que é oferecido é um trabalho escravo, ele não é profissionalizante ele não transforma, não oferece uma qualificação! Ele não dá ao preso condições mínimas para que este preso tenha uma vida regular após o cárcere** ( Profª entrevistado nº 3, p.127 deste trabalho). (Grifos meus).

Em linhas gerais, como é possível evidenciar o trabalho destinado aos internos sempre está associado ao suor, ou seja, ao esforço físico e não ao intelectual.

Não é estranho convir que o sistema penitenciário brasileiro, um dos mais críticos do mundo, valorize **o trabalho em detrimento do estudo. Neste contexto, o estudo é visto apenas como mero complemento do trabalho.** (JULIÃO, 2007, p.44). (grifos meus)

Mesmo a educação sendo considerada importante, na opinião dos prisioneiros que foram entrevistados, **não podemos nos esquecer de que o trabalho nas prisões ainda é um grande concorrente da Escola.** No momento de escolher entre o trabalho e o estudo, sem hesitar, a maioria dos prisioneiros escolherá o trabalho (LEME, 2007, p.154). (grifos meus).

---

<sup>13</sup>Todas as informações das tabelas que ilustram este capítulo foram fornecidas pelo Departamento de Jornalismo da FUNAP.

O trabalho no Sistema Carcerário Brasileiro é regulamentado conforme proposição da Lei de Execução Penal nº 7210. Algumas propostas chamam nossa atenção por serem bastante expressivas, mas também por se distanciarem muito da realidade.

#### CAPÍTULO III – SEÇÃO I:

Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva.

#### CAPÍTULO III – SEÇÃO II:

Art. 34. O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa e terá por objetivo a formação profissional do condenado.

O trabalho apenas é adequado ao cotidiano do cárcere sem cumprir a finalidade educativa, ainda que, propositivamente, ocupe os apenados em maior escala e venha florescendo mais que a educação. Ele não cumpre o seu objetivo fim. O seu significado maior está mesmo relacionado a: produção, remição da pena, à ajuda nas despesas pessoais e ao apoio econômico à família do preso, enquanto para a gestão Carcerária, represente mais um dos itens de mecanismo de controle. Portanto, o trabalho no âmbito do cárcere não é educativo, nem confere uma formação profissional, ele é apenas produtivo e se distancia muito da concepção emancipatória, da tão sonhada autonomia e reinserção social que a sociedade e os reclusos esperam. Da forma que ele está estruturado, efetivamente, só contempla aos interesses da produção de alguns empresários, haja vista que, para esta categoria é interessante gerar empregos nos presídios, porque ficam isentos dos encargos sociais. Mais ainda: É dada ao preso uma remuneração simbólica sem nenhum drama de consciência, pois, é direito facultado pela LEP, como pode ser conferido na (Seção I, Art. 29: O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a  $\frac{3}{4}$  (três quartos) do salário mínimo).

Desta forma, a profissionalização é apenas registrada na lei, mas não é valorizada e oficializada como deveria. O sentido do trabalho hoje é o mesmo de quando ele foi instituído nas prisões no final do século XVII, que em síntese quer dizer:

O problema então não é ensinar-lhes alguma coisa, mas ao contrário, não lhes ensinar nada para se estar bem seguro de que nada poderão fazer saindo da prisão. O caráter de inutilidade do trabalho penal que está no começo ligado a um projeto preciso, serve agora a uma outra estratégia (FOUCAULT, 1979, p. 134).

Observamos, entretanto que, na verdade o que tem uma grande ressonância e confere mais autonomia às pessoas reclusas, embora nem todos tenham essa consciência, são as práticas pedagógicas mediadas pela educação não-formal, porque estreitam os laços afetivos, formam o indivíduo para a vida, criam um sentimento de independência, possibilitando formas mais flexíveis de trabalho após o cárcere, e sem dúvida nenhuma, por criarem melhores condições de inclusão e de intervenções como sujeitos sociais, com esta compreensão:

Os sujeitos se constituem no processo de interação com outros sujeitos [...] Têm também a capacidade de propor ações, criam e desenvolvem uma identidade com o grupo que compõe, baseada em crenças, valores compartilhados. A noção de sujeito coletivo tem a ver com a capacidade de interferir nos processos sociais. Eles criam sistemas de pertencimento. (GOHN, 2008, p.112 - 113).

Objetivando registrar a importância desta prática, bem como, sua relação com outras práticas pedagógicas, no capítulo II trataremos desta temática.

## CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO FORMAL E EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

SABERES:

“Não há saber mais

ou saber menos:

há saberes diferentes”

PAULO FREIRE<sup>14</sup>

### 1. A Educação formal e o associativismo com a Educação não-formal

O propósito fundamental deste capítulo é verificar como emerge, se desenvolve e qual o grau de importância da educação não-formal no Cárcere, assim como, o seu entrelaçamento com a educação formal. Para compreendermos estas questões se faz necessário entendermos, primeiramente, a conceituação e as diferenças destas práticas educativas. Nesse sentido concordamos com o que diz essa pesquisadora:

A Educação Formal pressupõe ambientes normatizados, com regras, legislação e padrões comportamentais definidos. Perfil do corpo docente e metodologias de trabalho são previamente normatizados [...] requer tempo, local específico [...] tem caráter metódico e, usualmente, dividi-se por idade/classe de

---

<sup>14</sup>Chamada MEC, concurso experiência em educação de jovens e adultos - medalha Paulo Freire - [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br), consulta realizada em 25/05/2010.

conhecimento [...] espera-se, além da aprendizagem efetiva (que infelizmente nem sempre ocorre), que haja uma certificação com a devida titulação que capacita os indivíduos a seguir para graus mais avançados.

A Educação não-formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais [...] ela não é organizada por série/idades/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo. Seus objetivos não são dados *a priori*, eles se constroem no processo interativo, gerando um processo educativo. Um modo de educar é construído como resultado do processo voltado para os interesses e necessidades dos que participam [...] em hipótese NEHUMA ela substitui ou compete com a Educação Formal escolar. Poderá ajudar na complementação, via programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizada no território de entorno da escola. (GOHN, 2010, p. 17- 20 e 39).

No ambiente da escola do Sistema Carcerário são desenvolvidas as atividades culturais e educativas de caráter formal e não-formal. No espaço físico da escola é onde muitas vezes se dão as relações sociais da comunidade, por ser possível o encontro das pessoas de toda a comunidade e também porque, o ambiente escolar é o mais leve do Cárcere, pois no seu interior quebram-se muitas amarras.

Nas escolas das unidades pesquisadas, de acordo com suas alunas, as salas e as paredes têm as mesmas características das escolas tradicionais. É possível ser observado a exposição dos trabalhos dos docentes e discentes, os avisos das programações culturais, as informações sobre novos cursos, os livros nas estantes, o mobiliário próprio, a voz do professor que se destaca para se fazer entender e os alunos em posturas similares aos de qualquer outra instituição escolar: questionam, fazem suas tarefas e colocam suas dúvidas, ávidos de conhecimentos. Os profissionais da educação que ali trabalham, têm a consciência do papel social da escola e de que ela realmente faz parte do processo de reabilitação proposto aos apenados. Desenvolvem seu trabalho um pouco solitários, mas são extremamente envolvidos, pois, eles se sentem diretamente responsáveis pela construção desta reabilitação e destes novos sujeitos, razão pela qual, tentam aproximá-los ao máximo do que sugere este educador:

Os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária” são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos. [...] Não pode haver conhecimento, pois os educandos não são chamados a conhecer [...] A prática problematizadora, pelo contrário [...] A primeira pretende manter a

imersão; a segunda, pelo contrário, busca a emersão das consciências, de que resulte sua inserção na realidade [...] A primeira assistencialista; a segunda, critica. (FREIRE, 2005, p.79-80 e 83).

O trabalho do professor no ambiente do Cárcere é desafiador porque tem múltiplas funções e papeis. Enquanto educador ele precisa construir novos conhecimentos com seus alunos. Mas, suas ações não se restringem apenas neste campo. Percebemos um cuidado especial em não incorrer no assistencialismo quando estes professores trabalharam os temas transversais como a ética e a cidadania e exploram as categorias esperança, generosidade, respeito, amor igualdade e a solidariedade que são valores significativos para a formação do ser humano. Há também uma preocupação muito grande em fazer com que, mediada pela educação aquela comunidade forme uma consciência crítica, saiba fazer uma leitura do mundo e do seu entorno, e, de posse destas novas ferramentas não venham a delinquir novamente. Eles (os professores) sabem que suas práticas farão a diferença, como asseverado na fala do Profº entrevistado nº 4. p. 129, quando ele fala de inclusão, formação de conhecimento e do plano escolar.

A escola para a população encarcerada é imprescindível. Ela deve ser problematizadora e seu propósito, entre outros, como dito por Freire, deve ser a busca da emersão das consciências. Ela não pode ter características assistencialistas ou apenas formalizar o que diz a lei, ao contrário disso, ela deve suscitar a esperança porque nos presídios o ambiente da escola tradicional é um espaço sagrado conforme registrado pelas alunas pesquisadas. Na concepção delas, abandoná-la no passado, por uma razão ou por outra, foi enxovalhá-la inconscientemente. Ao mesmo modo, não desqualificam a educação não-formal. Ambas educação formal e educação não-formal funcionam como um atenuante para a condição pueril que transcorre a vida no Cárcere, razão principal, para se fazer valer os termos propostos pela LEP no que se refere a educação.

A aplicação da Lei de Execução Penal (LEP) nº 7.210 tem como objetivo segundo consta na Seção V.

Art.19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.  
Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

A LEP assegura aos apenados a obrigatoriedade do Ensino Fundamental e iniciação profissional, mas na verdade os profissionais da educação no seu cotidiano passam por muitos entraves não conseguindo cumprir a contento suas funções. Faltam muitos recursos materiais, espaço físico, conexão com outros profissionais das áreas sociais que atuam no Cárcere, por exemplo: com o serviço social, com a psicologia, e a psiquiatria.

Outro problema é que nem todos os estados da federação cumprem na íntegra o que esta lei ordena sobre a educação. Na verdade, ela figura. Como já dito, o que acontece é um arranjo, um ajustamento entre o que deveria ser e o que pode ser feito. Isto porque ainda não existe um projeto de gestão ou política única para a educação neste ambiente com características tão adversas que é o Sistema Carcerário Brasileiro.<sup>15</sup> No estado de São Paulo, por exemplo, a gestão das escolas cabe à FUNAP – Fundação Professor Manoel Pedro Pimentel, que está vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo-SAP, o que já difere muito dos outros Estados da Federação onde a educação nos presídios está sob administração e gestão das Secretarias Estaduais de Educação. Independente de quem são os gestores das escolas que funcionam dentro do Sistema Carcerário, é corrente entre os profissionais de educação em presídios a urgência da implementação de novas políticas, que afirmem a construção cidadã e sejam mais condizentes com a realidade da população carcerária, como nos alerta este pesquisador:

Em linhas gerais, a questão da educação como “programa de ressocialização” na política pública de execução penal é um assunto ainda nebuloso. Reduzidas são as discussões que vêm sendo implementadas nesta direção. Poucos são os resultados que vêm reconhecendo sua importância no contexto político da prática carcerária. (JULIÃO, 2007, p.37)

Além da constatação dessa insatisfação fica evidente que o trabalho dos profissionais se neutralizará se não houver um respaldo melhor. É uma questão óbvia! Basta compararmos com as escolas tradicionais da rede estadual e municipal que são

---

<sup>15</sup>O Ministério da Educação distribuiu 500 exemplares do livro Educando para a Liberdade para 26 Secretarias da Educação dos Estados e do Distrito Federal, um projeto que norteia o ensino nas prisões.



mais assistidas, e ainda assim, muitas se encontram sucateadas. O que dizer então ou o que pensar das escolas dos presídios que não conseguem ser priorizadas do ponto de vista de investimentos? Quase não se vê nenhum movimento nem da parte da sociedade civil, nem dos governantes para otimizar este quadro. As condições de trabalho são extremamente precárias. Os professores e coordenadores fazem o melhor que podem mas, este melhor está longe de atender às demandas e expectativas existentes por parte daqueles que precisam daquela Escola.

Por sorte, o processo educativo não acontece somente nas salas de aulas das unidades escolares do Sistema Carcerário, mas também se fortalecem noutras ações educativas proporcionadas por outras vias. Por exemplo: Igrejas, Consulados, ONGS e voluntariado que, articulados com a FUNAP e a direção local da unidade prisional, no caso de São Paulo, vêm conjugando ações associativas tentando oportunizar à população carcerária o direito à busca da autonomia e cidadania, o sabor de vivenciar a esperança, a cooperação ou recuperar e edificar valores como: respeito, solidariedade, igualdade e a conquista da paz. Mas é pouco, porque têm características assistencialistas. Poucas ações fogem dessa estrutura e se destacam por serem eficazes. Diante da diversidade e dificuldades, apenas a educação formal não consegue responder às demandas existentes e as necessidades básicas. Têm-se então boas razões para associar-se a outras práticas pedagógicas, por exemplo, às já consagradas práticas da educação não-formal, porque:

A participação da sociedade nas novas esferas públicas – via conselhos e outras formas institucionalizadas – também comporta a premissa básica: seu objetivo não é substituir o Estado, mas lutar para que este cumpra seu dever de propiciar educação de e com qualidade para todos (GOHN, 2010, p.64).

Constatamos pelos resultados que a pesquisa aponta a valoração da escola formal, mas ela é mais eficaz quando conjugada com práticas voltadas para o desenvolvimento de habilidades manuais tais como: costurar, modelar<sup>16</sup> bordar, pintar, fazer “crochet” e também, atividades intelectuais como as oficinas de teatro, poesia, literatura, os cursos de inglês ou de espanhol e no caso das estrangeiras encarceradas os de língua portuguesa. Estes indicativos vêm corroborar o papel social que a escola não formal também exerce no cotidiano dessas pessoas, porque é nessa fonte que elas

---

<sup>16</sup>Desenhar moldes de roupas e bolsas.

bebem e se constroem no sentido de se tornarem mais autônomas. Os projetos apresentados pela educação não-formal dentro do Cárcere têm uma conexão direta com o mundo do trabalho porque naquele contexto é uma prática mais formadora. Portanto, não é possível negligenciar ou negá-la, conforme constatado nos depoimentos explicitados:

Fui trabalhar na FUNAP numa oficina de costura e aprendi a costurar e ter uma profissão. Fiquei lá quatro anos... Ganhei minha progressão de pena e fui para o semi-aberto, onde continuei os meus estudos e trabalhando na costura... Na rua a batalha para viver dignamente é dura...Sozinha e com dois filhos, mas tenho uma profissão<sup>17</sup> (depoimento da ex-aluna nº 5, p.109, deste trabalho).

Considerando o elevado número da população carcerária, o sistema realmente pouco oferece para a socialização dessas mulheres, mas não é difícil constatar a grandiosidade deste pouco que é proporcionado àquela comunidade tão carente que precisa ser assistida, seja pela educação formal, pela não-formal ou pelo fortalecimento do associativismo destas duas práticas que é mais adequado para aquela realidade.

Na condução da educação não-formal observa-se a presença marcante do voluntariado entrelaçando seus projetos com a educação formal como constatamos na fala do Prof entrevistado nº 5:

Meu trabalho caminha junto com algumas atividades escolares... É caminha muito junto. Por exemplo, eu procuro saber o que está acontecendo no Ensino Fundamental no decorrer das aulas para que, eu possa agregar algum conhecimento a mais, ou seja, formar uma parceria com a educação formal.(Professor voluntário do projeto Leitura, p. 132 deste trabalho).

Os resultados obtidos com estas duas práticas são estimuladores e tem significado na vida das encarceradas porque tem caráter emancipatório. Também resultam no preenchimento de lacunas deixadas nas vidas delas. Lacunas estas, decorrentes da falta de conhecimentos e das poucas oportunidades que tiveram antes de adentrarem nas prisões. Vejamos noutro depoimento:

---

<sup>17</sup> Depoimento de Ex-aluna egressa da PFC (Penitenciária Feminina da Capital) e PFB (Regime Semi-Aberto do Butantã) que frequentou os cursos de literatura, bordado, oficina de costura e o cursinho preparatório para o ENEM.

[...] por outro lado tive outras experiências que também vão me marcar pelo resto da minha vida, como a volta à escola, pois eu só tinha 4<sup>a</sup> série, agora estou na 8<sup>a</sup> série do Ensino fundamental... Participo do coral evangélico, aprendi a bordar e a costurar... Com fé em Deus vou seguir uma vida nova, terminar os estudos e chegar a faculdade, atualmente estudo e estou concluindo o ensino fundamental EJA<sup>18</sup> (Trecho depoimento nº 1 ex-aluna egressa. p. 87 deste trabalho).

Nesta pesquisa ficou explicitado ser a educação muito importante para aquelas mulheres, quer dizer, ela tem função nucleadora a partir do momento que elas desvelam o valor da escola. Antes, sem nenhuma significação. É que, a grande maioria das encarceradas, já chegaram ao mundo na condição de “perdedoras” e cresceram com pouca ou nenhuma referência familiar, moral e cultural, destituídas dos direitos mais elementares à vida. Razões compreensíveis para que essas mulheres desejem ser orientadas para o caminho da autonomia, da emancipação. Elas precisam de oportunidades reais de entender o mundo e nele se inserir. Daí a urgência do Estado suprir as necessidades de políticas públicas mais eficazes. Pensar em cidadania, uma cidadania mais ampliada, não aquela que se constitui somente no direito ao voto, afinal preso não vota!<sup>19</sup> Não estamos falando de uma cidadania outorgada, consentida, mas de uma cidadania plena conquistada que possa ser construída com este sentido:

Para ser cidadão, é necessário que o indivíduo tenha acesso ao saber que se constrói e se acumula historicamente e ter condições de recriar continuamente o saber... Continua Terezinha: Eis aí o que se demanda às instituições sociais e, mais particularmente, à escola: desenvolver seu trabalho no sentido de colaborar na construção da cidadania democrática. Se esta se identificar com a possibilidade de instalação de uma vida digna e feliz para todos, pode se dizer de outro modo o que se acabou de afirmar: a escola é um dos lugares de construção da *felicidadania*. (grifos meus).(RIOS, 2006, p. 125).

Cumprido esclarecer que as práticas de educação não-formal, no âmbito do Sistema Carcerário propicia às reeducandas retorno econômico imediato como já dito,

<sup>18</sup>Depoimento de ex-aluna egressa da PFC-Penitenciária Feminina da Capital e PFB-Penitenciária Feminina do Butantã, Regime Semi-Aberto) que frequentou a Escola Formal e os cursos de teatro, dança, pintura e bordados viabilizados pela Educação não Formal.

<sup>19</sup>Em poucos estados da Federação o preso vota, nesse particular, o Estado de Sergipe é um dos pioneiros.

amplia as perspectivas de inserção social e no mercado de trabalho, o que constitui um dos motivos geradores do interesse por parte da maioria das encarceradas nas oficinas de trabalhos manuais, muitas vezes, articuladas pela própria comunidade.

As mais habilidosas bordam toalhas de banho, panos de prato, almofadas, fazem tapetes, camisetas, cortinas e joguinhos de banheiro em crochê. Também, confeccionam em cartolinas cartões para celebrações das datas comemorativas, como por exemplo, dia das mães, dia dos pais, dia dos namorados, dia das crianças, páscoa, natal, dia do professor, dia do amigo ou, simplesmente, para alguém que lhe seja importante por alguma particularidade. Esses cartões tem excelente apresentação e são muito bem elaborados e a confecção deles é um exercício intelectual. Eles traduzem uma verdadeira obra de arte com suas letras desenhadas de forma impecável! São cheios de lacinhas, fitinhas, areia brilhante, com passa fitas e bordado inglês. Curiosamente, recebem uma nomenclatura especial: é o famoso DVC<sup>20</sup>. Enfim, tudo se materializa e se transforma em mercadorias que são trocadas ou vendidas internamente por um bom valor, ou seja, quem não sabe fazer determinada coisa, mas deseja, compra de quem sabe. Essa movimentação acaba se configurando num mercado específico daquele ambiente que é regulado por uma moeda interna diferenciada: **o cigarro** ou a **troca de um objeto por outro** de forma tal qual a que foi vivenciada pelo homem da Idade Média. Também, objetiva o suprimento das necessidades econômicas. Estas atividades são muito significativas porque além de gerar rendas é um canal de aproximação entre as detentas e é na verdade, um caminho para gerar laços afetivos e de identidade estabelecendo ali a solidariedade e conseqüentemente dando o tom comunitário. Tudo isso é muito interessante porque oportuniza trocas de experiências, onde as mais habilitadas funcionam como agentes multiplicadoras de novos conhecimentos, disseminando técnicas de trabalhos manuais para o restante do grupo. Assim, vai se desenvolvendo e construindo-se um campo de saber: o da educação não-formal de acordo com esta afirmação:

Um dos supostos básicos da educação não-formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. A experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera o aprendizado. A produção de

---

<sup>20</sup>Informações ou declarações carinhosas transcritas em cartões ou papel sulfite que são endereçadas para a família, amigos, namorados em datas comemorativas. É um apelido dado a estes cartões, num certo sentido satirizado, a famosa ficha corrida ou capivara que aponta eventualmente alguma infração penal e cometida pelas pessoas.

conhecimentos ocorre não pela absorção de conteúdos previamente sistematizados, objetivando ser apreendidos, mas o conhecimento é gerado por meio da vivência de certas situações problemas. (GOHN, 2005, p. 103).

As experiências deste grupo concretizam a força do coletivo e mostram que as demandas emergem sempre de carências pessoais ou de recursos. Ou ainda, da necessidade de mudanças. Constatou-se que, no âmbito da Escola no Sistema Prisional a pedagogia deve ser mais desafiadora preenchendo todos os espaços. Ela tem que abarcar as duas formas de educação: a formal e a não-formal num associativismo sem contraposições, mas complementares entre si, como exemplificado:

Quando se fala em Educação seria muito simplista reduzi-la à Educação escolar, pois se observa somente uma parte da realidade. A escola não é a reserva natural da formalidade e do rigor pedagógico. As outras educações, chamadas de educação-não formais ou informais, podem ser tão formais ou mais que a mesma escola. [...] A Educação não-formal é compreendida como um campo, não em oposição à Educação formal, mas complementar à crise da educação escolar. Quando observamos sua trajetória prática, constatamos que ela deriva e transita por várias e diferentes ações e áreas do conhecimento. (CARO, Sueli Maria Pessagno, 2009, p. 150 e 152).

## **2. Trabalho intelectual x trabalho manual.**

O princípio educativo sobre o qual se baseavam as escolas elementares era o conceito de trabalho que não pode ser realizado em todo o seu poder de expansão e produtividade sem um conhecimento exato e realista das leis naturais e sem uma ordem legal que regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta pelos próprios homens como liberdade e não por simples coação (GRAMSCI, s/d, p. 120).

É senso comum entre os educadores que trabalham nas Escolas do Sistema Carcerário, e aqui me refiro aos professores das duas Escolas pesquisadas, a compreensão de que, a educação tem uma relação direta com o mundo do trabalho,

tanto quando ela instrumentaliza com vistas a emancipação, neste caso, imbuída de senso crítico da consciência dos seus direitos e deveres, portanto, sustentada na liberdade de escolha, como quando ela forma para responder e sustentar as demandas da evolução e oscilação do mercado econômico. Observamos que o educador social, configurado na presença do voluntariado e os professores da escola formal consideram que no ambiente do Cárcere o papel social da Escola é ainda mais denso porque, além de buscar sanar estas dicotomias, entre educar para vida ou formar para o mercado de trabalho, ela precisa empreender-se em viabilizar respostas afirmativas quanto a “recuperação” dos encarcerados. A prática da educação não-formal, como já registramos é uma das formas empreendidas no processo de recuperação do preso. Neste sentido, além das outras práticas, existem as oficinas de costura geridas e administradas pela FUNAP, onde são feitos os uniformes usados pelos detentos dos presídios do estado de São Paulo e mais recentemente numa atitude louvável aconteceu o lançamento de uma grife própria: DASPRE a grife que liberta<sup>21</sup>, que tem seus produtos comercializados na loja “Do Lado de Lá” na região central de São Paulo.

Quando esses produtos são produzidos nas oficinas das Penitenciárias acontece uma relação entre o trabalho intelectual refletido no ato de pensar, desenhar e esboçar os moldes e o trabalho manual que, é a prática de cortar, ordenar e costurar o tecido, resultando na materialização de uma peça como abordado por uma das ex-alunas entrevistadas quando se refere à importância da educação formal e não-formal:

Veja bem, como eu trabalhava com costura, lá dentro eu tinha que cortar as peças, contar estas peças e classificar a produção no final do dia, então, eu tinha que saber contar, usar matemática e se não fosse a escola formal como eu faria isso? Então a escola formal é o foco, mas as duas são importantes (ex-aluna entrevistada nº 6, p. 116 deste trabalho).

As pessoas que trabalham nessas oficinas são assalariadas e o ingresso é realizado por um processo de seleção, aliás, bastante concorrido. Esta concorrência é sustentada pelo desejo de terem um vínculo de trabalho com a FUNAP, não só por

---

<sup>21</sup>Esta oficina é resultado de uma parceria, em 2009, com a SUTACO que ministra cursos profissionalizantes de artesanato e certifica. Fonte: [www.funap.sp.gov.br](http://www.funap.sp.gov.br), consulta realizada em 28/04/2010.

conta da remuneração e da remição de pena, mas especialmente, por resultar numa formação profissional mais ampliada na área de costura, o que significa dizer, mais autonomia e melhores possibilidades de inserção no mercado de trabalho após o Cárcere. Prática que confere a intencionalidade e o propósito da promoção dos sujeitos para a vida, uma das características próprias da educação não-formal.

Observamos que dentre as ofertas de trabalho existentes no Sistema Carcerário, esta é uma das poucas que, não só disciplina ou ocupa aquelas mulheres, mas qualifica educando. É impactante porque provoca mudanças comportamentais e gera realmente novas perspectivas de inclusão social e profissional após a reclusão. Diferente do trabalho oportunizado pelas empresas que se instalam nas penitenciárias e que oferecem um trabalho apenas alienante e exploratório daquela mão de obra disponível sem o objetivo de qualificá-la.

Relacionado aos aspectos de caráter educativo que visam a inclusão social, o desempenho da FUNAP tem conotação mais positiva e flui melhor no tocante a categoria trabalho do que na categoria educação, talvez por ser mais apoiada neste aspecto pelos dirigentes dos presídios. Como demonstra esta entrevistada:

Temos uma boa formação [...] a gente tem muito apoio da FUNAP [...] A direção do Presídio sempre prioriza o trabalho e a disciplina, a educação é colocada como se fosse um favor e não um direito! [...] não se reconhece como tal [...] Por outro lado, a FUNAP é responsável tanto pelos contratos de trabalho como os de educação, o que constitui um paradoxo! (Prof<sup>a</sup> entrevistada n° 2 p. 124 deste trabalho).

Conclui-se, portanto, que o trabalho e a educação formal e a educação não-formal são fundamentais como ferramentas no processo de recuperação das pessoas que se encontram reclusas, entretanto, maior integração precisa acontecer na união e aplicação dos conhecimentos dos responsáveis por estas categorias, que seriam plenamente respondidas pela escola desinteressada e de formação integral estruturada com base no pensamento de GRAMSCI já referenciado neste trabalho.

### **CAPÍTULO III - ANÁLISES DOS DEPOIMENTOS E ENTREVISTAS**

#### **PARTE A: Análises dos depoimentos das ex-alunas egressas do Sistema Carcerário**

No primeiro momento da nossa pesquisa de campo as ex-alunas fizeram de próprio punho os depoimentos. Eles surgiram da necessidade de articular suas informações com as entrevistas que seriam realizadas num segundo momento fortalecendo-as e conferindo-lhes um caráter de maior veracidade possível, também, como uma maneira de acolhimento dos nossos primeiros contatos.

Como o foco do nosso trabalho é investigar a forma como estas ex-alunas se apropriaram dos conhecimentos adquiridos na escola do Sistema Carcerário propusemos a elas que fizessem estes depoimentos de forma espontânea e de maneira verdadeira caracterizando aquela escola a sua importância, ou não, naquele contexto.

Em nenhum momento pedimos que dissertassem sobre alguma particularidade de suas vidas, principalmente, o porquê de suas passagens pelo cárcere por acharmos que estas questões são muito pessoais, e também, não são atinentes a esta pesquisa. Mesmo assim, em algum momento elas registraram aspectos de suas vidas fora do Cárcere. Sobre esta questão diz este pesquisador:

Um depoimento não é um relatório científico. Porém, de certo ponto de vista, é até algo mais vivo, mais aderente à realidade, ainda que impregnado de sabor subjetivo e de muitos traços pessoais. (NOSELLA, 2002, p.25.)

Concordamos com a afirmação de NOSELLA, pois, ao ler e reler estes depoimentos verificamos que, além das várias referências à escola, emergiram dali muitos traços de ordem pessoal que de certo modo estabelecem um explícito diálogo com os propósitos do nosso objeto de estudo, portanto, não podem ser desprezados. Ao contrário, são categorias merecedoras da nossa atenção. São elas: família, vida econômica, motivação para o crime, arrependimento, a escola, e a inserção social e profissional.



## 1. A Família

Constatamos que a ausência, a presença, ou rigidez da família, são pontos inferidos nas falas de todas as nossas ex- alunas depoentes e que, independentemente, da forma como os laços familiares transcorreram, pelos registros delas, não ficou represada nenhuma mágoa ou incompreensão pelo tipo de formação familiar recebida. Também, não responsabilizaram diretamente suas famílias pelo sucesso ou pelo insucesso próprio. Por se tratar de pessoas muito jovens, o que percebemos foi uma insatisfação com o “status” social e uma incompatibilidade própria decorrente das diferenças entre gerações, quer dizer, é comum a rebeldia na adolescência, fase onde muitas vezes as ações dos jovens extrapolam e fogem ao controle dos pais.

Entre as depoentes, duas delas registram com mais veemência, a origem humilde e acrescentam um fato novo que foi a substituição dos vínculos familiares por um orfanato.

“[...] sair de casa, [...] de uma família que não é muito bem financeiramente, meus pais [...] optaram em colocar, minhas irmãs e eu num lugar onde moças e rapazes viviam para servir a Deus” (Depoente nº 1, p. 84 deste trabalho).

“Nasci [...] numa família muito pobre [...] meus pais se separam e minha mãe ficou com cinco filhos [...] minha mãe tomou uma decisão [...] resolveu nos internar num orfanato[...].” (Depoente nº 2, p. 90 deste trabalho).

“Meus pais eram muito rígidos, fomos criados dentro de uma igreja [...] optei por outro mundo [...] sai de casa [...] (depoente nº 5, p. 107 deste trabalho).

Ficou latente que os fatores que contribuiriam para os desvios de comportamentos foram: a imaturidade própria da adolescência, a pobreza, a falta de dialogo ou a rigidez familiar.

## **2. A vida econômica**

A pobreza é um traço preponderante na infância, na adolescência e na fase adulta de todas elas. Verificamos ainda que, apenas uma das depoentes pertence a uma família de classe média, tendo as outras em comum o subemprego, a periferia e a pobreza. Todas reavaliaram suas trajetórias de vida, lamentaram e mostraram-se arrependidas pelos desvios comportamentais, mencionaram que, em algum momento foram humilhadas e discriminadas enquanto estiveram reclusas, mas buscam a superação e lutam por uma vida melhor. No decorrer da vida, pela carga emocional demonstrada ao relatarem os fatos vivenciados, observamos que a eles foram imputados valores negativos significativos que, conseqüentemente, resultaram em traumas, carência afetiva, e numa vida econômica regrada. Daí originando pontos de partida para a vida desaguar em situações de riscos. Estas causas, muitas vezes, foram imperceptíveis para a própria família e para elas também. Mas, estão presentes antes, durante e após o cárcere como revela a colocação dessa depoente:

[...] como sou do estado do Paraná, a assistência de minha família ficou muito difícil uma vez que todos moram lá, assim como, a de um advogado, pois, as condições financeiras não permitiam, não dava!  
[...] (depoente número nº 1, p.86, deste trabalho)

Em síntese, a falta de referências familiares e a pobreza, funcionam como fios condutores para que as entrevistadas adentrassem ao cárcere.

## **3. A motivação para o crime**

A motivação para o crime aparece sob influências de novos valores que foram sendo incorporadas à vida, na transição da adolescência para a fase adulta no dizer de três jovens depoentes com menos de trinta anos de idade. Entre as duas, com mais de trinta anos, apenas uma afirmou ter sofrido influências de um amigo para ingressar no mundo do crime, mas frisou também que, a privação de bens materiais foi a razão principal. As outras duas não fizeram nenhum comentário.

Referente às influências sofridas, elas foram percebidas na exposição destas falas:

[...] Numa “balada” conheci uma pessoa que aparentava ter uma boa índole [...] ela me propôs um trabalho [...] buscar uns documentos para ela em Amã [...] no aeroporto de São Paulo perdi o voo [...] Agente da polícia federal pediu meus documentos, dizendo que havia uma probleminha com a minha mala [...] a substância era droga. [...] então fui conduzida para a cadeia federal”. (Depoente nº 1. p. 84 deste trabalho).

[...] Reencontrei um amigo [...] ele me fez uma proposta de um trabalho ilícito, eu aceitei e pensava: ah! Vou ganhar um dinheirinho [...] depois retomar minha vida honestamente. [...] Foram nove anos de estelionato!” (Depoente nº 02 p.91 deste trabalho).

[...] achava que sabia tudo... [...] estudava, trabalhava e freqüentava a igreja [...] cabulava aulas, em principio, para ir aos bailes e a rodas de pagodes para dançar [...] e me envolver com pessoas que faziam o mesmo” (Depoente nº 3, p. 98 deste trabalho).

[...] eu estava iludida [...] com as minhas amizades [...] Morava sozinha, meus amigos me visitavam constantemente [...] tinha a convicção de que nada me atingiria [...] fiquei desempregada. [...] ampliei, ainda mais, meu círculo de amigos e, foi por meio desses amigos que perdi o fio da meada, a noção de limite”. (Depoente nº 4, p. 103 deste trabalho).

[...] Conheci o Alexandre [...] ele tinha nove irmãos e nenhum deles teve incentivo para estudar [...] estava mais próximo de seus caminhos a vida do crime”. [...] no início, foi um susto [...] mas já estava envolvida demais [...] deixei que o destino me conduzisse, sem ao menos pensar nas conseqüências que ele poderia trazer no futuro”. (Depoente nº 5 p. 107 deste trabalho).

#### **4. O arrependimento**

O arrependimento é um fato revelado por todas as depoentes, e ao que parece, é um sentimento que vem entrelaçado com a esperança e com uma nova consciência. A de que a vida parou e que ela (a vida) está inacabada e precisa ser retomada de algum ponto e que também para sua continuidade, novas ferramentas, novos hábitos, e comportamentos devam ser adquiridos, o que lhes confere um sentimento de esperança e novas perspectivas para a vida no futuro. Conferindo:

[...] o crime não compensa! O dinheiro é fácil! Torna-se um círculo vicioso. Ganhei muito dinheiro, mas com a mesma velocidade que eu ganhava eu gastava. [...] O sistema penitenciário não reeduca ninguém, muito pelo

contrário! [...] O apoio da minha família, especialmente de minha filha [...] o exemplo dela me fez vê o quanto fui tola. (Depoente nº 2, p. 91 deste trabalho).

[...] Meu Deus!... E agora!? [...] Tenho tentado um emprego, não é nada fácil! Sinto que há muita discriminação aliada à competitividade [...] Todos nós temos acertos e erros, para muitos, inclusive para mim, ir para a cadeia é o pior de todos. (Depoente nº 3. p. 99 deste trabalho).

## 5. A escola

Considerando outras colocações no corpo dos depoimentos entendemos que, além da falta de referências familiares, da excessiva pobreza material, problemas referentes à baixa escolaridade dos pais e das próprias depoentes se integram a estas questões e contribuiriam desfavoravelmente no processo de formação humana, profissional e na construção da cidadania das ex-alunas depoentes.

Vejamos: todas as ex-alunas pesquisadas têm a nítida consciência de que a má influência, a ausência da escola em suas vidas no momento adequado, comprometeram o próprio desenvolvimento pessoal, refletindo diretamente na falta de oportunidades e na exclusão social. Isso é informado de maneira contundente pelas entrevistadas quando se referem as suas experiências educacionais antes e durante à clausura.

Estas considerações nos permitem pensar que é possível recuperar, de alguma maneira, o tempo perdido da idade escolar própria, e também da própria vida pessoal no cárcere, porque:

A consciência do inacabado entre nós mulheres e homens nos fez seres responsáveis, daí a eticidade de nossa presença no mundo. Eticidade que, não há dúvida, podemos trair. [...] A consciência do mundo e a consciência de si como ser inacabado, necessariamente, inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. (FREIRE, 1996, p.57).

Não há omissão por parte das depoentes da necessidade de se tornarem, por meio da educação, cidadãs ativas e participativas. Suas vozes dão conta desses desejos.

O processo de construção cidadã é otimista, mas, acreditamos que não só a escola, mas também, o trabalho no ambiente prisional deverão passar por uma ressignificação no lastro da sociedade civil e do Estado. Ele precisa ter sentido mais

permanente para as pessoas que tiveram algum desvio de conduta. É essencial uma capacitação profissional que prepare a população carcerária para enfrentar as novas tecnologias, a competitividade e as torne verdadeiramente autônoma, enfim, aquelas pessoas precisam de: “[...] expandir a personalidade, tornada autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea” (GRAMSCI, 1982, p. 124 *apud* BRASSALOBRE<sup>22</sup>).

Nesse sentido, vejamos nos trechos dos depoimentos a confiança e a esperança que todas buscam na Escola:

[...] eu não gostava de estudar, pois durante o dia trabalhava como doméstica e à noite tinha que ir à escola e era muito cansativo, então quando conclui a 8ª série parei. [...] morando sozinha com minha filha tinha que arcar com todas as despesas, então resolvi fazer marmitex e vender nas feiras, mas isso não era suficiente [...] me lembrei das palavras de minha mãe falando, sempre, da importância de estudar! Voltei para escola”. (Depoente nº 2, p.90 deste trabalho).

[...] deixei de estudar [...] minha vida passou a mudar e a tomar outros rumos. Quando me dei conta estava dentro de um presídio... [...] ao sair do estágio comecei a trabalhar, me inscrevi no coral (tive aulas de canto) [...] Fiz os seguintes cursos: fotografia que demorou seis meses, de teatro com duração de oito meses, de bordados onde me especializei em ponto cruz, cabeleireira, leiturativa e fiz também [...] o curso de informática, enquanto cursava o ensino médio (Depoente nº 3, p. 98 deste trabalho).

[...] eu só tinha a 4ª série, agora estou na 8ª série [...] para ter uma vida diferente (depoente nº 1, p. 87 deste trabalho).

[...] fiz o curso preparatório para o ENEM [...] li vários livros de auto ajuda [...] assisti muitas palestras que nos orientavam para o retorno à sociedade [...] fiz curso do SEBRAE [...] muito útil para mim após o cárcere (depoente nº 2 p.91 deste trabalho).

[...] Ter concluído o ensino médio no presídio tem me ajudado muito, porque, hoje as exigências no mercado de trabalho aumentam a cada dia [...] sei que, para tudo tem solução, basta não desanimarmos, sei que terei de lutar e batalhar muito para alcançar meus objetivos (depoente nº 3, p. 99 deste trabalho).

[...] E com a motivação e incentivo da professora Elaine que, procurava me mostrar o que era certo e o que era errado {...} Eu fui adquirindo novos hábitos, novos modos. (depoente nº 7, p. 117 deste trabalho).

---

22 GRAMSCI, Antonio. Os Intelectuais e a organização da cultura, (série Filosofia: Perspectivas do Homem, v. 48).

## 6. Inserção social e profissional

A educação formal e a não-formal são reconhecidas e valorizada por todas, são como uma seta apontando o rumo que direcionará suas novas formas de viver após o cárcere. Por isso mesmo, a escola é procurada por quem, supostamente, não precisa dela por já ter concluído o ensino médio, como dito pelas depoentes nº 2 e nº 5. Esta última (a nº 5) quando de maneira enfática afirma que procurou a escola para:

[...] Relembrar e reafirmar os conhecimentos adquiridos anteriormente, assim como, **adquirir outros que pudessem me ajudar na construção de um futuro novo**. Então procurei aproveitar todas as oportunidades que a escola oferecia, pois tinha a consciência de que lá era o lugar onde acharia um suporte que depois ajudaria a redirecionar a minha vida. (depoente nº 4, p.104 deste trabalho) .(grifos meus).

As expressões grifadas têm como objetivo mostrar a grande carga de esperança na inclusão social e profissional que estão contidas nelas. Da mesma forma, registramos as palavras encorajadas da depoente nº 6, porque, mesmo depois de oito longos anos de reclusão, fecha o ciclo dos depoimentos de maneira confiante quando nos diz:

[...] Pensando em minha vida profissional, retornei aos meus estudos. Conclui o Ensino Médio - EJA, que havia iniciado na escola do sistema penitenciário. Fiz cursinho básico de informática e iniciei o curso de enfermagem, mas interrompi, por não poder conciliar meu horário de trabalho com os meus estudos, mas, **não vou desistir de chegar à medicina**. (depoente nº 6 p. 114 deste trabalho). (grifos meus).

Constatamos que, embora todas as ex-alunas egressas trabalhassem enquanto estiveram no sistema penitenciário, em nenhum momento elas mencionam a possibilidade de exercer, após a reclusão, aquele trabalho que exerciam no Cárcere. Verdadeiramente ele não faz parte de seus objetivos quando pensavam em inserção profissional, porque existe a consciência de que a profissionalização esperada não aconteceu. Mesmo as duas depoentes, que obtiveram uma formação profissional como costureiras, de acordo com seus relatos nas entrevistas, elas não concentraram nesta

profissão a esperança de um trabalho imediato ou permanente, ao contrário, toda confiança delas é depositada na escola. Ela é o meio de ascensão social e profissional em que todas acreditam, mesmo que nem todas alcancem.

## **PARTE B: Análises das entrevistas realizadas**

### **1. Entrevistas realizadas com seis ex-alunas egressas do Sistema Carcerário.**

As análises e interpretações conduzidas até aqui estão sustentadas em trechos dos depoimentos que, em parte respondem de forma mais objetiva e significativa a questão levantada pela nossa grande pergunta. As entrevistas de forma complementar respondem as nossas indagações referentes aos propósitos da escola no Ambiente Carcerário. Com o mesmo espírito, ou seja, de forma investigativa agora são as entrevistas objeto de nossas reflexões. Elas serão sistematizadas para análise, em conformidade com a estrutura do próprio roteiro:

#### **Qual seu nome e Idade?**

Todas as entrevistadas se identificaram pelo próprio nome, não usaram nenhum Pseudônimo e informaram a verdadeira idade.

#### **Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?**

Todas as ex-alunas entrevistadas autorizaram o uso das informações prestadas, inclusive, assinaram um termo de consentimento para este fim.

#### **Qual o grau de escolaridade de seus pais?**

Verificamos que, apenas os pais de uma ex-aluna concluiriam o ensino médio. Duas entrevistadas, o pai concluiu o ensino fundamental, mas a mãe não, outra, a mãe é analfabeta e o pai concluiu o ensino fundamental. Duas ex-alunas têm os pais totalmente analfabetos.

Os resultados mostram a predominância da baixa escolaridade e curiosamente são as mulheres lideram esta situação.

#### **Qual o seu grau de escolaridade antes de você ficar privada de liberdade?**



Na escola do sistema carcerário: duas das entrevistadas concluíram o ensino fundamental e prosseguiram no ensino médio, uma concluiu o ensino médio, uma tinha estudado somente até a 4ª série, portanto, iniciou e terminou o ensino fundamental naquela escola. Três ex-alunas responderam que já haviam concluído o ensino médio, antes de adentrarem ao cárcere e buscaram alternativas na educação não formal, fizeram cursos preparatórios para o ENEM e realizaram as provas.

Configurou-se uma alta incidência de baixa escolaridade antes do encarceramento, principalmente, se considerarmos que todas estas mulheres antes da reclusão tinham idade acima de vinte e um anos, portanto, idade suficiente para terem concluído o ensino médio, mas, os registros mostram que elas não estudaram em tempo próprio, o que configura um processo de exclusão escolar e conseqüentemente social.

### **O que te motivou a estudar enquanto você esteve no Sistema Penitenciário?**

As respostas são variadas. Elas transitam por muitos campos que vão desde preencher o tempo ocioso com coisas úteis, dissipar o sentimento de exclusão como pontua a entrevistada número um, o desejo de sair do isolamento e conectar-se com o mundo, até chegarem, objetivamente, ao desejo de poder dar continuidades aos estudos e ingressar na faculdade.

Nesse sentido o pensamento freiriano, em síntese, é a análise mais precisa desta questão, quando ele se refere à consciência do inacabado e diz:

Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e da cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não um determinismo (FREIRE, 1996, p. 52 e 53).

### **Qual é a importância da Escola dentro do Sistema Penitenciário?**

Embora dito com palavras diferentes, todas as respostas convergem para o vislumbamento de um futuro melhor ancoradas na escola, porque, segundo as entrevistadas a escola pode viabilizar: um olhar novo para o mundo, mais acesso à

cultura, à possibilidade do crescimento pessoal, ampliar horizontes, torná-las mais sensíveis.

**Que contribuições você acha que a Escola pode oportunizar ao aluno (a) privado de liberdade?**

As respostas se fixaram em dois pólos: três entrevistadas acham que abre perspectivas para inserção no mercado de trabalho e possibilita mais conhecimentos. As outras três acham que a escola permite saírem do estado de ignorância (em que algumas se encontram), também, adquirirem o gosto pela cultura e as tornam mais esperançosas.

**As expectativas que você tinha em relação a Escola elas foram correspondidas?**

Aqui também as respostas se dividiram em dois pólos. Um grupo acha que sim, porque os professores são muito dedicados, inclusive, a entrevistada nº 6, acrescenta que, além de suas expectativas terem sido correspondidas, pois ela teve a oportunidade de concluir o ensino fundamental e a 2ª série do ensino médio, esta experiência, a motivou voltar a estudar, porque, antes ela não gostava. Já no grupo opositor, que acha que as expectativas não foram correspondidas, suas respostas alertam quanto: a existência de poucas aulas, o horário reduzido das mesmas e pontuam que, os problemas de ordem disciplinar e administrativos servem sempre de mecanismos de desculpas para os gestores dos presídios suspenderem as aulas<sup>23</sup>.

**Você achava que a Escola de alguma forma te ajudou na inserção social e profissional?**

As respostas foram unânimes. Todas afirmaram que sim! E as justificativas são as de que: a escola ajudou na recuperação da auto estima e no amadurecimento. Mas, o fato mais destacado foi o de terem estudado enquanto estavam presas, pois segundo demonstram, se não tivessem estudado, não teriam condições de acesso ao emprego que têm hoje, e também, de prosseguir com os estudos. Quer dizer, não exerceriam os direitos mínimos de cidadã. Estas afirmações confirmam o que diz Arroyo quando se refere a importância da escola para a formação cidadã, vejamos:

---

<sup>23</sup>Assunto mencionado pela segunda vez.

A luta pela escola e pelo saber tão legítima e urgente vêm se constituindo um dos campos de avanço político significativo na história do movimentos sociais populares e na história da constituição da cidadania. Por este caminho nos aproximamos de uma possível redefinição da relação entre cidadania e educação. Há relação entre ambos? Há e muita, no sentido de que a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação do cidadão. (ARROYO, 2003, p. 79).

**Além da Escola Formal quais as outras formas de educação e aprendizado que você vivenciou no Sistema Penitenciário, ou seja, o que te foi proporcionado pela educação não formal?**

Todas responderam que participaram dos cursos viabilizados pela educação não - formal e destacaram os trabalhos manuais como a pintura, a dança, o teatro, os cursos de cabeleireira e fotografia. Consideraram estas práticas muito importantes, porque qualificam para o trabalho, possibilitam a geração de rendas. É mais palpável. Deram grande destaque à presença do SEBRAE e dos professores voluntários com o projeto Leiturativa. Percebemos um movimento “silencioso” onde, praticamente, todas estão engajadas na estimulação das ações da educação não-formal impor-se naquele espaço de forma mais revigorada. No nosso entender, próxima, do que explica a autora:

O grande destaque que a educação não formal passou a ter [...] decorre das mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Passou-se a valorizar os processos de aprendizagem em grupos e dar importância aos valores culturais que articulam as ações dos indivíduos. Passou-se ainda a falar de uma nova cultura organizacional que, em geral, exige aprendizado de habilidades extra-escolares (GOHN, 2005, p. 92).

**Você acha que a Escola no Sistema Penitenciário está bem estruturada como ela está?**

Todas as ex-alunas responderam que não. Também, foram unânimes em suas críticas ao afirmarem que: são poucas horas de aulas<sup>24</sup>, gostariam que todos os professores tivessem formação adequada, pois acham que as aulas com as reeducandas monitoras deixam a desejar, e ainda, faltam incentivos e mais atenção por parte dos governantes, assim como, dos diretores dos presídios. Uma entrevistada acrescentou

<sup>24</sup>Assunto relevante e muito repetido na fala de todas.

que, não há sintonia entre a diretoria dos presídios e os profissionais de educação. Achemos coerência o que aponta essas questões que são problematizadas, também, por um estudioso do assunto quando diz:

As questões cruciais em relação à educação de presos foram suficientemente identificadas nos Anais do I Encontro de Monitores de Alfabetização de Adultos Presos do Estado de São Paulo (FUNAP, 1993) e podem ser sintetizadas em uma única frase: incompatibilidade entre os objetivos e metas da Educação e os objetivos e metas da pena de prisão. (SILVA, 2009, p. 299).

### **Como você vê os Professores?**

Para esta pergunta também temos dois pólos de respostas. Um qualificou os professores como: esforçados, dedicados e maravilhosos, porque valorizam as alunas, são preparados, especialmente os contratados pela FUNAP.

Já o outro pólo considera o número de professores pouco e que, o que eles passam também é pouco. Achem que eles precisam se preparar e terem uma formação melhor. Uma ex-aluna acrescentou que eles deixam a desejar não pela forma de atuação, mas porque há uma espécie de vigilância pelos funcionários dos presídios em relação aos profissionais da educação<sup>25</sup>.

**Você considera mais importante freqüentar: a Escola formal ou os cursos de bordados, costura, “crochet”, pintura, teatro (outros...)? Por favor, comente as diferenças e a importância de cada uma.**

Três ex-alunas são taxativas ao afirmarem que consideram mais importante a escola formal, enquanto as outras três acham que as duas formas de educação são importantes, e entre elas, duas mencionaram que obtiveram formação profissional por meio da educação não-formal. Ambas são costureiras, mesmo assim disseram: como só pela educação formal é possível continuarem os estudos, por esta razão, ela (a educação formal) passa a ser o foco. Concluímos, portanto, ser a educação não-formal muito importante, mas, subtraídos os comentários, o que fica evidenciado é que, todas as entrevistadas acham a educação formal mais importante.

---

<sup>25</sup>Fala reiterada em vários momentos da entrevista.

**Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação a Escola no Sistema Penitenciário?**

Nenhuma das entrevistas negou-se a fazer comentários, críticas e sugestões. Vejamos: quatro disserem ser perceptível por elas uma falta de sintonia e objetivos comuns entre a equipe envolvida na educação e equipe gestora dos presídios, fato que, se apresenta como uma forma de comprometimento no andamento das atividades da escola; quatro acham que a escola no sistema carcerário precisa de mais atenção por parte dos governantes, noutras palavras, ela precisa ser legitimamente reconhecida.

Enquanto três entrevistadas falaram da importância do aumento da carga horária. Já a falta das aulas de educação física ou a prática de esportes, caracterizam prejuízo para a escola na fala de duas das entrevistadas. Quanto à formação do professor, a qualidade da biblioteca e do material didático, apenas uma vez foi objeto de comentários negativos por parte das entrevistadas.

## **2. Entrevistas realizadas com os professores que trabalham nas Escolas do Sistema Carcerário (PFC e PFB).**

A FUNAP de acordo com seus estatutos, não é uma instituição que tem a educação como sua atividade-fim, logo, não pode criar cargos e funções de professores (MOREIRA, 2007, p. 42). Os profissionais que atuam nas salas de aulas nos presídios recebem a denominação de “monitores”. Entretanto, na nossa análise caracterizamos estes profissionais como “educadores” ou “professores”, porque, suas práticas no cotidiano das salas de aulas têm esta feição, também, por ser a maneira que eles são vistos e tratados, especialmente pelas reeducandas.

Para conhecermos as práticas de educação que permeiam a formação dos novos conhecimentos das encarceradas, não nos detivemos apenas em observar as práticas da educação formal e também, não nos fixamos na análise somente de um círculo, ao contrário, nosso olhar transitou pela educação formal, pela educação não-formal. Conversamos e entrevistamos as alunas do ensino fundamental, do ensino médio, dos cursinhos preparatórios para o ENEM, e os professores, inclusive, os voluntários tendo como eixo este roteiro:

### **Qual seu nome e formação?**

Da mesma forma que as ex-alunas egressas, todos os professores se identificaram pelo próprio nome, especificando a formação. Entre os seis entrevistados temos: um com formação em administração e pós-graduado em gestão escolar, uma pedagoga, uma graduada em letras e dois são bibliotecários.

Apenas um dos professores entrevistados não tem curso superior, e se declarou como Educador Social.

### **Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?**

Todos os professores entrevistados responderam sim. Que, autorizavam sem nenhum problema.

### **Que razões te levaram a trabalhar numa escola do Sistema Penitenciário?**

Todos os professores tinham motivações específicas e chegaram nas salas de aulas dos presídios, de múltiplas formas. Vejamos: Três ingressaram por meio de concurso público realizado pela FUNAP, entre eles, dois por já conhecer o trabalho na área de educação realizados nos presídios e se encantaram com este trabalho, daí ficaram na expectativa do concurso. Um respondeu que o desejo surgiu a partir de uma experiência de um trabalho realizado com meninos de rua. Dos não concursados, dois foram motivados a partir da realização de um trabalho para apresentação no final da graduação, um já trabalhava no posto cultural do presídio e passou para área de educação por meio de uma seleção interna realizada pela FUNAP.

### **Você gosta de trabalhar neste ambiente? Por quê?**

Cinco dos entrevistados, de pronto, responderam que sim. Apenas um respondeu que aprendeu a gostar, na medida que foi desenvolvendo seu trabalho.

Também, um dos entrevistados não justificou sua resposta. Os demais, as justificativas foram variadas:

. “Porque as pessoas que estão lá precisam da escola e respeitam muito o professor”;

. “Porque ama o que faz”;

. “Pela troca de experiências que o trabalho oportuniza”;

. “Porque descobriu muitas coisas interessantes sobre a realidade carcerária”;

. **“Porque eu posso passar [...] aquilo que acredito [...] colaborar com a comunidade [...] com toda a sociedade”.**

A resposta está grifada, porque na nossa concepção ela está carregada de coerência no que diz respeito os propósitos da clausura, quais sejam, devolver o indivíduo à sociedade com uma nova conduta viabilizada por meio da educação. Observamos que a fala deste entrevistado demonstra que, enquanto professor ele tem a nítida consciência de que trabalha a formação de um novo ser, por outro lato, enquanto cidadão, ele sugere em suas palavras que, está dando sua cota de contribuição na formação de um novo tecido social, ou seja, o trabalho dele não está focado só no indivíduo, mas também na sociedade. Imperativamente o posicionamento deste profissional contempla o que sugere a proposta oficial da postura que os educadores

devem ter, ao trabalharem com os temas transversais como sugerem os PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais. Conferindo: o educador como cidadão:

Para desenvolver sua prática, os professores precisam desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais, participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres [...] Para o professor, a escola não é apenas o lugar de reprodução de relações de trabalho alienados e alienantes. É, também, lugar de possibilidades de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o estado, como os alunos, suas famílias e comunidades. (Brasília: MEC/SEF, 1997, vol. 8 p.52 e 53).

### **Quando você elabora o seu planejamento o que é pensado?**

Quatro professores em suas respostas contemplaram, também, as propostas orientadas pelos PCN's - Parâmetros Curriculares Nacionais, pois está presente em seus planejamentos trabalhar a cidadania explorando os temas como direitos, valores com ênfase em respeito e família, outros. Enquanto, dois professores (voluntários, entrevistado nº4 e nº 5), um responde que suas ações estão atreladas às dos professores da educação formal e o outro disse que procura desenvolver em seus alunos: o senso crítico, aproximá-los do universo letrado e conscientizá-los de seus direitos.

Em síntese, nada é aleatório. Todos caminham na mesma direção e primam pela educação cidadã.

### **O que é feito no sentido pedagógico em favor de seus alunos(as) visando resgatar valores, relações sociais, auto-estima e competências profissionais?**

Somente um professor entrevistado disse limitar sua ação na proposta de “alfabetizar” o que não é pouco! Este trabalho por si só já significa a conquista de um direito à inclusão social. Cinco trazem para o centro de suas ações temas recorrentes e imprescindíveis naquelas escolas, inclusive, já abordados ao responderem a pergunta anterior, (repetindo: cidadania, família, valores, realidade do aluno. Acrescidos: convivência, solidariedade, liberdade recuperação da auto-estima) Estas colocações nos remetem às propostas dessa educadora, ao se referir as dimensões da competência:



Chegamos a uma definição de competência que a apresenta como uma totalidade que abriga em seu interior uma pluralidade de propriedades, um conjunto de qualidades de caráter positivo, fundadas no bem comum, [...] o trabalho docente competente é um trabalho que faz bem. É aquele em que o docente mobiliza todas as dimensões de sua ação com o objetivo de proporcionar algo bom para si mesmo, para os alunos e para a sociedade. Ele utiliza todos os recursos de que dispõe - recursos que estão presentes ou que se constroem nele mesmo e no seu entorno - e o faz de maneira crítica, consciente e comprometida com as necessidades concretas do contexto social em que vive e desenvolve seu ofício (RIOS, 2006, p. 93 e 107).

### **O aluno da Escola do Sistema Penitenciário, sai com alguma qualificação para o mundo do trabalho?**

Nesta questão os professores se dividem em três grupos: três acham que sim, dois acham que não, um acha difícil avaliar por não ter como acompanhar a vida das ex-alunas após o cárcere, e ainda, porque, a formação viabilizada é mínima, pois as alunas declinam da educação em favor do trabalho que lhe proporcionam outras vantagens<sup>26</sup>

### **Como você trabalha a questão da inclusão de alunas cuja maioria veio de segmentos tão desiguais?**

Aqui vemos com clareza o pensamento freiriano ancorando as práticas pedagógicas dos professores entrevistados.

Os professores dizem:

“Resgatando as características culturais, sociais e geográficas, despertando nelas um sentimento de pertencimento”;

“Valorizamos a origem, sua comunidade e a cultura delas”;

“Proporcionando uma educação de boa qualidade”;

“Observando as particularidades individuais, de cada sujeito, formando-o e procurando respeitar o seu tempo, sua condição, seja ele letrado ou não”;

“Utiliza a leitura como uma formação universal, crítica”;

---

<sup>26</sup>Assunto problematizado pela 6ª vez, portanto, merecedor de atenção.

“Enfatiza a importância da educação como um meio de inserção social”.

Freire diz:

[...] nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado ao lado do educador, igualmente sujeito do processo [...] Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação, quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. [...] coloca o professor ou mais amplamente à escola, o dever de respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela [...] discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina a realidade agressiva em que a violência é constante e a convivência das pessoas e muito maior com morte do que com a vida [...] Pensar certo implica a existência de sujeitos que pensam mediados por objeto ou objetos que incide o próprio pensar dos sujeitos.[...] Não há por isso mesmo, pensar sem entendimento e o entendimento do ponto de vista do pensar certo, não é transferido mas co-participado. (FREIRE, 1996, P. 26, 29, 30, E 37).

**Qual a preocupação maior da Escola no Sistema Penitenciário, formar o estudante com conhecimentos em Português, Matemática, Geografia, História, etc... ou formar o cidadão(ã)?**

Três professores responderam que não é possível separar uma coisa da outra, visto que as duas categorias são importantes.

Dois consideram mais importante a formação cidadã, enquanto um disse que acredita que a escola não responde a nenhuma das duas proposições e afirmou “Acho que a LEP determina a garantia da educação e o Estado apenas preenche uma lacuna de ociosidade. É uma educação compensatória! Mas veja bem, obviamente, estou falando de minha experiência, entende? Mas, eu não vejo uma preocupação em se formar cidadão (ã) não!” Nesse sentido, seu pensamento é coerente com o expresso por este especialista no assunto:

Falta na política de execução penal, uma proposta política nacional de educação que venha dar suporte às diversas experiências que vem sendo desenvolvida no país, possibilitando sua unificação e conseqüentemente, sua ampliação.[...] É fundamental que não esqueçamos de que, diante da atual proposta legislativa de execução penal, os internos penitenciários, independentemente, do delito

cometido, retornarão ao convívio social, e que, portanto, necessitamos investir em propostas políticas que viabilizem o seu retorno, visto que, as atuais, **falidas e ultrapassadas** (grifos meus) não atendem seu objetivo. (JULIÃO, 2007, p.46 e 48).

### **Como é feito e o que procura contemplar o Plano Escolar?**

Cinco entrevistados disseram que suas ações são pautadas no plano concebido pela FUNAP. Acrescentaram com falas diferentes, mas, com o mesmo sentido que o plano contempla a realidade das alunas porque ele é elaborado a partir deste diagnóstico, é pensado de forma que as ações tenham significados na vida delas. Um entrevistado tem como preocupação básica dar condições para que estas pessoas tenham voz, evoluam no fortalecimento do espírito, de forma que a permanência no cárcere seja mais humanizada. Enfim, todas as falas estão voltadas para um plano flexível, mas que reflita a conquista da cidadania.

### **Você acha que existem boas políticas públicas na área de educação voltadas para o aluno (a) das Escolas do Sistema Penitenciário objetivando ajudá-los a retornar à sociedade?**

Quatro entrevistados responderam não. Um respondeu que são mínimas e finalmente um respondeu que “é difícil responder, porque envolve muito a parte financeira e a parte técnica. E também, porque o próprio sistema carcerário privilegia o trabalho ao invés da educação.”<sup>27</sup>

### **Existem cursos de capacitação ou de formação continuada para os professores que trabalham nas Escolas do Sistema Penitenciário?**

Entre os professores com vínculos com a FUNAP, três afirmaram que sim. Segundo eles a fundação é muito preocupada com este assunto. Um, entretanto, ressaltou que oficialmente não, quer dizer, investir em cursos de capacitações realizados em instituições de ensino, no entanto, a FUNAP é muito preocupada em promover oficinas e treinamentos para atualização de seus profissionais. Dois professores

---

<sup>27</sup> Assunto reiterado pela sétima vez.

afirmaram que, por iniciativa própria, no recesso escolar procuram capacitar-se, atualizar-se.

### **Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola do Sistema Penitenciário?**

Apenas um professor não quis fazer nenhum comentário e apresentar sugestões. Os demais, ou seja, cinco professores, acrescentaram comentários e deram sugestões, inclusive, bem orquestradas como destacamos:

.Quanto a melhoria das estruturas da escola, dois professores se manifestaram quanto a esta necessidade.

.Quanto à incompatibilidade dos objetivos da escola e os objetivos dos gestores dos presídios: três professores afirmaram ser este um fato recorrente.<sup>28</sup>

.Quanto à priorização do trabalho em relação à educação: contra esta situação dois professores se manifestaram.<sup>29</sup>

.Quanto à educação estar em mãos de pessoas que não possuem formação adequada: contra esta prática, três professores se manifestaram.

.Quanto à necessidade de uma política pública mais clara para a educação nos presídios do estado de São Paulo: um professor se manifestou.

.Quanto à necessidade do Estado, efetivamente, reconhecer a educação como um direito legítimo: um professor se manifestou.

.Quanto à necessidade da FUNAP certificar os alunos, sem que estes tenham que ficar na dependência das provas do CESU, ENCCEJA: um professor se manifestou levantando esta necessidade.

Detectados os problemas mais recorrentes, entendemos que eles apontam para a necessidade de novas políticas públicas com propostas curriculares mais diretivas para esta realidade que, considerem as experiências destes profissionais porque eles não podem ficar a mercê de pacotes pedagógicos elaborados por pessoas que não vivenciam a realidade da escola do cárcere. É urgente também uma conciliação entre os objetivos da escola e dos gestores dos presídios. A escola precisa ter mais autonomia e mais apoio.

---

<sup>28</sup>Estas duas referências adicionadas as anteriores totalizam oito abordagens sobre o assunto.

<sup>29</sup>Somadas as citações anteriores o assunto foi abordado dez vezes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os resultados conseguidos respondem de forma parcial que a educação formal e a não-formal das duas escolas pesquisadas no Sistema Penitenciário têm papel fundamental na inserção social e profissional das ex-encarceradas, embora, da mesma forma ficam evidenciadas incontáveis dificuldades e problemas que os docentes e discentes enfrentaram e ainda, no caso das discentes, enfrentarão após a liberdade. Aliás, esta liberdade estará sempre cercada de limitações que vão desde a adaptação a uma nova realidade, à família, ao convívio social mais global, às práticas de novos hábitos e mais especificamente, ao mundo do trabalho, em função da evolução das novas tecnologias às quais certamente aquela escola não responde.

Além das novas tecnologias, o preconceito também faz parte das dificuldades que devem ser contornadas, melhor dizendo, superadas. Objetivando confirmar nossas afirmações, observamos o quanto revelador são estas falas presentes no pensamento das nossas ex-alunas depoentes e professores que, se conjugam com a de renomados autores. No tocante ao trabalho:

[...] hoje as exigências do mercado de trabalho aumentam a cada dia. Tenho tentado um emprego, não é nada fácil! Sinto que há muita discriminação aliada à competitividade e vejo aí a resposta para muitos presos reincidirem [...] (depoimento 3, p.99 deste trabalho);

[...] existe muito preconceito por parte da sociedade, esta é a minha opinião e, a experiência me permite falar isso [...] depois de muita procura tive uma chance de emprego num depósito de reciclagem [...] (depoimento 4, p.104 deste trabalho);

[...] três meses que me encontro em liberdade. A batalha para viver dignamente é dura! [...] não será impossível [...] tudo de novo [...] Mas a gente tem que provar tudo! (depoimento 5, p. 109 deste trabalho);

[...] a maioria vai fazer marmita, ser doméstica, porque as empresas não as contratam, sempre esbarra no problema do atestado de antecedentes criminais. (profª entrevista nº 3, p. 124 deste trabalho).

[...] os indivíduos podem ter uma grande condição de empregabilidade [...] numa lógica competitiva, essa empregabilidade é colocada em prática na hora de concorrer pelo único emprego. Nesse sentido fazem parte da empregabilidade conhecimentos vinculados à formação profissional, mas também, ao capital cultural socialmente reconhecido, além de determinados significados ou dispositivos de diferenciação [...] ser branco, ser negro, ser imigrante, ser gordo, ser surdo, ser nordestino... (GENTILI, 2005. p. 55).

Os sistemas de ensino têm sido desafiados a responder às seguintes questões. Como preparar este novo cidadão? Quais as demandas de nossa sociedade em processos de mudanças tão acelerados, como os que marcaram as últimas décadas deste século? É cada vez mais evidente que a preparação de cidadãos competentes para atuar de forma crítica e responsável na construção de uma sociedade mais justa, democrática e desenvolvida, exige um perfil de qualificação em que o desenvolvimento das inteligências cognitiva, emocional e afetiva será decisivo na formação de crianças e jovens para a sua plena inserção social e no mundo do trabalho, é preciso, portanto, assegurar-lhes uma formação ética e solidária. É preciso ainda desenvolver suas capacidades de resolver problemas, selecionar e processar informações com autonomia e raciocínio crítico. É preciso dar-lhes condições de utilizar os conhecimentos adquiridos para que tenham novas oportunidades num mundo cada vez mais complexo e competitivo (CASTRO, 1999, *apud* GONZÁLEZ, J.L.C., 2006, p.133 e 134).

Considerando que todas as pesquisadas, hoje, estão empregadas, portanto inseridas no mercado de trabalho de acordo com nossas verificações, considerando a evolução pessoal de cada uma delas, e considerando ainda, as ações norteadoras do planejamento escolar, a escola respondeu bem às necessidades **iniciais**<sup>30</sup> daquela comunidade. Concluímos que a escola ajuda sim na inserção social e profissional, porque ela confere às reeducandas relativa gama de saberes que possibilitam uma nova postura diante da vida, que vão desde a verbalização, absorção de novos valores, como o respeito, a ética, a moral. É um bom começo, porque: “[...] os valores são resultados da projeção de sentimentos positivos sobre objetos, pessoas, relações e sobre seus próprios pensamentos e ações”. (PUIG, 2007, p. 28 *apud* BAUERMEISTER, 2009)<sup>31</sup>

Concorreram para este feito:

1. Por meio de seus professores, foi detectado como era a realidade dos seus alunos e esta realidade foi trabalhada;
2. A população carcerária é grande, mas a adesão à escola é pequena, não existem problemas de salas super lotadas;
3. Enfaticamente, os professores trabalham os princípios básicos necessários à socialização, à vida, quais sejam: cidadania, valores, família, cultura, auto-estima, direitos, sociedade, esperança, violência, liberdade, solidariedade, respeito, além, do

<sup>30</sup>Termo grifado por está inserido nele a idéia de que a escola responde parcialmente a nossa grande pergunta, apenas parcialmente.

<sup>31</sup>PUIG, José M. A Construção da Personalidade Moral, Ática, 1996.

currículo obrigatório (português, matemática, geografia, história, etc.), inclusive, contemplaram algumas propostas dos parâmetros curriculares.

Finalmente porque no contexto da escola nas prisões, o professor tem características assemelhadas a estas: “[...] integra o educador que ensina responsabilmente a ler o mundo com o professor [...] professor e educador não se separam; o primeiro informa e o segundo dá o sentido humano e ético da própria informação”. (NOSELLA, 2005, p. 70).

As condições elencadas, contribuem para que as ex-alunas saibam se direcionar ao mundo após o cárcere, embora elas não garantam a qualificação para o emprego, não facilitem o acesso às novas tecnologias, mas permitem que as reeducandas transitem com maior segurança como afirma esta ex-aluna egressa:

[...] quando uma pessoa estuda, ela é mais esclarecida, certo? Portanto, ela vai ter mais desempenho para uma entrevista, para fazer uma provinha e passar num processo de seleção, então fica bem mais fácil. (fala ex-aluna egressa, entrevistada nº 3 p.101).

As propostas educativas vivenciadas na prisão tem reflexos positivos quanto a inserção social e profissional, não podemos afirmar que não. Mas, de que inserção estamos falando? De que trabalho estamos falando?

Naturalmente, há uma consciência de que, o que é oferecido pela Escola é o início de uma formação que deverá ser complementada, porque ela é um norte para quem havia perdido a bússola da vida e da história. A escola reorienta, por isso dissemos ser ela fundamental na inserção. Mas, concretamente, estas mulheres empregam-se e trabalham em funções que não tem atrativo financeiro nem possibilitam mobilidade social. Dito de forma mais clara, elas ocupam os postos de trabalhos que não requerem qualificações ou conhecimentos das novas tecnologias como os de faxineiras, o trabalho informal (geralmente terceirizadas por camelôs) ou de fazerem marmitas, salgadinhos, etc. Poucas se excetua a estas condições.

Muitas das encarceradas não estudam e as chances de emprego após o cárcere, não menores ainda diante daquelas que estudaram e obtiveram uma qualificação mínima. Estão, temos elementos para afirmar que a escola responde parcialmente a grande pergunta contida em nossa hipótese. Inclusive seus professores, mesmo não

tendo dados para acompanhar a trajetória das ex-alunas, após a reclusão, antecipam estes sentimentos quando lhe perguntamos: O aluno da escola do Sistema Carcerário sai com alguma qualificação para o mundo do trabalho?

Sustentados por suas experiências responderam, os professores:

“[...] certamente eles tem uma formação mínima para o mundo do trabalho [...]” (entrevistado nº 1), o entrevistado nº 2 informou “[...] Não. Competência para o trabalho é muito difícil [...] temos até cursinhos que ensinam como devem se comportar, como participar de uma entrevista de trabalho [...]” já a entrevista nº 3 acrescentou “[...] se pensarmos que esta aluna para trabalhar ela precisa de uma certificação regular sim! [...]”, completou o entrevistado nº 4 “[...] existem empresas e voluntários que encaminham estas pessoas [...] atividades alternativas [...] antes que cheque o emprego formal, o emprego regular...”

Para a nossa compreensão todas as respostas são significativas, mas, a do entrevistado nº 4, traduz o que acontece na prática. Porque, o trabalho de que estamos falando, são os das atividades alternativas, aquelas que não se constituem em vínculos empregatícios, ou que, não requerem do empregado muitas habilidades. Numa proposta, de certa forma até positiva para quebrar este estigma, o Estado por meio do Conselho Nacional de Justiça vem desenvolvendo pela mídia campanhas de conscientização, com certa intensidade junto à sociedade sobre a oferta de emprego para o egresso do Sistema Penitenciário. Em São Paulo, o programa é encampado como **“Pró-Egresso”** e teve seu lançamento oficial no dia 07/12/2009, no Palácio dos Bandeirantes com a presença, entre outras, de José Serra, governador do Estado e do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dr. Gilmar Mendes<sup>32</sup>.

O programa **“Pró-Egresso”** foi concebido para apoiar a campanha **“Começar de Novo”**, Do Conselho Nacional de Justiça. “Entre outras ações, os órgãos estaduais poderão agora exigir que as empresas vencedoras de licitações de obra e serviços empreguem [...] ex-detentos.<sup>33</sup>

Para concluir esta análise sobre a categoria trabalho tendo como suporte a educação ressaltamos que, dentro do sistema carcerário, por certo sua população precisa da mesma forma que qualquer outro grupo social desenvolver-se não somente com

<sup>32</sup>Informações obtidas no site [www.sap.gov.br](http://www.sap.gov.br), consulta realizada em 15/01/2010.

<sup>33</sup>Diário Oficial do Estado de São Paulo, do dia 16/12/2009, vol. 119, número 233, Caderno B, Capa.



vistas ao mercado de trabalho, mas de forma plena para o exercício da cidadania. Tendo essa consciência formada e satisfeita essa necessidade, o trabalho, a intervenção no mundo e a inserção social, serão conseqüências naturais sem o risco de delinqüirem novamente, pois muitas reincidem! Algumas por terem o caráter voltado para delinqüência, outras por falta de oportunidades concretas de inserção social e profissional. Falamos em inserção e não reinserção, porque ficou claro nas conversas e entrevistas que, apenas uma da ex-alunas não poderia ser considerada como “excluída” porque ela tinha bases sociais, econômicas e familiares solidificadas. As demais, se tinham uma destas categorias, lhes faltavam outras, portanto, falar em reinserção para elas significa desarticulá-las de seus contextos. A lógica é pensar em inserção, ou seja, começar do zero, como fizeram seus professores, quando se propuseram trabalhar a realidade social destas alunas e juntos (professores e alunas) caminharam construindo conhecimentos relacionados ao ato de viver com ressonância e significados, como assevera esta fala:

Sempre é pensado como estes alunos ou alunas vão absorver tudo que eles aprendem. Como eles vão transformar isso para suas vidas [...] É sempre pensado conteúdos que tenham sentido e significado [...] a gente pensa muito em valores [...] numa forma deles(a) resgatarem a própria identidade [...] tenta trazê-los (as) de volta a realidade [...] eles estão afastados (as) mas fazem parte da sociedade [...] tudo que tem também é para eles(as). (professora entrevistada nº 3, p. 125 deste trabalho).

Constatamos, por outro lado, que os profissionais da educação enfrentam muitos desafios, sentem-se isolados nos seus propósitos. Este fato ficou explicitado, quando perguntados se existem boas políticas públicas na área de educação voltadas para o aluno do Sistema Carcerário, objetivando ajudá-los a retornar à sociedade.

Os professores responderam:

[...] Não. Não existe política pública nenhuma” (respondeu a entrevistada nº 2), a entrevistada nº 3 de forma veemente disse: “Não! Existem ações isoladas [...] Ou o governo acorda para este débito que ele tem com a população carcerária [...] ou vai ter que construir mais cadeia, cada vez mais [...].

Entrecruzando as respostas dos professores com as das ex-alunas, percebemos existirem respostas semelhantes para perguntas, em certa medida, também semelhantes. Perguntadas se gostariam de acrescentar algum comentário em relação à Escola no Sistema Carcerário. As ex-alunas entrevistadas disseram:

[...] mais atenção e dedicação [...] por parte dos governantes (entrevista nº 3).  
 [...] Olha eu acho que as pessoas que estão lá dentro precisam de mais atenção tanto da parte dos governantes [...] (entrevistada nº 6), [...] é preciso mais incentivos [...] tanto do governo estadual, assim como, do federal.

Dito com palavras diferentes mas, com o mesmo sentido, as colocações da ex-alunas de maneira orquestrada complementam o pensamento de seus professores. Elas percebem que somente o empenho e o compromisso dos professores não são suficientes para atendê-las. A presença do Estado é clamada no sentido de que a educação seja mais revigorada, mais eficaz, se distanciando do caráter compensatório que muitas vezes figuram, ou, de ter função apenas estratégica para as internas preencherem o tempo ocioso, como detectado na fala de algumas delas.

Outro fator que compromete o resultado mais satisfatório da Escola é a falta de sintonia nas propostas dos que pensam na educação como categoria vital para o crescimento e evolução humana. Neste pólo estão os profissionais da educação, e noutro pólo os gestores que primam ordem, disciplina e segurança como bem coloca este especialista:

Nos estabelecimentos penais, a educação compõe a área de reabilitação, sendo a ela subordinada hierarquicamente [...] seu corpo técnico é responsável pela realização dos exames criminológicos e emissão de parecer acerca da concessão de benefícios [...] Esse proceder, invariavelmente prejudica as atividades educativas, principalmente [...] o setor educativo deve enviar à comissão técnica de classificação, um relatório sobre a conduta do aluno [...] O processo educativo requer a participação ativa dos educandos nas aulas[...] (PORTUGUÊS, 2001, p. 360 e 364).

Ora, como conciliar as diferenças de propostas da promoção humana com as de controle tão acentuadas? Se não ocorrer uma mudança estrutural fica impossível e incompreensível como reafirmado também por nossos entrevistados, professores e alunas, quando de forma clara nos dizem que estas incompatibilidades comprometem o

trabalho pedagógico. Ao analisarmos as entrevistas realizadas com os docentes e discentes, constatamos a existência de quatro pontos recorrentes mais problematizados. São eles:

1. O trabalho contrapondo-se à escola. Este evento foi objeto de observações e críticas negativas em dez momentos diferentes, o que não é pouco, haja vista, termos entrevistado treze pessoas;
2. A falta de sensibilidade ao trabalho pedagógico demandado por muitos gestores dos presídios, ao demonstrarem suas preferências, particulares, pelas táticas de ordem, disciplinas, vigilância, poder, regras, controle, domínio, punição. Esta incompatibilidade entre o trabalho pedagógico e a gestão, se apresenta como o segundo ponto nevrálgico! E é referido em oito momentos pelos entrevistados;
3. A formação dos professores é outra questão muito enfatizada, mas esta ênfase está voltada sempre aos professores que estão sob custódia. Os demais, ao contrário, são valorizados e elogiados pelas alunas. Eles são referência absoluta! Embora trabalhem em condições precárias, isolados e tenham seus salários rebaixados frente à categoria das escolas ditas tradicionais. Sem contar que, mesmo contratados pela FUNAP para exercerem as funções de professores/educadores eles tenham a denominação profissional de “monitores”.
4. Há um desejo claro para que as aulas tenham seu horário ampliado, e que as mesmas não sejam interrompidas, ou seja, reivindicam o efetivo cumprimento do calendário escolar.

Portanto, não temo afirmar que, somente quando todas as instâncias da sociedade civil e do poder público se conscientizarem desta problemática, se debruçarem sobre a reformulação ou criação de novas políticas públicas que tenham como propósito principal a formação integral das pessoas que se encontram reclusas, é que o sistema penitenciário funcionará a contento.

Construída essa consciência, o objetivo maior das prisões se cumprirá e se justificará, ou seja, quando efetivamente se aplicar a verdadeira pedagogia àquelas pessoas que apresentaram uma conduta anti-social.

É urgente que as estruturas das prisões sejam reavaliadas, porque este modelo inspirado nos modelos de quase dois séculos atrás é uma falácia. As prisões precisam ter novas feições, porque, a sociedade mudou e as suas necessidades são outras. O que importa, realmente, ao se ajudar o homem é “ajudá-lo a ajudar-se”. É promovê-lo. É

fazê-lo agente de sua própria recuperação (FREIRE, Paulo Reglus Neves, *apud* BRAUNSTEIN, 2007, p.129).

Não se pode mais pensar em reabilitar, reeducar, reinserir, reformar. Precisa-se sim, de políticas preventivas para que se puna com coerência e os serem humanos se desenvolvam cada vez mais nos aspectos sociais, econômicos, políticos onde todos tenham o espírito mais elevado como objetivado pelas ex-alunas egressas e os professores entrevistados neste trabalho.

Concluimos ser importante a escola que é oferecida por ser o princípio de uma ação afirmativa por parte do Estado, mas ela precisa ter a mesma orientação em todos os Estados da Federação. Seus alunos e professores precisam ser ouvidos visando a melhoria e ampliação desta ação.

Num só pensamento, a escola que os professores almejam e que todos os alunos reclusos precisam não é a que eles têm. A clareza deste pensamento está ancorado na fala das ex-alunas e dos professores entrevistados para realização desta pesquisa.

Realizar este trabalho foi uma caminhada rica e gratificante. Pude perceber que ele não é finito! Espero poder prosseguir com os velhos e novos parceiros na busca de melhores respostas.

Isso implica uma sociedade com emprego digno para todos; e educação de qualidade para todos.

## **APÊNDICES: AS FONTES VIVAS**

### **APÊNDICE 1 – Depoimentos e entrevistas realizadas com as ex-alunas egressas do Sistema Carcerário.**

#### **1. Ex-aluna: Adriana Paredes**

##### **Depoimento**

Meu nome é Adriana Paredes, morei com meus pais até os treze anos de idade. Os motivos que me levaram a sair de casa, é que sou de uma família não muito bem financeiramente e meus pais pensavam que não tinham condições de dar um bom futuro aos filhos, então para termos um futuro melhor, eles optaram em colocar minhas irmãs e eu em um lugar onde moças e rapazes viviam para servir a Deus. O lugar não era ruim, mas passado algum tempo, percebi, aos meus dezenove anos, que não era aquele o futuro que eu queria. Desejava sim, uma vida independente. Então resolvi sair e morar com uma das minhas irmãs, que estava casada e me deu muita força, juntamente com meu cunhado me ajudando a conseguir meu primeiro trabalho na mesma firma que ele (meu cunhado) trabalhava. Era uma fábrica de água mineral, onde conheci o meu primeiro namorado. Com o passar dos dias nosso relacionamento não estava indo muito bem, a ponto de chegar ao rompimento. Isso me deixou muito abalada, e com um ano e meio de trabalho abandonei tudo para evitar ver meu ex-namorado e quem sabe, assim, o esqueceria mais rápido. Então mudei toda a minha rotina, meu dia a dia...

Passaram-se três meses e nada de me recuperar, então comecei a sair à noite sozinha, pois já não estava mais agüentando tudo aquilo. Resolvi me divertir nas “baladas”. Numa “balada” conheci uma pessoa que aparentava ser de boa índole e lhe contei todo o meu problema, que aparentemente parecia ser o fim do mundo... Esta pessoa me ouviu com muita paciência. Quando falei que estava sem trabalho, ela me propôs um e disse-me que era fora do país. Passou por minha cabeça que poderia ser prostituição, então perguntei a ela sobre o assunto, e ela disse que não era. Aceitei.

Um dia antes de viajar, quando estava tudo certo, comentei com a minha vizinha sobre o que estava acontecendo e ela pensou ser tráfico de drogas. Segundo ela, poderiam pôr drogas nas minhas coisas ou no meu corpo. Esta hipótese me levou a

querer tirar minhas dúvidas com a pessoa que me ofereceu o trabalho e ela voltou a dizer que não, não era nada disso! Fiquei mais confiante e resolvi viajar, mas claro, cuidando eu mesma de todas as minhas coisas para a viagem.

No dia dezesseis de janeiro de 2006, fomos para o embarque no aeroporto de Foz do Iguaçu. Inicialmente o combinado seria de eu ir buscar uns documentos importantes em Amã. Por ser muito longe a viagem, eu seria remunerada por isso, mas pouco antes do embarque ela pediu-me, por favor, que eu levasse uma mala com umas coisas que eram de sua filha que estava em Amã. Abriu a mala na minha frente para eu ver o que continha. Observei que não tinha nada de errado na mala, não vi problemas em levá-la. Embarquei para São Paulo onde deveria fazer uma conexão para Amã.

Como não tinha experiência em fazer viagens, ainda mais internacional, me atrapalhei no aeroporto de São Paulo e acabei perdendo o voo. Então, resolvi me informar: quem sabe pegar outro voo no mesmo dia. Aproximei-me de um senhor para pedir ajuda, ele foi muito gentil, disse que me ajudaria e foi, então, ver numa empresa aérea se me encaixaria em outro voo, ou, se eu teria de comprar outra passagem. Nesse meio tempo, tentei ligar para a pessoa que estava me dando aquele trabalho para avisar que estava com problemas, mas não consegui. Aí então o senhor que estava me ajudando se aproximou mais de mim. Identificou-se como Agente da Polícia Federal e pediu meus documentos dizendo que havia um “probleminha” com a mala que eu levava. Convidou-me a acompanhá-lo. Eu o segui até chegar num lugar do aeroporto onde havia um delegado, que me perguntou o que havia na mala e eu respondi que eram roupas e calçados. Ele falou então que, com o peso da mala não parecia ser isso. Comentei que eu nunca peguei uma mala como aquela vazia, portanto, não tinha noção do peso, e não achei nada de anormal. Eles (policiais) rapidamente abriram a mala, tiraram todos os objetos de dentro e a furaram em várias partes constatando que havia uma substância branca. Disseram-me que eles iriam examiná-la, pois, suspeitavam que era cocaína e, caso desse positivo no teste, se fosse algo ilícito, eu não estaria bem. Até aí pensei que não seria nada, e não daria em nada, pois a mala não era minha, e eles iriam ligar para ela (a verdadeira dona) e tudo ficaria esclarecido.

Concluído o exame, o resultado foi de que a substância era mesmo cocaína...

Expliquei a eles que não era a dona da mala. Pedi que eles ligassem para a verdadeira dona, mas quando olhei ao lado vi que eles (policiais) estavam revirando minhas coisas, e pegaram o dinheiro (setecentos dólares) que eram para as despesas de viagem. Aí me preocupei! Pensei: como vou embora se eles pegarem o dinheiro? Foi

então que eles disseram: você não vai embora, você está presa! E, qualquer coisa que disser será usada contra você! Meu mundo desabou e comecei a chorar... O Agente que me pegou dizia para eu me acalmar, pois estava na cara que eu era mula!... Como eu não sabia que: na linguagem criminal, mula é uma pessoa que leva drogas para outra pessoa, pensei que ele estava me xingando, mas não falei nada... Depois de tudo isso teve o processo do registro da ocorrência, passei pelo corpo de delito e só então fui conduzida para a Cadeia Federal. Fiquei lá um mês e meio. Depois fui levada para a Penitenciária Feminina da Capital - PFC.

Chegando à Penitenciária Feminina da Capital - PFC, tive que passar trinta dias no estágio, que é um período para adaptação, antes do convívio com a comunidade geral. Durante este tempo, tinham pessoas que gostavam de aterrorizar e colocavam medo em todas nós do estágio, contando ocorrências horríveis já passadas no presídio.

Passados trinta dias era o momento de ir para o convívio social daquela comunidade. O medo quis tomar conta de mim, mas deu tudo certo. No dia 09 de março de 2006 comecei a trabalhar e na semana seguinte a estudar para me ocupar, porque, senti que não adiantava nada chorar.

Não é nada fácil, o lugar é pesado, somos obrigadas a conviver com todo tipo de gente. Infelizmente, tive que assistir à mega rebelião em maio de 2006, que aconteceu no dia das mães. Falando em mãe, gostaria de registrar que, como sou do estado do Paraná, a assistência de minha família ficou muito difícil uma vez que, todos moram lá, assim como a de um advogado, pois as condições financeiras não permitiam, não dava!...

Com o passar do tempo, a carência foi aumentando, dia após dia e, como no sistema carcerário é comum o lesbianismo, eu acabei me envolvendo com uma pessoa do mesmo sexo. Foi uma experiência que eu jamais esperava ter. Descobri que não era assim que iria superar o sofrimento e a ausência da minha família e a falta de um ombro amigo. Na verdade tudo estava confuso, era muita coisa! Por exemplo: está presa e nem conhecer direito a pessoa que me colocou nesta situação, não poder me comunicar lá de dentro com algumas pessoas, com a minha família, conviver com a falta de liberdade e com a humilhação geral, ser obrigada a conviver com pessoas que não escolhi e fingir que estava tudo bem, conviver com doenças contagiosas e “blits”,<sup>34</sup> com a presença do

---

<sup>34</sup>Sistema de vistoria rigorosa de surpresa nas celas.

GIR, a tropa de choque, rebeliões, má alimentação, e também a falta de respeito entre as próprias reeducandas.

Por outro lado, tive outras experiências que também vão me marcar pelo resto de minha vida, por exemplo, voltar para a sala de aula, pois eu só tinha a 4ª série, agora estou na 8ª série do ensino fundamental. Este fato me deixa orgulhosa; participo também do coral evangélico; aprendi a bordar e a costurar e, nos momentos livres, leio livros na biblioteca. No momento estou me preparando para ter uma vida diferente lá fora. É verdade que neste ambiente aprendi coisas boas, mas também aprendi a ter e ver mais maldades nas coisas e nas pessoas.

Fui sentenciada em cinco anos, cinco meses e dez dias. Fiz apelação e ganhei nove meses da pena e, já estou cumprindo dois anos e oito meses. Agora estou no regime semi-aberto<sup>35</sup> esperando o julgamento da minha liberdade condicional, e com fé em Deus seguir uma vida nova, terminar os estudos, e chegar até a faculdade. Atualmente estudo na Escola do Sistema Penitenciário. Estou concluindo o ensino fundamental - EJA. Cheguei no sistema carcerário com 22 anos e vou completar 25 anos agora em setembro de 2008<sup>36</sup>.

São Paulo, Primavera de 2008

**Entrevista:**

P. Qual o seu nome e idade?

R. Adriana Paredes, eu tenho 26 anos.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim. Autorizo.

P. Qual o grau de escolaridade de seus pais?

R. Os meus pais não estudaram. Meu pai só sabe assinar o nome e minha mãe nem isso!

P. Qual o seu grau de escolaridade antes de você ficar privada de liberdade?

---

<sup>35</sup>Adriana fez este depoimento na primeira “saidinha” do regime semi-aberto na semana da criança em 2008.

<sup>36</sup>No final do mês de outubro de 2008 Adriana foi libertada.



R. Eu tinha estudado até a quarta série.

P. O que te motivou a estudar enquanto você esteve no Sistema Carcerário?

R. Foi pelo fato de eu perceber que um dos fatores que contribuí para eu ser presa, foi a falta de estudos, pois eu não tinha muita visão do mundo.

P. Qual a importância da Escola dentro do Sistema Carcerário?

R. Para mim esta importância foi construída pelas aulas de literatura. Então a escola tem uma grande importância em qualquer lugar. Aquela escola foi muito importante para mim.

P. Que contribuições você acha que a Escola pode oportunizar ao aluno (a) privado de liberdade?

R. Quando você estuda ali dentro e aproveita o tempo disponível, você vai eliminando etapas, então quando a gente sai do cárcere é mais fácil dar continuidade em tudo e de recuperar o tempo perdido e quem sabe pela aquela oportunidade inicial eu possa prosseguir e chegar até numa faculdade.

P. As expectativas que você tinha em relação à Escola foram correspondidas?

R. Muitas não, porque são poucas horas dedicadas à escola.

P. Você acha que a Escola de alguma forma te ajudou na inserção social e profissional?

R. Sim, porque antes daquela escola eu tinha uma auto-estima muito baixa, eu me sentia muito inferior às outras pessoas porque eu não tinha estudos e também pelo fato de ser pobre, então eu me sentia uma nada! Pois eu não sabia nada! Agora depois da escola eu estou mais segura até para procurar um emprego.

P. Além da Escola EJA, quais as outras formas de educação e aprendizado que você vivenciou no Sistema Carcerário, ou seja, o que te foi proporcionado pela educação não formal?

R. Além das aulas literatura foram os cursos de dança e bordados. Pela dança eu aprendi a me relacionar melhor com as pessoas, quer dizer viver coletivamente, porque antes eu tinha muitas dificuldades. Já a literatura, especialmente, o que a gente aprende a ler e a

interpretar, fica guardado no íntimo. Isso eu vou guardar comigo para sempre, assim como, a imagem de quem me ensinou a gostar de ler e a me comunicar melhor com as pessoas.

P. Você acha que a Escola no Sistema Carcerário está bem estruturada como ela está?

R. Não, tem a questão do tempo que é muito pouco e também das professoras monitoras não são bem preparadas para trabalhar no magistério. Em minha opinião tinha que ter professores mais experientes e contratados da FUNAP, pois as aulas com as reeducandas perdem na qualidade e também não há muito respeito no relacionamento professor e aluno.

P. Como você vê os Professores?

R. Eles são muito dedicados, esforçados, e apesar de poucas horas, eles valorizavam muito aquelas poucas horas.

P. Você considera mais importante frequentar: a Escola formal (EJA) ou os cursos de bordados, “crochet”, pintura, teatro (outros...)? Por favor, comente as diferenças e a importância de cada uma.

R. Os cursos são bons. Mas, para quem quer dar continuidade aos estudos depois, a Escola formal é a mais importante.

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola no Sistema Carcerário?

R. Com relação à escola do sistema, eu gostaria de acrescentar que os responsáveis deveriam pensar na possibilidade de ter aulas de educação física, ter mais incentivos à prática do esporte, pois a cultura do esporte ajuda muito, tanto na questão do corpo como também na mente. E, também, gostaria que tivesse maior atenção para o aumento do número de aulas e também sobre a ampliação do horário destas aulas.

## **2. Ex-aluna: Dilma Rodrigues da Silva<sup>37</sup>**

### **Depoimento:**

---

<sup>37</sup> Dilma fez este depoimento um ano após sua liberdade condicional.

Meu nome é Dilma Rodrigues da Silva. Nasci em Diamante do norte/PR numa família muito humilde. Meu pai era lavrador e minha mãe, apenas, dona de casa. Após três meses do meu nascimento minha família migrou para o Estado de Mato Grosso e pouco tempo depois para o Mato Grosso do Sul.

Quando eu tinha sete anos de idade meus pais se separaram e minha mãe ficou com cinco filhos, enquanto meu pai foi trabalhar numa outra cidade e ficou anos sem nos dar nenhuma notícia. Minha mãe foi sempre muito **guerreira**, nos educou com muita luta e dignidade. Como nem todos são perfeitos, minha mãe também tinha as suas fraquezas e sempre nos arrumava um **padrasto**, e a cada padrasto arrumava mais sofrimento e mais filhos. Inicialmente foram dois padrastos e dois filhos.

Quando eu completei nove anos, minha mãe tomou uma decisão muito importante nas nossas vidas: ela resolveu nos internar num orfanato que se chamava Santa Rita de Cássia. Antes, ela conversou com o diretor do orfanato e explicou que não tinha como trabalhar para nos sustentar e cuidar de nós ao mesmo tempo, então ela ia nos deixar lá com uma condição: de que não fossemos separados, não fossemos para adoção, porque aquela era uma situação temporária e, ela voltaria para nos buscar. Considerando as privações que passávamos, essa fase foi uma das melhores de nossas vidas, pois não faltava comida, estudávamos, tínhamos sempre festas nos finais de semana, e íamos ao cinema nos domingos para assistirmos o filme do Tarzan e Mazzaropi.

Quando completei doze anos de idade, minha mãe arrumou o nosso terceiro padrasto, desta vez acertou. Vieram os dois para São Paulo para trabalhar com um projeto de voltar para nos retirar do orfanato. Depois de três anos meu pai apareceu no orfanato para nos levar, mas o juiz não concedeu a nossa guarda para ele. Então minha irmã mais velha avisou para minha mãe o que estava acontecendo e ela foi nos buscar. Era 1976.

Aqui em São Paulo tudo era muito diferente do que estávamos acostumados. Meu padrasto era de origem oriental (japonesa), era uma pessoa muito calma, paciente, trabalhador e minha mãe teve mais três filhos com ele. Agora éramos dez filhos. Minha mãe sempre nos aconselhando a estudar, mas eu não gostava de estudar, pois durante o dia trabalhava como doméstica e à noite tinha que ir à escola. Era extremamente cansativo, então quando concluí a oitava série, parei. Eu não gostava de estudar.

Casei-me aos vinte e dois anos de idade. Meu marido era um pequeno empresário do ramo de alimentação, tivemos uma filha e meu casamento durou onze anos. Após nossa separação, meu marido faliu e nós juntamente com ele, tanto financeiramente como psicologicamente. Morando sozinha com minha filha, tinha que arcar com todas as despesas. Resolvi fazer marmitex e vender nas feiras, mas isso não era suficiente para nossa sobrevivência, então, encontrei um emprego num Bingo na Zona Leste. Trabalhava à noite como cozinheira, enquanto isso, minha filha com apenas nove anos tinha que ficar sozinha em casa. Senti que não ia muito longe. Lembrei-me das palavras de minha mãe falando sempre da importância de estudar! Resolvi voltar para a escola. Foi bom, mas por outro lado, fiquei mais ausente de casa ainda e, nada de recuperar as finanças...

Foi quando reencontrei um amigo e lhe contei do meu sofrimento. Ele então me fez uma proposta de trabalho ilícito. Eu aceitei e pensava: ah! Vou só ganhar um dinheirinho, melhorar esta vida e depois retomar minha vida honestamente. Mas não foi isso que aconteceu, pois no crime o dinheiro fácil se torna um círculo vicioso! O crime não compensa. Ganhei muito dinheiro, mas com a mesma velocidade que eu ganhava eu gastava. Foram nove anos de estelionato! Eu, minha irmã e meu atual companheiro, com o qual tenho um filho de cinco anos. Curiosamente, antes, minha filha que é evangélica, hoje com vinte e dois anos sempre me chamava a atenção e pedia que eu buscasse uma vida honesta. Eu sempre prometia a ela e a Deus, mas não cumpria. Até que, no dia cinco de novembro de 2005, acordei com a Polícia Federal na minha porta, meu telefone estava grampeado há meses e fui presa, mas fui solta por engano, então no dia que estava marcada a minha primeira audiência resolveu me entregar e depor, afinal, estava solta por engano e viver clandestinamente sobressaltada acho que é pior que ficar presa, é horrível...

Fui condenada em nove anos, como não era crime hediondo, cumpri um ano no regime fechado na Penitenciária Feminina da Capital – PFC e um ano no regime semi-aberto na Penitenciária Feminina do Butantã – PFB. Nos dois presídios procurei tirar proveito do trabalho e dos cursos que eram oferecidos.

Trabalhei na cozinha da PFC e fiz o curso preparatório para o ENEM. Recorri à biblioteca, onde retirei e li vários livros de auto-ajuda que me fortaleceram muito! No setor de educação, também tinham muitas opções de cursos de artesanato, cabeleleiro, outros, além da escola tradicional. Na PFB assisti muitas palestras que nos orientavam para o retorno à sociedade, outras, de técnicas de relaxamento e fiz um curso do

SEBRAE que, foi maravilhoso e está sendo muito útil para mim após o cárcere. Também, participei dos cursos de Leitura coordenado pelo Professor Wagner, um professor voluntário que está sempre presente tentando nos ajudar a recuperar a auto-estima e nos apresentando sempre temas atuais para discussão e, também, nos apresentando o mundo literário que é muito importante!

Na PFB não tem trabalho para todas as sentenciadas, eu só consegui um trabalho depois de seis meses que estava lá. Foi complicado, pois, ficar ociosa no sistema penitenciário é péssimo, porque o sistema penitenciário não reeduca ninguém, muito pelo contrário! Mas de tudo ficaram muitas lições. A maior delas é o valor que passamos a dar à família e aos verdadeiros amigos.

Tive sempre o apoio de minha família, especialmente de minha filha que, passou a desempenhar o papel duplo de mãe. Cuidava de mim, me visitava, e cuidou por dois anos do irmão que era quase um bebê; trabalhava e ia à Faculdade toda noite! O exemplo dela me fez ver, quanto fui tola! Mas, também, que qualquer tempo é tempo para se recomeçar com dignidade.

Enquanto estive no sistema tive muitas perdas, inclusive de pessoas queridas da família, perdi meu sogro e também minha mãe e passei por uma mega rebelião. Com tanto sofrimento, tanta dor e pelo exemplo da minha filha percebi que era o momento de mudar tudo, começar a vida noutras bases e pautada na honestidade. Por isso hoje trabalho duro! Sábados domingos e feriados, mas estou em paz e feliz com a esperança de que vou recuperar tudo.

São Paulo, Inverno 2008

**Entrevista:**

P. Qual o seu nome e idade?

R. Meu nome é Dilma Rodrigues da Silva e tenho 45 anos de Idade.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim.

P. Qual o grau de escolaridade de seus pais?

R. Ah!... Nenhum... Minha mãe não estudou e meu pai também não! São totalmente analfabetos.

P. Qual o seu grau de escolaridade antes de você ficar privada de liberdade?

R. Terceira série do Ensino Médio.

P. O que te motivou a estudar enquanto você esteve no Sistema Carcerário, mesmo você já tendo concluído o Ensino Médio antes?

R. O que me motivou a estudar foi para ocupar meu tempo... Ocupar o tempo com coisas úteis. Porque no sistema carcerário você tem muito tempo livre e precisa ocupá-lo com alguma coisa! E estudar é uma forma de você fazer o tempo passar com coisas úteis. Como no Sistema tem a Escola e são oferecidos alguns cursinhos, eu procurei fazê-los, inclusive, o curso preparatório para o ENEM.

P. Qual a importância da Escola dentro do Sistema Carcerário?

R. Eu acho que é super importante porque é uma forma de se adquirir mais aprendizado, mais cultura. Então ter escolas no Sistema Penitenciário é muito importante! Eu ainda acho que o tempo de escola lá é muito pouco, esse tempo precisa ser aumentado. Deveria ter mais aulas, ter mais turmas, mais períodos, pela manhã, à tarde à noite... Deveriam oferecer mais programas culturais, chegar até a faculdade, pois através dos estudos as pessoas têm oportunidades de crescer... Já que algumas pessoas antes de serem presas não tiveram nenhuma oportunidade.

P. Que contribuições você acha que a Escola pode oportunizar ao aluno (a) privado de liberdade?

R. Como acabei de falar, as contribuições são imensas, por exemplo, uma pessoa que é privada de liberdade, só o fato de ela aprender a ler e a escrever, já é uma grande contribuição que ela recebe para o resto da vida! Pois aqui fora, quando esta pessoa sair ela precisa ter um documento, um trabalho... Então é muito importante que ela não seja analfabeta, porque já está difícil aos alfabetizados, imagine para os analfabetos! Por outro lado, elas adquirem um pouco de cultura e não ficam tão ignorantes! Por estas razões são necessários mais incentivos.

P. As expectativas que você tinha em relação a Escola elas foram correspondidas?

R. Não! Não foram correspondidas não, conforme eu te falei, lá, é... São poucas horas para se estudar. Quando eu fui presa eu já tinha uma escolaridade que não tinha mais como continuar lá no sistema fechado. Quando eu cheguei no regime semi-aberto ali se tinha oportunidades de fazer cursinhos, mas o que acontece? Era uma vaga, duas vagas para não sei quantos alunas!? Sei lá... Eram umas duzentas pessoas que concorriam a uma ou duas vagas para fazer um cursinho da POLI. Então, eu acho que no semi-aberto deveriam ser oferecidas mais oportunidades, até chegar à faculdade, isso no semi-aberto, porque no regime fechado não tem como a gente sair mesmo...

P. Você acha que a Escola de alguma forma te ajudou na inserção social e profissional?

R. Sim, com certeza.<sup>38</sup>

P. Além da Escola (EJA) quais as outras formas de educação e aprendizado que você vivenciou no Sistema Penitenciário, ou seja, o que te foi proporcionado pela educação não formal?

R. Eu fiz alguns cursos do SEBRAE, como por exemplo, um curso voltado para o empreendedorismo, o curso era intitulado como cidadão empreendedor... Que é super importante esta ajuda que o SEBRAE dá. Só que por um lado eles te ensinam a ser um cidadão empreendedor te dá uma idéia do que se pode fazer quando a gente chegar aqui fora, porque ninguém te dá trabalho não! É... Ninguém te dá trabalho, então, você tem que trabalhar por conta né! Mas, por outro lado, nem sempre, o pessoal aproveita estas idéias, né! Ah, também assistir palestras de alunos voluntários de algumas faculdades que iam lá aos finais de semanas para ajudar a gente, e isto era muito bom. E ainda eram oferecidos cursos de tapeçaria, cabeleireiro, outras coisas, mas eu não participei destes cursos não!

P. Você acha que a Escola no Sistema Carcerário está bem estruturada como ela é?

R. Não, não está bem estruturada não. Precisa ter mais tempo para ir à escola, precisa ser mais divulgada ter mais incentivos para as reeducandas estudarem e assistir as palestras do pessoal voluntário das faculdades que vão lá aos finais de semana. Tinha que ter muito mais escolas tanto no semi-aberto como no fechado. A biblioteca é pobre,

---

<sup>38</sup> Dilma atualmente trabalha como autônoma. É localizadora de veículos que foram financiados e não foram pagos, junto a escritórios de advocacias que auxiliam, dão suporte ao trabalho de apreensão feito pelos oficiais de justiça.

e eu acho que deveria, pelo menos ter um bibliotecário concursado pelo Estado para estar ajudando, incentivando quando se precisa, porque às vezes você está concluindo um curso e precisa pegar um livro para te ajudar, e não tem ninguém para te dar uma orientação não! Já o professor, ele tem que vir de fora para a gente saber o que está acontecendo né... Pois as reeducandas monitoras, também estão em cárcere privado e às vezes o que elas sabem foi adquirido ali mesmo. Eu conheço pessoas que já saíram de lá querendo fazer faculdades, outras estão mesmo fazendo faculdade, isso mostra como é importante a presença do professor que tenha formação.

P. Como você vê os Professores?

R. Eu vejo os professores... Ah! De forma geral eu vejo que no Brasil eles não têm muito futuro não! No Brasil de uma forma geral, lá dentro do sistema prisional então piorou né!... Eu acabei de falar e repito deviam colocar professores formados... pois tem muitos professores recém formados e que querem trabalhar... Pessoas que levam a educação a sério e que podem dar aulas melhores, de forma que ajudem as pessoas a se socializarem; porque só os professores que têm lá são muito poucos, são professores antigos<sup>39</sup> e o que eles passam pra você também é muito pouco! Mas, os responsáveis pelo o Sistema Prisional não estão preocupados em levar a Escola para dentro da cadeia não! Acho que eles estão preocupados em fazer nome, por exemplo, essa FUNAP tem que colocar mais professores lá dentro, porque, só aqueles dois professores numa unidade há não sei quantos anos? Não resolve não... Os professores que estão lá são muito poucos! São muito antigos. Não! Tem que colocar gente nova lá, sangue novo, pessoas que incentivem entendeu? Pois muita gente através da educação e da cultura consegue se ressocializar quando saem dali. Mas para que isso aconteça tem que ter um trabalho em cima dessas pessoas, e das reeducandas também, porque é muito importante, que no momento que elas saiam dali e que cheguem aqui fora, tenham outra visão do mundo...Tenham cultura, pois sem cultura o povo não é nada!

P. Você considera mais importante frequentar: a Escola formal (EJA) ou os cursos de bordados, costura, “crochet”, pintura, teatro (outros...)? Por favor, comente as diferenças e a importância de cada uma.

---

<sup>39</sup> Dilma explicou que o termo “antigos” não se refere a idade, sim ao método de trabalho.



R. Eu acho que é mais importante... Todas são importantes dentro do sistema prisional tudo que entra lá é válido! Desde quando a pessoa tenha vontade de preencher o tempo dela com coisas úteis. Então o artesanato, pintura, teatro, tudo que entra ali é válido... Como eu acabei de falar, estudar é muito importante. Existem pessoas ali que não tiveram oportunidade de estudar... Tem pessoas, que eu já vivenciei isso daí num desses cursos que as faculdades deram que, começaram a estudar porque não sabiam nem escrever o nome e com a ajuda destes voluntários das faculdades elas aprenderam a escrever o nome e a ler e saíram do sistema prisional super felizes por terem adquirido pelo menos um pouco de cultura lá dentro. Então eu acho que os dois são importantes, um do lado do outro... Mas, a parte pedagógica da escola formal é mais importante dentro do sistema prisional. Mas como já disse e repito precisa ter mais tempo e mais incentivos.

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola no Sistema Carcerário?

R. Ah!... Gostaria de comentar sim! Como acabei de falar, os governos, tanto estadual como federal, não estão preocupados em socializar o preso, porque se eles estivessem preocupados em socializar o preso, fariam concursos públicos, para levar professores para trabalharem no sistema penitenciário, pois tem muitos professores se formando, professores novos e eles têm que levá-los para dentro do sistema penitenciário, e se isso não acontecer dentro do sistema penitenciário, eles nunca vão conseguir socializar o sistema penitenciário, porque a socialização começa através da cultura. E o povo lá dentro não tendo cultura... Porque é uma briga! Dentro do sistema prisional existe uma briga! É! Existem dois lados lá dentro, existe o lado que a pessoa tá ali cumprindo uma pena, mas ela quer sair daquela situação, ela quer crescer, ela quer melhorar e ir para frente, mas, existe o outro lado também que é o das pessoas que não estão nem aí! Que acham que chegaram ali e a vida acabou para elas. Eu acho que este lado que te leva pra cima, que é o lado da cultura, o lado que te mostra a importância de estudar, deve ser mais trabalhado, pois tudo isto é muito importante, porque a mulher, principalmente a mulher no sistema prisional, ela sofre de TPM você entende? Ela sofre muito de TPM, ela menstrua todos os meses, ela tem problemas aqui fora, ela tem problemas com a família dela, ela tem problemas psicológicos! É, lá muitas pessoas tem problemas psicológicos... Tomam remédios e são tratadas assim como se fossem umas loucas! E não são! Nos presídios dos homens não sei, porque eu não conheço o sistema dos

homens, mas no caso da mulher, principalmente, a mulher ela tem que ser tratada no sistema prisional com mais carinho, com mais dignidade você entendeu? Ela tem que ter um cuidado mais especial, tanto físico como emocional. Hoje se fala muito da doença do século que é a depressão né? E muitas mulheres lá dentro são depressivas! E o que acontece? É só dar remédio! Remédio! E na realidade estão apenas drogando estas pessoas lá dentro, sendo que muitas não precisam disso. Elas precisam é de ter um acompanhamento melhor, tanto médico, como psicológico, pedagógico e social! Ter um professor de educação física, porque tudo isso ajuda, e lá dentro não existe isto não! No sistema prisional não tem nenhum tipo de esporte e o esporte faz parte da educação. Ele é muito importante e lá não tem isso não! Na realidade, esses governos ficam tão preocupados em fazer cadeia... Fazer cadeia!... Fazer cadeia!... Só que se esquecem que o que eles estão colocando lá dentro são seres humanos, eles não estão colocando nenhum animal dentro da cadeia não!... São seres humanos que pensam, raciocinam, e tem sangue na veia. Então, este sangue bomba um coração e este coração têm problemas! E esse coração é que vai ajudar a cabeça, ou seja, essa cabeça este coração tem problemas. Por isso eles precisam entender que lá dentro não é um depósito de lixo não! Eles estão lidando é com seres humanos, tanto nos presídios de homens, como no de mulheres e criança<sup>40</sup> Então precisa se fazer uma reformulação no Sistema Penitenciário, principalmente, na área de educação! É na educação!

Se tiver algum governante interessado em me ouvir e ajudar, vamos lá! Pois eu acho que eles não estão nem um pouco interessados em melhorar a área penitenciária não! Estes novos políticos que estão entrando, agora, deviam debater muito em cima disso também, e não ficarem só preocupados com votos! Votos! Votos! Eles têm que pensar nisso, têm que pensar em socializar este país, imagine!? Existem milhões e milhões de presos e ninguém tá nem aí? Eu acho que tem que se pensar uma forma de recuperação sim!

### **3. Ex-aluna: Elisângela Alves Evangelista<sup>41</sup>**

#### **Depoimento:**

---

<sup>40</sup> Dilma se referia a Fundação Casa, que cuida da educação de menores em situação de risco.

<sup>41</sup> Elisângela fez este depoimento seis meses após a sua liberdade condicional e estava desolada por não ter encontrado ainda um trabalho

Meu nome é Elisângela Alves Evangelista, fui detida no ano de 2001 acusada no artigo 157 (tentativa de latrocínio).

Como inúmeros jovens eu achava que sabia tudo... Naquela ocasião eu estudava e trabalhava e freqüentava a Igreja, mas não soube valorizar a vida que tinha. De repente passei a “cabular” aulas, em princípio, para ir aos bailes e a roda de pagodes para dançar e passei a achar tudo aquilo fascinante e a me envolver com pessoas que faziam o mesmo, era uma rotina “cabular” aulas.

Deixei de estudar por três anos seguidos, pois começava ir à escola no início do ano e logo parava. Minha vida passou a mudar e a tomar outros rumos. Quando me dei conta estava dentro de um presídio... Havia “cabulado” aulas, o que fazer?... Meu Deus!... E agora!?

Fiquei no DACAR IV (cadeia) durante um ano e seis meses angustiantes. Indo ao Fórum para as audiências e aguardando a sentença que durou, exatamente, um ano e três meses, fui sentenciada em 20 anos. Mas, tive mais tarde esta pena reduzida em 1/3 (um terço) ou seja, em treze anos e quatro meses. Chegada a sentença fiquei na expectativa de uma transferência para a Penitenciária, cuja espera, demorou três meses e no dia sete de outubro de 2002 fui removida para a Penitenciária Feminina da Capital – PFC, onde pude ter contato novamente com a escola, com a educação.

Logo que cheguei fui me inscrevendo nos vários cursos que eram oferecidos para as sentenciadas estagiárias (é que quem chega no sistema carcerário passa por um período de adaptação mais ou menos de trinta dias, para depois ir então para o convívio juntar-se com as demais sentenciadas que, já estão há mais tempo no Sistema Penitenciário e esse período de adaptação chama-se estágio). Ao sair do estágio comecei a trabalhar, me inscrevi no coral (tive aulas de canto), e participei deste coral por mais ou menos três anos, fiz os seguintes cursos: de fotografia que demorou seis meses, de teatro com duração de oito meses, de bordado onde me especializei em ponto cruz, cabeleireira, Leitura e fiz também por duas vezes o curso de informática, enquanto cursava o Ensino Médio.

Dos cursos que fiz, alguns comecei a pôr em prática, dentro do próprio Sistema Penitenciário. Por exemplo, fiz vários trabalhos de bordados para presentear meus familiares e passei também a vender estes trabalhos o que me ajudava muito, pois desta maneira conseguia aumentar a minha renda mensal e ajudar mais nas despesas de minha família na minha casa.

Em 2007 fui para o regime semi-aberto onde procurei novamente a escola, e lá, fiz o curso Aprendendo a Empreender oferecido pelo SEBRAE, participei algumas vezes do curso de leitura ativa. Confesso que pouco participei das atividades da escola tradicional, devido, ao trabalho que tinha um horário bastante pesado e outros problemas que não davam para conciliar. Mesmo assim, nunca deixei de bordar, porque, além de gostar muito desta atividade era uma maneira digna de me sustentar.

No Sistema Penitenciário existem vários tipos de influências como em qualquer outro lugar, porém, destaco três pontos positivos e importantes para a reinserção social do preso que são: escola, trabalho e a presença da família, pois, com esse suporte as pessoas aprendem a viver de maneira mais digna. Acredito que, não só lá no Sistema Penitenciário, mas em qualquer outro lugar.

Hoje, graças a Deus, me encontro em liberdade em minha casa com meus familiares e tenho enfrentado muitas dificuldades, pois as portas estão sempre fechadas para o ex-presidiário!... É um caminho longo e difícil de seguir, entretanto, a vontade de crescer é ainda maior.

Ter concluído o Ensino Médio no Presídio tem me ajudado muito, porque, hoje as exigências no mercado de trabalho aumentam a cada dia. Tenho tentado um emprego, não é nada fácil! Sinto que há muita discriminação aliada à competitividade e vejo aí a resposta para muitos presos reincidentes. Embora todos nós tenhamos acertos e erros, para muitos, inclusive, para mim, ir para a cadeia é o pior de todos.

Ainda com relação à escola: sempre deixava todos os meus certificados dos cursos que fiz no Sistema Penitenciário guardados com as pessoas responsáveis pela Educação, para que os mesmos não se danificassem.

Acontece que, agora depois que sai de lá (da Penitenciária) entrei em contato com os responsáveis para ir buscar e cadê? Todos os meus certificados sumiram... A quem recorrer? A quem reclamar? Ainda assim, não desisto porque acredito muito em Deus e sei que para tudo tem solução, basta não desanimarmos. Sei que terei de lutar e batalhar muito para alcançar meus objetivos. Talvez não consiga os certificados, mas o conhecimento é algo que podemos levar em qualquer lugar, onde formos... Falando em conhecimento, queria registrar que, inclusive, existem diversas pessoas que atuam no Sistema Penitenciário e utilizam seus conhecimentos para estimular o preso a pensar na possibilidade de um novo mundo e ter acesso à educação. Pois é, nestes anos todos encarcerada conheci gente que, sequer sabiam ler e escrever o próprio nome. E saíram de lá lendo e escrevendo. A maioria das pessoas desconhece esses

fatos, acham melhor julgar, discriminar, não acreditar em recuperação. Também, não querem entender que muitas pessoas por falta de oportunidades, de incentivos, de informações e descaso acabam dentro de um presídio. Pessoas, estas, que são dotadas de sentimentos que sofrem, choram e lutam para mudar sua história e viver decentemente, e lá dentro dos presídios buscam isto no trabalho e nos cursos que são oferecidos, pois, estas ofertas representam a possibilidade de viver dignamente após a liberdade.

É natural o erro, todos nós erramos, mas nem todos os erros são reparados com um pedido de desculpa e aí entra a punição, paga-se pelo erro, nos arrependemos e temos o direito a oportunidades. Por isso, procurei aprender com os meus erros, mas também pela escola. “Aprender é o melhor remédio para curar qualquer ferida, portanto, precisamos como todas as outras pessoas ter acesso à informação, à cultura e ao trabalho. Estas oportunidades devem ser criadas, os governantes precisam se preocupar em construir mais escolas e menos presídios, gastar mais dinheiro na contratação de professores, formá-los mais, ao invés de contratar agentes penitenciários”.

São Paulo, Inverno de 2009.

### **Entrevista:**

P. Qual o seu nome e idade?

R. Meu nome é Elisângela Alves Evangelista e eu tenho 27 anos hoje.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta Entrevista?

R. Sim. Autorizo.

P. Qual o grau de escolaridade de seus pais?

R. É... a minha mãe, ela não estudou tá, e o meu pai ele estudou até a 8ª série do ensino fundamental.

P. Qual o seu grau de escolaridade antes de você ficar privada de liberdade?

R. Segundo ano do Ensino Médio

P. O que te motivou a estudar enquanto você esteve no Sistema Carcerário?

R. Ah! A vontade de crescer né..., Porque mesmo se estando lá dentro a gente sempre tem vontade de crescer, de melhorar e de estar fazendo algo bom para gente né...

P. Qual a importância da Escola dentro do Sistema Carcerário?

R. A escola?... Ela abre caminhos para gente, qualquer pessoa sabe disso! Seja um analfabeto ou uma pessoa que já tenha estudado pelo menos um pouco. Então assim a importância da escola dentro da cadeia, na penitenciária, seja lá o que for é... É.. abrir caminhos pra gente, novos horizontes, após a nossa liberdade.

P. Que contribuições você acha que a Escola pode oportunizar ao aluno (a) privado de liberdade?

R. Veja bem, quando uma pessoa estuda, ela é mais esclarecida, certo? Portanto, ela vai ter mais desempenho para uma entrevista, para fazer uma prova e passar num processo de seleção, então fica bem mais fácil!

P. As expectativas que você tinha em relação à Escola elas foram correspondidas?

R. Nem sempre... Porque é assim, veja bem, é... No sistema carcerário é... Tudo é uma desculpa para você não estudar. Uma rebelião, uma suspeita de uma rebelião! Ou uma suspeita de alguma bagunça entre presas... Tudo isso é desculpa para não se ter aulas tá! Então aí fica difícil né. Minhas expectativas não foram correspondidas não! Eu esperava um pouco mais.

P. Você acha que a Escola de alguma forma te ajudou na inserção social e profissional?

R. Sim, com certeza porque veja bem, eu concluí o ensino médio na penitenciária. E se não fosse isso eu não teria o emprego que eu tenho hoje.<sup>42</sup>

P. Além da Escola (EJA) quais as outras formas de educação e aprendizado que você vivenciou no Sistema Carcerário, ou seja, o que te foi proporcionado pela educação não formal?

R. É... Eu fiz cursos de bordados tá!, Eu fiz canto coral, eu fiz curso de fotografia que eu achei muito interessante e muito importante! Eu fiz curso de teatro, eu fiz um curso

---

<sup>42</sup> Ao conceder esta entrevista Elisângela já está trabalhando na Prefeitura da cidade de Carapicuíba numa campanha de combate à Dengue

do SEBRAE aprendendo à empreender que também foi muito importante... Foram coisas assim que me motivaram mais e me deram um pouco mais de esperança.

P. Você acha que a Escola no Sistema Penitenciário está bem estruturada como ela está?

R. Não!.. Precisa mais empenho né! Empenho da parte das diretorias dos presídios e um pouco mais de atenção por parte dos nossos governantes. Não é só construir presídios né?!... Tem de existir uma preocupação de se preparar profissionais que sejam aptos a ensinar, tá bom!? Eles (os governantes) têm também de dispor um pouco mais do seu tempo para estar resolvendo os problemas do sistema carcerário que não são poucos !

P. Como você vê os Professores?

R. Nem sempre eles são bem preparados. Existem pessoas que tem uma formação boa aqui fora, que vão lá para dentro e passam muitas coisas interessantes pra gente, até mesmo reeducandas, mas existem pessoas que não são realmente preparadas... Eu acho que as pessoas deveriam ter uma melhor formação para atuar no sistema carcerário, tá ensinando sabe!?... Para tá profissionalizando melhor as pessoas lá dentro, tá colocando um pouquinho mais de esperança na população carcerária porque lá dentro, não existe isso não!

P. Você considera mais importante frequentar: a Escola formal (EJA) ou os cursos de bordados, costura, “crochet”, pintura, teatro (outros...)? Por favor, comente as diferenças e a importância de cada uma.

R. É assim... Bordados! Vamos dizer que seja um extra tá.., Já a escola formal é importante pelo seguinte, porque para você prestar um vestibular um curso de bordado não vai te ajudar em nada! Então eu acho que a escola formal é mais importante por isso. Por esta razão ela tem que ser mais valorizada.

P. Você gostaria de acrescentar alguma comentário em relação a Escola no Sistema Carcerário?

R. Em primeiro lugar penso assim... Independente do que acontece ou deixa de acontecer na cadeia eu acho que tem que ter aulas... Porque qualquer coisa lá dentro é motivo para não se ter aulas, e eu acho que é importante que todos os dias tenham aulas, não parar as aulas tanto tempo como acontece... Pois às vezes você pensa: ah! eu estudei um ano letivo, mas na verdade você não estudou um ano, você estudou

digamos uns seis meses deste ano... É! Foram aproveitados apenas uns seis meses! Por isso, é importante mais atenção, mais dedicação mais oportunidades por parte das diretorias dos presídios e também por parte dos governantes. Por outro lado, acho também que não existem políticas públicas para esta Escola.

#### **4. Ex-aluna: Juliana Mendes de Carvalho<sup>43</sup>**

##### **Depoimento:**

Meu nome é Juliana Mendes de Carvalho, tenho 25 anos e atualmente moro em Sorocaba estado de São Paulo. Fui detida no ano de 2006, aqui em Sorocaba no artigo 12 (entorpecentes).

Quando tudo aconteceu, eu estava iludida com um novo estilo de vida e com as minhas amizades que eu as achava perfeita! Pensava que nada melhor poderia acontecer na minha vida, além da convivência com estas pessoas e a minha “falsa” liberdade. Morava sozinha. Meus amigos me visitavam constantemente, eu saía, ia para onde queria sem ter que explicar a ninguém. Tinha convicção de que nada de mal me atingiria, pois me sentia imune a qualquer coisa e pensava que já sabia tudo da vida... Tinha um trabalho, mas o perdi e também o juízo. Fiquei por um mês desempregada. Neste momento, ampliei ainda mais, o meu círculo de amigos, e foi por meio deles que eu perdi o fio da meada e a noção de limite.

Comecei a fazer uso de drogas, ia me envolvendo cada vez mais com as pessoas deste universo e, quando me dei conta estava entrando no Presídio de Votorantim, onde ocorreu meu julgamento. Fui sentenciada em quatro anos e sessenta e seis dias. Lá fiquei oito meses. Neste período fiz trabalhos manuais “biscuit” para me distrair, fazer passar o tempo o mais rápido possível. Depois destes oito meses de reclusão ganhei o benefício do regime semi-aberto.

Com a ajuda da Procuradoria do Estado, fui transferida para a Penitenciária Feminina do Butantã em São Paulo.

Após o período de estágio (onde ficam as reeducandas em fase de adaptação) procurei a Escola, mesmo já tendo cursado o Ensino Médio, me matriculei no EJA e

---

<sup>43</sup> Juliana fez este depoimento um ano após a sua liberdade condicional



voltei a estudar visando: lembrar e reafirmar os conhecimentos adquiridos anteriormente, assim como, adquirir outros que pudessem me ajudar na construção de um futuro novo.

Procurei aproveitar todas as oportunidades que a Escola oferecia, pois tinha a consciência de que lá era o lugar onde acharia o suporte que depois me ajudaria a redirecionar minha vida. Me inscrevi no curso de informática, onde mais tarde participei de um processo seletivo para um curso preparatório para Instrutores nesta área. Também fiz um curso oferecido pelo SEBRAE voltado para pequenos empreendedores.

Além de estudar, procurei trabalhar. Inicialmente trabalhei na cozinha da Penitenciária, mais tarde, fui transferida para o Setor Administrativo e após este período de adaptação, consegui um trabalho fora do Sistema Penitenciário.

Cumprido 2 (dois) anos e 1 (um) mês do Regime Semi-Aberto, tive o privilégio de conseguir o Regime Aberto. Retornei para minha família onde tive apoio incondicional! Como sempre meus pais me apoiando, me amando e me incentivando a ter uma vida digna. Ao sair do Sistema Penitenciário fui à FUNAP, onde tem um departamento que ajuda os egressos a se colocarem no mercado de trabalho e entrei na fila de espera. Também, continuei procurando oportunidades de forma independente, pois tinha o dever de provar e comprovar ao juiz, dentro de 60 dias, que tinha um trabalho.

Embora exista muito preconceito por parte da sociedade, esta é a minha opinião e, a experiência me permite falar isto, no final de um mês de muita procura, tive uma chance de emprego num depósito de reciclagem. Era algo simples, mas era uma proposta digna. Decorridos 30 (trinta) dias de trabalho árduo tive uma pequena promoção. Fui convidada para exercer a função de Auxiliar de Administração. Passei a ser responsável por um Setor. Nossa! Quase explodi de alegria! Senti que, estava tendo a chance de reconstruir a minha vida! Para completar, também, estava grávida... De presente ganhei minha filha, a Maria Luiza. Com todo apoio dos meus colegas de trabalho, da minha chefia, dos meus pais e da minha família.

Atualmente estou de licença maternidade.

Refletindo, chego à conclusão que, o que eu tirei de bom desse período em que estive no Sistema Penitenciário, privada de liberdade, foi em primeiro lugar: a valorização que passei a dar aos meus pais, aos estudos e ao trabalho, o que certamente tem contribuído para que eu possa me situar na vida economicamente e socialmente, aproveitando a minha liberdade de uma outra forma de pensar além deste momento. Em

segundo lugar: percebi que se as pessoas que passaram ou passam por uma situação semelhante, mas são acolhidas, recebem algum tipo de preparo para além do cárcere, enquanto estão em reclusão, as chances de reinserção, regeneração são bem maiores.

Como falei, a família é algo fundamental, e graças a Deus, meus pais sempre me visitaram, me ampararam, foram carinhosos, presentes e acreditaram na minha recuperação, fato que me ajudou muito.

Agora tenho um trabalho e uma família que cresceu em todos os sentidos, tenho uma filha!...

Piracicaba, Inverno de 2009.

**Entrevista:**

P. Qual o seu nome e idade?

R. Juliana Mendes de Carvalho 25 anos.

P. Você autoriza a utilização e a publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim

P. Qual o grau de escolaridade de seus pais?

R. Meu pai superior incompleto e minha mãe o Ensino Médio.

P. Qual o seu grau de escolaridade antes de você ficar privada de liberdade?

R. Superior incompleto.

P. O que te motivou a estudar enquanto você esteve no Sistema Carcerário, mesmo já tendo concluído o Ensino Médio antes?

R. Meu objetivo era ficar interado das matérias, aprender mais para fazer depois outro vestibular, pois eu havia esquecido muitas coisas. Então como eu pretendia voltar a estudar, manter estes conhecimentos era importante, quer dizer é importante.

P. Qual a importância da Escola dentro do Sistema Carcerário?

R. Ela é muito importante e essa importância é refletida no nosso crescimento quando a gente sai de lá.

P. Que contribuições você acha que a Escola pode oportunizar ao aluno (a) privado de liberdade?

R. Ela não nos deixa alheia ao que está acontecendo fora do Sistema Carcerário, e depois fica mais fácil para um encaminhamento no mercado de trabalho.

P. As expectativas que você tinha em relação a Escola elas foram correspondidas?

R. Sim, sempre foram porque os professores eram muito dedicados e atenciosos.

P. Você acha que a Escola de alguma forma te ajudou na inserção social e profissional?

R. Sim, pois como eu falei anteriormente naquela questão de não ficar alheia a tudo. Isso é muito importante, pois na hora de procurar um trabalho isso conta muito.

P. Além da Escola (EJA) quais as outras formas de educação e aprendizado que você vivenciou no Sistema Carcerário, ou seja, o que te foi proporcionado pela educação não formal?

R. Eu fiz um curso do SEBRAE, aprendendo a empreender, que é muito bom! Eu fiz também trabalhos manuais, eu particularmente gostava de “biscuit”, por ser um trabalho muito minucioso e que requer muita atenção da gente, fazendo com que a gente mantenha o autocontrole, o que é muito bom naquela situação né...

P. Você acha que a Escola no Sistema Penitenciário está bem estruturada como ela está?

R. Não. Faltam mais profissionais da área de educação, e também, a carga horária da escola é muito reduzida.

P. Como você vê os Professores?

R. Como pessoas empenhadas em ajudar o próximo, eram pessoas que realmente desejavam ver o nosso crescimento, principalmente os professores voluntários e os contratados da FUNAP.

P. Você considera mais importante frequentar: a Escola formal (EJA) ou os cursos de bordados, costura, “crochet”, pintura, teatro (outros...)? Por favor, comente as diferenças e a importância de cada uma.

R. Acho que a escola formal ela é mais importante, mais as duas são importantes porque uma complementa a outra.

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola no Sistema Carcerário?

R. Acho que deveria ter um compromisso maior em atrair as reeducandas para que todas fossem à escola, pois a lei determina a obrigatoriedade da escola, mas na prática, vai quem quer, não existe motivação, não existe muito empenho nem por parte das direções dos presídios, nem por parte dos governantes. Gostaria também que as pessoas envolvidas com a educação se preocupassem mais também com o material didático utilizado.

## **5. Ex-aluna: Marciana Caciano Damasceno<sup>44</sup>**

### **Depoimento:**

Meu nome é Marciana Caciano Damasceno. Minha tortuosa história de prisão foi uma experiência na minha vida, que jamais imaginei conhecer e passar! Hoje vivo e passo momentos difíceis e digo que não vale a pena optar pela vida fácil (do crime).

Aos treze anos de idade comecei a conhecer e a me integrar no mundo dos adolescentes. Meus pais eram muito rígidos, fomos criados dentro de uma igreja, onde tudo era diferente. Então optei por um mundo que, na minha cabeça era o ideal! Mais perfeito!...

Comecei a sair com amigos, curtir “baladinhas”, e a namorar, mesmo sabendo que seria contra a vontade de meus pais. Eles não agüentaram. Pediram que eu saísse da casa deles e fosse morar sozinha nos fundos de nossa casa. Ser independente, cuidasse de mim mesma.

Sem problema algum saía de casa como se fosse a coisa mais natural do mundo. Feliz por não dar mais explicações, de ir e vir, para mais ninguém. Continuei meus estudos e arrumei meu primeiro emprego numa feira como vendedora de pastel. Passaram-se seis meses e eu sofri um acidente de queimadura e sai deste emprego.

---

<sup>44</sup> Marciana fez este depoimento três meses após a sua liberdade condicional.

Quando completei 16 para 17 anos, conheci o Alexandre, com quem hoje tenho dois filhos. Ele tinha uma vida totalmente diferente da minha, era mesmo como a água e um óleo. Ele era cheio de mistérios. Com o tempo fui descobrindo seus grandes mistérios. Ele era um jovem que tinha nove irmãos e nenhum deles teve incentivo algum para estudar. Seus pais trabalhavam e não tinham tempo para prestar atenção nos próprios filhos. Então eles se criaram sozinhos. Optaram pelo que estava mais próximo de seus caminhos, a vida do crime.

O Alexandre tem a 3ª série do ensino fundamental, se encontra preso e não tem interesse em participar de nenhuma atividade dentro do sistema carcerário, fato que tem me preocupado muito.

No início, foi um susto saber que ele era desta vida (do crime), mas, já estava envolvida demais porque o nosso relacionamento tinha crescido, ou melhor, já havia um sentimento entre nós, embora esse novo dado tenha gerado problemas que dificultavam o nosso namoro. No entanto, deixei que o destino me conduzisse, sem ao menos pensar nas conseqüências que ele poderia trazer no futuro.

Na metade de meus dezessete anos fiquei grávida. Bem perto de ganhar o bebê começamos a morar juntos. Não nos faltava nada. Quando completei vinte anos, novamente, fiquei grávida, mas, consegui terminar o Ensino Médio). Já tínhamos nossa casa. Ele tinha carro e moto. Eu também tinha o meu carro e dinheiro. Com este dinheiro construí uma pequena loja de moda jovem e estava tudo perfeito. Passaram-se dois anos e acabei sendo presa aos vinte e dois anos de idade. Meus filhos ficaram com meus pais, um com quatro anos e outro com dois anos.

Fui presa com 22 quilos de maconha e um quilo e meio de cocaína. Na hora da prisão meu marido não estava, então fui conduzida sozinha. Os carros estavam em meu nome, sendo assim, foram juntos comigo. Antes da minha prisão meu cunhado já havia sido preso e meus documentos estavam no local do crime com ele.

Na prisão fui sentenciada por dois artigos. Num fui sentenciada em cinco anos e seis meses e no outros três anos e seis meses.

Passei pelo cadeião de Pinheiros, DACAR I. Quando completou nove meses, fui transferida para o presídio de Franco da Rocha. Ali fiquei cinco meses. Aprendi a bordar, a “crochetar” e fui também para a escola. Depois fui para a Penitenciária Feminina da Capital – PFC, onde comecei a trabalhar e também freqüentar a escola. Foi uma boa experiência de vida ter me dedicado aos estudos. Aprendi a gostar de ler, por incentivos dos meus professores, isso foi maravilhoso. Conheci o mundo da leitura, e

através dela, criei projetos para minha vida, desejava alcançar além do que eu já tinha. A escola dentro da prisão para mim foi muito importante. Eu precisava conhecê-la para valorizar a educação. Foi pela escola a maneira pela qual eu pensei em mudar minha vida. Mesmo já tendo o Ensino Médio eu procurei reforçar os meus estudos para sair de lá com outra visão do mundo.

Particpei das provas do ENEM para poder continuar os meus projetos fora do mundo carcerário. Depois de passar por algumas oficinas de trabalho fui trabalhar na FUNAP, numa oficina de costura, onde aprendi a costurar e a ter uma profissão. Fiquei nesse trabalho quatro anos, foi quando minha sentença foi diminuindo, por intervenção de um advogado. Após o recurso, ficou seis anos e seis meses no total. Ganhei minha progressão de pena e fui para o regime semi-aberto, onde continuei meus estudos e também comecei a trabalhar na costura. Foi um sistema mais rígido. Quando estava perto das saídas temporárias a mente ficava em turbulência. Mesmo com tudo isso, não deixava de ler, estudar e trabalhar. Tive duas saídas temporárias. Quando completou quatro meses ganhei o meu livramento condicional. Tudo parecia um sonho mais era real. Por cinco anos e seis meses eu sonhei com aquele momento, foi uma grande surpresa... Enfim um sonho que virou realidade!

Hoje faz três meses que me encontro em liberdade, na rua! A batalha para viver dignamente é dura! Sozinha e com dois filhos eu luto... Aproveitei a profissão que adquiri no cárcere e a experiência alcançada para colocá-la agora em prática profissionalmente. Meus projetos estão todos prontos esperando o momento certo para desenvolvê-los. Espero a saída do Alexandre para mostrar a ele outra maneira de viver dignamente. Mostrar que através da educação é possível mudar um jovem. Entretanto, sei que não vai ser fácil! Mas, creio eu que não será impossível de começar tudo de novo. Penso pequenos detalhes. Mas, a gente tem que provar tudo!?! Tenho muita força de vontade dentro de mim. Acho que não devo ter vergonha do que vivi, apenas adquiri mais experiência de vida, inclusive a dar mais valor à liberdade que é um bem maior e mais precioso que Deus nos deu.

Obs.: Uma frase que marcou muito quando li o livro, cujo título é: Olhai os Lírios do Campo, do autor Érico Veríssimo (li no dia 03/02/2008, data próxima a minha ida para o regime semi-aberto):

“Pensamos apenas nisto: Não fomos consultados para vir para este mundo e não seremos consultados quando tivermos de partir. Isto dá bem a medida da nossa

importância material na terra, mas deve ser um elemento de consolo e não de desespero”.

São Paulo, Verão de 2008

**Entrevista:**

P. Qual o seu nome e idade?

R. Marciana Cassiano Damasceno, Eu tenho 29 anos.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim, com certeza.

P. Qual o grau de escolaridade de seus pais?

R. Meu pai estudou até a oitava série do Ensino Fundamental e minha mãe estudou até a segunda série do Ensino Fundamental.

P. Qual o seu grau de escolaridade antes de você ficar privado de liberdade?

R. Ensino Médio Completo, mas como lá dentro do Sistema só era oferecido até o Ensino Médio e o Curso Preparatório para o ENEM, eu resolvi refazer o Ensino Médio e também o cursinho do ENEM que foi muito bom!

P. O que te motivou a estudar enquanto você esteve no Sistema Carcerário, mesmo já tendo concluído o Ensino Médio antes?

R. Foi a forma que eu encontrei de estar conectada com o mundo e também pelos estudos. Eu tinha, como objetivo, alcançar coisas melhores, realizar sonhos, por exemplo, fazer uma faculdade.<sup>45</sup>

P. Qual é a importância da Escola dentro do Sistema Carcerário?

R. Ela é importante pelo fato de que lá dentro, há muitas pessoas que precisam mesmo! Porque algumas não tiveram oportunidades antes do cárcere e lá tem muito tempo vago. As pessoas chegam mesmo a se formar lá, constroem objetivos e vêm na educação

---

<sup>45</sup> Marciana fez vestibular no segundo semestre de 2009 para pedagogia e está estudando.

uma forma de realizar estes objetivos. Tem a possibilidade de construírem uma visão própria do mundo, pensar num futuro melhor.

P. Que contribuições você acha que a Escola pode oportunizar ao aluno (a) privado de liberdade?

R. Eu acho que as oportunidades e contribuições são muito poucas. O Governo deveria ter outro olhar para aquela população, especialmente, para este assunto, criar mais oportunidades e oferecer mais condições para que as pessoas possam se inserir na sociedade. Olha o cursinho do ENEM é muito bom e nos ajuda num encaminhamento para a Faculdade, com certeza, esta é uma grande contribuição, portanto, os governantes e as autoridades deveriam olhar mais esse lado.

P. As expectativas que você tinha em relação a Escola elas foram correspondidas?

R. Ah! Foi sim, porque eu aprendi muito, pois, quanto mais você estuda, mais se adquire qualidade de vida, e a gente nunca sabe tudo né...

P. Você achava que a Escola de alguma forma te ajudou na inserção social e profissional?

R. Foi!... Foi... Importante, especialmente, pela convivência que eu tive com o pessoal da Educação lá dentro, pois estas pessoas fizeram com que eu abrisse os olhos... A escola fez com que eu amadurecesse mais! Mas, ajuda que tenha vindo por parte dos governantes pensando em inserção social, não! Não se tem nenhuma ajuda não!

P. Além da Escola (EJA) quais as outras formas de educação e aprendizado que você vivenciou no Sistema Carcerário, ou seja, o que te foi proporcionado pela educação não formal?

R. Pela não formal eu aprendi a bordar, costurar, fazer “crochet” e dessa forma, a desenvolver mais a minha criatividade.

P. Você acha que a Escola no Sistema Carcerário está bem estruturada como ela está?

R. Não! Quer dizer tá e não tá... Os professores ajudam muito. Ajudam claro! Mas eu acho que, o grande problema é o próprio sistema mesmo, porque o governo não tem políticas direcionadas para este problema não... Ele deixou a escola lá no total abandono. Então faltam algumas coisas. Tem muitas coisas boas lá dentro, não se pode



só criticar, por exemplo, a biblioteca é boa, mas falta algo ainda!....O tempo é pouco, não existe um espaço específico para estudarmos, fazer uma pesquisa. Quer dizer, como eu passei pela PFC e pelo Butantã, eu observei que no Butantã você tem sua salinha para leitura na biblioteca, mas na PFC não tem esse espaço, é muito fechado! Eu acho que lá deveria ter esse espaço também. Este espaço é importante para quem quer ler um livro, discutir um trabalho, enfim quem quer ler, aprender mais precisa de mais espaço.

P. Como você vê os Professores?

R. Bom, tem professores que me marcaram profundamente com a sua maneira de ensinar, por exemplo, os professores Agostinho<sup>46</sup> e Wagner<sup>47</sup> são maravilhosos! No geral, eu não tenho críticas a fazer não! Eles foram muito importantes para mim. Em minha opinião, são pessoas que estão bem estruturadas para trabalhar com a educação.

P. Você considera mais importante freqüentar: a Escola formal (EJA) ou os cursos de bordados, costura, “crochet”, pintura, teatro (outros...)? Por favor, comente as diferenças e a importância de cada uma.

R. É mais importante freqüentar a Escola Formal! É... Acho que a escola formal deve ter mais prioridade, especialmente, para quem quer dar continuidade aos estudos, para quem está pensando lá na frente! E, também quer fazer um vestibular. Agora os cursinhos que são oferecidos também são muito importantes. Eu pessoalmente tirei muito proveito deles. O curso de costura me ajudou muito, porque hoje eu trabalho neste setor, embora, não seja a área que eu queira ficar! Mas, por ter adquirido esta experiência lá... Quer dizer, este fator foi determinante para abrir a porta de um emprego para mim aqui fora. Hoje trabalho nesta área, embora eu não queira continuar nesta área não!

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola no Sistema Carcerário?

R. Olha, eu acho que as pessoas que estão lá dentro precisam mais de atenção, tanto da parte dos governantes como das diretorias, ou seja dos diretores dos presídios e dos diretores da área de educação, porque: é por meio deles, quer dizer das pessoas que dirigem os presídios e a escola que as pessoas que estão lá dentro têm voz.

---

<sup>46</sup> Professor contratado pela FUNAP.

<sup>47</sup> Professor voluntário que trabalha no projeto Leitura.

## 6. Ex-aluna: Margarete Alferes de Souza<sup>48</sup>

### Depoimento:

Meu nome é Margarete Alferes de Souza tenho 40 (quarenta) anos, atualmente, moro em Poá/SP. Sou egressa do Sistema Penitenciário, consequência de uma condenação de 12 (doze) anos pelo artigo 159 (seqüestro).

Cumpri parte da minha sentença no DACAR, na Penitenciária Feminina de Santana - PE, na Penitenciária Feminina Capital - PFC e finalmente na Penitenciária Feminina do Butantã – PFB, no regime semi-aberto, onde após ter cumprido 08 anos da pena ganhei a liberdade condicional.

No decorrer destes oito anos convivi com muitas dificuldades e problemas, o maior deles foi a mega rebelião de 2002 e a de 2006, mas me mantive sempre ocupada. Trabalhei na cozinha, numa empresa que fabrica produtos hospitalares e na FUNAP, sempre remunerada, e também obtive a remissão de pena o que compensa a baixíssima remuneração. Dos trabalhos que realizei o mais prazeroso e compensador foi o da FUNAP, porque foi por meio dele que me profissionalizei como costureira. Embora fossem ofertados alguns cursos de artesanato me concentrei apenas no de corte e costura.

Em todo esse período tive muito apoio de minha família, o que tornou mais suave a minha vida entre as grades do cárcere; aliás, este apoio, também foi determinante na minha inserção social quando cheguei em casa em julho de 2008.

O recomeço é sempre muito difícil, mas tive a felicidade de não demorar muito em encontrar o meu primeiro emprego, numa lavanderia hospitalar, onde trabalhava duro! Um horário pesado, pois, das 06:00hs até as 14:00hs eu cumpria o meu horário normal e das 14:00hs até as 22:00hs eu fazia horas extras para compensar a ausência de funcionários. Eu procurava suportar com tranquilidade porque sabia que aquela jornada fazia parte de um processo de reconquista da confiança das pessoas que estavam ao meu lado e da sociedade de uma forma geral. Passados seis meses tive uma oportunidade de mudar de emprego, por indicação de pessoas amigas, onde trabalho atualmente, que é no “Lar Mãe Mariana” vinculada à Prefeitura de Poá como cuidadora de idosos. Está

---

<sup>48</sup> Margarete fez este depoimento oito meses após a sua liberdade condicional

sendo muito bom, porque olhando o tamanho das dificuldades destas pessoas despertei para uma carreira que é o sonho de um dia vir a ser uma médica.

Pensando na minha vida profissional, retomei os meus estudos. Conclui o Ensino Médio-EJA, que havia iniciado na Escola do Sistema Penitenciário, fiz um cursinho básico de informática e iniciei um curso de enfermagem, mas interrompi por não poder conciliar meu horário de trabalho com os meus estudos mas, não vou desistir de chegar á medicina.

Estou levando uma vida digna, tenho muitos projetos para o futuro e pretendo recuperar o tempo perdido, inclusive, o de construir uma família e enterrar o passado. Estou noiva e vou me casar.

Poá, Verão de 2008

**Entrevista:**

P. Qual o seu nome e idade?

R. Meu nome é Margarete Alferes de Souza e eu tenho 40 anos.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim.

P. Qual o grau de escolaridade de seus pais?

R. Minha mãe tem o primeiro ano do Ensino Fundamental e meu pai concluiu a quarta série do Ensino Fundamental também.

P. Qual o seu de escolaridade antes de você ficar privado de liberdade?

R. Quarta série do Ensino Fundamental.

P. O que te motivou a estudar enquanto você esteve no Sistema Carcerário?

R. Eu voltei a estudar com o objetivo de cursar uma Faculdade após o Cárcere.

P. Qual é a importância da Escola dentro do Sistema Carcerário?

R. Ela é importante porque ajuda a resgatar a sensibilidade das pessoas, além dos conhecimentos para darmos continuidade aos estudos aqui fora. Eu, por exemplo, penso ainda em fazer uma faculdade de medicina.

P. Que contribuições você acha que Escola pode oportunizar ao aluno(a) privado de liberdade?

R. Incentivo a retornar a uma vida normal, a ter esperança.

P. As expectativas que você tinha em relação à Escola elas foram correspondidas?

R. Sim, eu terminei o Ensino Fundamental e iniciei o Ensino Médio, antes eu não tinha motivação para estudar.

P. Você achava que a Escola de alguma forma te ajudou na inserção social e profissional?

R. Ah! Com certeza ajudou bastante, bastante! Pois se eu não tivesse concluído o Ensino Médio lá, agora eu não teria como fazer um cursinho de Enfermeira Padrão que é quase médica e que exige um grau de escolaridade para fazê-lo e também não trabalharia na área que estou trabalhando.<sup>49</sup>

P. Além da Escola (EJA), quais as outras formas de educação e aprendizado que você vivenciou no Sistema Carcerário, ou seja, o que te foi proporcionado pela educação não formal?

R. Os cursos de costura e modelagem.

P. Você acha que a Escola no Sistema Carcerário está bem estruturada como ela está?

R. Não. Falta sintonia entre a direção geral do presídio e a Escola.

P. Como você vê os Professores?

R. Ah sim! Deixa um pouco a desejar... Eles têm alguns interesses cortados, porque, lá dentro existem muitas regras que acabam atrapalhando os professores e a gente também. Eu presenciei professores sendo mandado embora da escola, porque na visão da direção do presídio eles estavam conversando demais com as alunas e isso não era considerado

---

<sup>49</sup> Margarete trabalha como cuidadora de idosos num asilo no município de Poá.

uma coisa boa, também havia muitos “sermões” que acabavam desmotivando os professores ou mesmo resultando na substituição dos mesmos.

P. Você considera mais importante frequentar: a Escola formal (EJA) ou os cursos de bordados, costura, “crochet”, pintura, teatro (outros...)? Por favor, comente as diferenças e a importância de cada uma.

R. A escola formal é fundamental, agora os outros cursinhos me ajudaram aqui fora também. Veja bem, como eu trabalhava com costura lá dentro, eu tinha que cortar as peças e contar estas peças e classificar a produção no final do dia, então, eu tinha que saber contar, usar a matemática e se não fosse a escola formal como eu faria isso? Então a escola formal é foco, mas as duas são importantes.

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola no Sistema Carcerário?

R. Ah!... Tem que haver mais integração entre A direção da penitenciária, quer dizer, os dirigentes e professores da Escola. E precisa também de muito mais incentivos, tanto do governo estadual, assim como, do governo federal.

## **7. Ex-aluna e Monitora: Guadalupe Ledezma<sup>50</sup>**

### **Depoimento:**

Hoje tenho quarenta anos idade e estou no Sistema Penitenciário há onze anos e minha experiência como monitora começou da vontade de aprender mais, então no ano de 2000 voltei a estudar, porque achava muito triste ver tantas mulheres semi-analfabetas. Minha percepção aumentou mais sobre isso, porque, logo que cheguei no Sistema, eu lia e escrevia para as pessoas algumas cartas que elas trocavam entre familiares e amigos.

Resolvi procurar a Escola na Penitenciária Feminina da Capital – PFC, onde terminei o ensino médio sob orientação da professora Elaine Araújo que, sempre me

---

<sup>50</sup> Guadalupe conquistou o cargo de professora (monitora) , por esta razão seu depoimento vem em separado (foge a ordem alfabética dos outros depoimentos) assim como a sua entrevista está junto com o grupo de professores.

observava, embora eu estivesse sempre sentada no fundo da sala de aula e, nestes momentos pouco falava, mas procurava conhecer cada vez mais a Escola e o seu funcionamento, até que surgiu uma oportunidade para o Posto Cultural da unidade em 2003. Eu me submeti a uma seleção da FUNAP, na qual fui aprovada e comecei a trabalhar na Escola. A partir daí, meu interesse aumentava cada vez mais! E, com a motivação e o incentivo da Professora Elaine que procurava me mostrar sempre o que era certo e o que era errado, até mesmo no expressar de pequenas palavras do dia a dia.

Fui adquirindo novos hábitos, novos modos. Fiquei trabalhando no Posto Cultural um ano<sup>51</sup> quando surgiu uma vaga de monitora para trabalhar com alfabetização.

Tive que estudar. Procurar entender o método Paulo Freire, me preparar e apresentar uma aula, era para avaliação e seleção da FUNAP. Fui escolhida então para este posto de trabalho e confesso que esta experiência nova me realizou muito, porque, em todos os dias havia uma troca muito grande com as alunas, onde tudo transcorria com grande respeito e eu também aprendia muito. Era sempre gratificante começar pelo alfabeto, mostrar cada sílaba, cada vogal, formar a família e finalmente ler. Neste percurso a Professora Elaine sempre coordenando tudo e a FUNAP acompanhando e vendo o crescimento das aulas. É verdade que neste caso o salário também ajuda muito, mas, o que realmente compensou foi a realização pessoal nestes três anos e nove meses de alfabetizadora pela oportunidade de ver, por exemplo, quando uma aluna chamada Gilvanete chegou a mim e disse: “Professora hoje meu advogado veio e eu assinei os papéis que ele me trouxe, eu não precisei de almofada e usar o “dedão” eu usei caneta!”. Já outra aluna, a Inês, me chamou e mostrou todas as letras que formavam o nome dela numa revista e, no momento seguinte leu para mim uma folha de um livro.... A Izabel que me chamava de professorinha, aprendeu a assinar o nome aos quarenta e sete anos de idade e a Adelina Varela que num esforço, incomum, não se cansava de estudar português para aprender a se expressar melhor segundo ela. Estas experiências me deram a sensação de ser útil e a cada dia me deixavam cada vez mais feliz.

A Escola é muito importante no Sistema Penitenciário, ela é muito importante mesmo! Infelizmente, pode ser dizer que 70% das mulheres presas não terminaram seus estudos antes de chegarem ao presídio. Então, quando elas têm a oportunidades de estudar, aproveitam e agarram esta oportunidade como se fosse um prêmio. Eu,

---

<sup>51</sup> Posto cultural é um setor responsável pela programação das atividades festivas que seguem um calendário pré-estabelecido pela unidade prisional.

pessoalmente, tive a chance de conhecer um computador no presídio assim como já afirmei também, conclui o Ensino Médio e agradeço os professores que me ajudaram nessa tarefa. Por outro lado, devo admitir que não é fácil! Ser monitora na condição de presa. Mas, eu tive boas orientadoras da FUNAP que acreditaram em mim e me ajudaram.

Neste tempo todo vi muitas pessoas, entrarem no sistema e sair. Sinto falta de muitas alunas. A saudade é grande! Mas, as vitórias também! Dentro da sala de aulas não só ensinei a ler, a escrever e a fazer contas, ensinei o artesanato também, foram muitos momentos de doação e trocas, por isso dedico todas as alunas a minha felicidade hoje.

São Paulo, Primavera 2009

## **APÊNDICE 2. Entrevistas realizadas com os professores que trabalham nas escolas do Sistema Carcerário (PFC, PFB).**

### **1. Profº Agostinho Mariano**

P. Qual o seu nome e formação?

R. Agostinho Mariano Perante. Eu fiz Administração e depois Gestão em Educação.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim, mas antes eu preciso falar com a FUNAP.<sup>52</sup>

P. Que razões te levaram a trabalhar numa Escola no Sistema Penitenciário?

R. Eu já tinha uma experiência pedagógica com moradores de rua e comunidades pobres, um trabalho muito gratificante, que fiz antes de ser educador no Sistema Carcerário. A FUNAP fez um concurso para professores, no qual fui aprovado, a partir daí, trabalho nas Escolas do Sistema.

P. Você gosta de trabalhar nesse ambiente? Por quê?

R. Sim. Eu gosto de trabalhar nesse ambiente. Na minha atividade como educador, eu posso passar às minhas alunas em sala de aula, aquilo que eu acredito. Sei de todas as dificuldades pertinentes ao ambiente, mas procuro superá-las e colaborar com aquela comunidade. Aliás, não só com a comunidade, mas com toda a sociedade, porque, um dia as pessoas que estão lá dentro vão sair. E espero que, pela educação, elas saiam melhores do que quando entraram.

P. Quando você elabora seu planejamento, o que é pensado?

R. Eu penso no grupo de alunas. Penso no que é importante na vida prática de cada uma delas. Eu sei que, o que eu ensino lá dentro, dificilmente, vai ser usado por elas enquanto estiverem no cárcere. Mas, com certeza, após, vai fazer uma grande diferença para elas.

P. O que é feito no sentido pedagógico em favor de seus alunos (as) visando resgatar, valores, relações sociais, auto-estima e competências profissionais?

---

<sup>52</sup>O Professor Agostinho depois nos autorizou a utilizar o conteúdo da entrevista.



R. Na FUNAP, entre 1999 e 2003, o tema cidadania foi bastante discutido pelo grupo de professores, objetivando inserir este assunto no transcurso das aulas. Depois demonstramos na nossa prática que, cidadania não se resume apenas em direitos e deveres. Ao contrário, é um conjunto de coisas.

P. O aluno da Escola no Sistema Penitenciário, sai com alguma qualificação para o mundo do trabalho?

R. Para nós, o grupo de professores, fica difícil acompanhar se houve ou não inserção da nossa aluna no mundo do trabalho. Mas, certamente ela teve uma formação mínima voltada ao mundo do trabalho. Por exemplo: são ministrados os cursos de artesanato, computação, música, etc. Estes cursos são um começo, que não evolui tanto porque as alunas declinam da educação em função do trabalho. Isso porque, de imediato, o trabalho oferece vantagens que elas não encontram na educação. Mas o trabalho não é profissionalizante, é apenas vantajoso para elas em termos da expectativa da liberdade, pois a pessoa encarcerada sabe que, para cada três dias trabalhados ela ganha um dia de remição de pena, enquanto na escola, a LEP não garante isso. É um problema que ainda está sendo estudado, ainda se busca uma solução para essa problemática. Existem alguns juízes que concedem a remição pelo estudo, mas isso, depende ainda do bom senso de cada um deles, porque não está oficializado na LEP.

P. Como você trabalha a questão da inclusão de alunos cuja maioria veio de segmentos sociais tão desiguais?

R. Eu procuro trabalhar a inclusão dessas alunas no momento em que trabalho os conteúdos de geografia e história. Por exemplo: procuro saber da origem de cada uma delas, e a partir das informações colhidas, construímos uma pequena história das regiões, cidades ou dos bairros de onde elas vieram. Desta forma, resgatamos as características culturais sociais e geográficas desses locais, despertando nelas um sentimento de pertencimento.

P. Qual a preocupação maior desta Escola do Sistema Penitenciário, formar o estudante com conhecimentos em Português, Matemática, Geografia, História, etc... Ou formar o cidadão (ã)?

R. Não tem como separar uma coisa da outra. Nosso trabalho é focado no cidadão. Embora exista a consciência de termos que preparar também nossas alunas para obter

certificação junto ao CESU, ENCEJA, EJA, porque só pela certificação é possível a continuidade aos estudos depois.

P. Como é feito e o que procura contemplar o Plano Escolar?

R. Primeiro fazemos um resgate do que a aluna já aprendeu antes de chegar à nossa escola no semi-aberto. Após esse diagnóstico, levamos as nossas impressões à nossa Chefia (FUNAP) para juntos construirmos um plano de trabalho. Nada é aleatório.

P. Você acha que existem boas Políticas Públicas na área de educação voltadas para o aluno (a) das Escolas do Sistema Penitenciário objetivando ajudá-los a retornar à sociedade?

R. Isso é difícil de responder, porque envolve muito a parte financeira e a parte técnica. E, também, porque o próprio Sistema Carcerário privilegia o trabalho ao invés da educação.

P. Existem cursos de capacitação ou de formação continuada para os professores que trabalham nas Escolas do Sistema Penitenciário?

R. Oficialmente eu não conheço. Mas a FUNAP tem uma preocupação muito grande em fazer oficinas para que possamos nos atualizar. Existem oficinas de língua portuguesa, de matemática, outras... Enfim há um treinamento e depois nos cobrado um retorno.

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola do Sistema Penitenciário?

R. Acho que a escola está precisando ser instrumentalizada com equipamentos de melhor qualidade. Precisamos de vídeos, filmes e uma sala de informática mais moderna. Entendo que as pessoas não precisam ficar tão alheias ao que está acontecendo em termos de evolução tecnológica. Veja bem: Nós recebemos na Escola do regime semi-aberto, uma aluna que tinha ficado anos no regime fechado, então ela não sabia o que era um cartão telefônico e a sua utilidade, e, o que é pior! Ela tinha vergonha de perguntar, ficava inibida. Acho, que de alguma forma, escola tem que estar preparada para ajudar nestas pequenas dificuldades.

## 2. Prof<sup>a</sup> Elaine Pereira Araújo

P. Qual o seu nome e formação?

R. Elaine Pereira Araújo. Formação Pedagoga.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim.

P. Que razões te levaram a trabalhar numa Escola no Sistema Carcerário?

R. Foi por acaso... Primeiro quem começou a trabalhar foi meu filho, nos anos 90, mais ou menos. Eu era professora da Rede Pública e também dava reforço escolar em casa, mas um dia eu fui lá, vi o trabalho do meu filho, fiquei encantada! Então depois eu ingressei pelo concurso.

P. Você gosta de trabalhar neste ambiente? Por quê?

R. Eu gosto porque lá realmente as pessoas precisam e valorizam muito a Escola! As alunas têm um respeito muito grande pelos professores e eu me sinto muita bem acolhida, o que não acontece com a grande maioria dos professores aqui fora.

P. Quando você elabora seu planejamento, o que é pensado?

R. Eu não elaboro sozinha. O planejamento é elaborado por uma equipe de Coordenadores da FUNAP. Nós trabalhamos muito com Projeto trabalhando os temas transversais, como, por exemplo: cidadania, saúde, valores como respeito, o estudo como um valor em si, a família...

P. O que é feito no sentido pedagógico em favor de seus alunos (as) visando resgatar: valores, relações sociais, auto-estima e competências profissionais?

R. A gente trabalha em todos os níveis. Primeiro, valorizamos ela, a aluna, a família e a importância da convivência de uma com as outras lá dentro. Nós procuramos valorizar estas alunas muito! Incentivamos a voltar e a ficar na escola, a gente está sempre junto delas dando uma espécie de amparo.

P. O aluno da Escola no Sistema Carcerário sai com alguma qualificação para o mundo do trabalho?

R. Não, competência para o trabalho é muito difícil. Isto a gente não consegue. Nós temos até cursinhos que ensinam como se deve comportar, como participar de uma entrevista de trabalho. Mas a gente luta muito para que tenham cursos profissionalizantes, pois é o que elas precisam, mas não conseguimos ainda não! O que a gente faz é prepará-las para o ECCEJA, CESU e ENEM.

P. Como você trabalha a questão da inclusão de alunos cuja maioria veio de segmentos sociais tão desiguais?

R. Nós trabalhamos muito os conceitos/categorias de Paulo Freire. Valorizando sempre a origem, sua comunidade e a cultura delas. Fazemos com que elas falem de si e das suas famílias. A gente parte sempre delas, é muito do dia a dia dela. A gente trabalha os valores humanos porque geralmente elas têm a auto-estima muito baixa muita caída

P. Qual a preocupação maior desta Escola do Sistema Carcerário, formar o estudante com conhecimentos em Português, Matemática, Geografia, História, etc... Ou formar o cidadão (ã)?

R. É formar mais a cidadã, sem dispensar os conteúdos de português, matemática, História, geografia, etc.. Pois muitas não sabem quem são, desconhecem os direitos básicos que se tem, pois às vezes, lá dentro, elas nem conseguem ver os próprios direitos assim como os da outra; então, a gente tem que tentar dar uma direção.

P. Como é feito e o que procura contemplar o Plano Escolar?

R. É um planejamento flexível. A gente procura contemplar a realidade delas, o que elas precisam, não o que a gente gostaria de trabalhar. Geralmente, nós fazemos o planejamento em Valinhos onde nos reunimos e discutimos o que vamos trabalhar. Dali sai um plano único para as escolas dos presídios. Então cada coordenador traz para sua unidade prisional o planejamento global, que é adaptado à sua própria realidade, para isso temos encontro (às vezes mensais) e, estamos sempre revendo o planejamento anual.

P. Você acha que existem boas Políticas Públicas na área de educação voltadas para o Aluno (a) das Escolas do Sistema Carcerário objetivando ajudá-los a retornar à sociedade?

R. Não. Não existe política pública nenhuma! A gente trabalha com elas lá dentro, mas quando elas saem é muito difícil... Temos na coordenadoria um departamento voltado para ajudar a egressa, mas muito pouco funciona! Pouco se faz! O maior problema é esse! A maioria consegue se reintegrar porque a família, os filhos amparam! Quem fica muito tempo na cadeia, quando sai é um problema! Quem fica dez anos, por exemplo? É complicado. Uma vez uma ex-aluna saiu e ficou parada lá na porta sem saber o que fazer, estava atordoada com medo do barulho dos carros, então eu tive que pegá-la pelo braço para ajudar a atravessar a rua e levá-la ao ponto do ônibus para ela esperar a mãe, pois ela não tinha sentido de direção! A maioria vai fazer marmitta, ser doméstica, porque as empresas não as contratam, sempre esbarra no problema do atestado de antecedentes criminais.

P. Existem cursos de capacitação ou de formação continuada para os professores que trabalham nas Escolas do Sistema Carcerário?

R. Sim existe. Nós temos uma boa formação. E também nos reunimos a cada dois meses em Valinhos para traçarmos metas e discutirmos temas. A gente tem muito apoio da FUNAP onde se discute mensalmente os temas que vamos trabalhar, porque a gente fica um pouco isolada, então para romper com isso a gente está sempre se reunindo.

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola do Sistema Carcerário?

R. A direção do Presídio sempre prioriza o trabalho e a disciplina, a educação é colocada como se fosse um favor e não um direito! Mas não se reconhece como tal. Qualquer motivo é razão para se suspender aula! Por outro lado, a FUNAP é responsável tanto pelos contratos de trabalho como o de educação, o que constitui um paradoxo! Também gostaríamos de termos na FUNAP cursos completos com certificações próprias, não ficarmos só preparando para o ECCEJA e CESU isso é uma luta nossa que já dura dez anos. E também tem a luta educação x trabalho e o trabalho vence sempre.

### **3. Prof<sup>a</sup> Janete Aparecida**

P. Qual o seu nome e formação?

R. Janete. Minha Graduação é em Letras.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim.

P. Que razões te levaram a trabalhar numa Escola no Sistema Carcerário?

R. Quando eu conheci uma Escola dentro do Sistema Penitenciário há dezessete anos atrás tudo me encantou! Principalmente a possibilidade de mudança que é oferecida a esta população.

P. Você gosta de trabalhar neste ambiente? Por quê?

R. Sim. Eu acho que escola é escola em qualquer lugar, independente de onde ela esta inserida. Eu amo muito o trabalho que faço. Educar é o que eu sei fazer.

P. Quando você elabora seu planejamento, o que é pensado?

R. Sempre é pensado como estes alunos ou alunas vão absorver tudo que eles aprenderem. Como eles vão transformar isso para suas vidas, para o futuro. É sempre pensado em conteúdos que tenham sentido e significado na vida efetiva destas pessoas.

P. O que é feito no sentido pedagógico em favor de seus alunos(as) visando: resgatar, valores, relações sociais, auto-estima e competências profissionais?

R. Quando você passa algum conhecimento, alguma informação para estas alunas, a gente pensa muito em valores! Pensa muito numa forma delas resgatarem a própria identidade, e também valores que foram se perdendo do decorrer da formação delas. Então a gente tenta trazê-las de volta à realidade, mostrando que elas estão afastadas, mas fazem parte da sociedade, e que o mundo também foi feito para ela... Que tudo que tem também é para elas.

P. O aluno da Escola no Sistema Carcerário sai com alguma qualificação para o mundo do trabalho?

R. Se nós pensarmos que para esta aluna trabalhar ela precisa de uma certificação regular, Sim! Porque a Escola oferece tanto a possibilidade de concluir o Ensino Fundamental como o Ensino Médio, e agora também a preparação para o ENEM.

P. Como você trabalha a questão da inclusão de alunos cuja maioria veio de segmentos sociais tão desiguais?

R. Deixa eu Pensar... Eu acho que a educação, a **educação** ela tem de ser única, independente, do lugar que está localizada a escola! E também independente do seguimento social... Então ela tem que ser de boa qualidade! É um direito!

P. Qual a preocupação maior desta Escola do Sistema Carcerário: formar o estudante com conhecimentos em Português, Matemática, Geografia, História, etc... Ou formar o cidadão(ã)?

R. Eu acho que as duas coisas têm que caminhar juntas. Não se pode só pensar em só cidadania, assim como não se pode pensar em trabalhar só conteúdo. Então a gente tem que trabalhar as duas situações ao mesmo tempo, a gente não tem que escolher não.

P. Como é feito e o que procura contemplar o Plano Escolar?

R. O Plano tem a preocupação com o currículo, mas ele também tenta contemplar a formação do cidadão.

P. Você acha que existem boas Políticas Públicas na área de educação voltadas para o aluno (a) das Escolas do Sistema Carcerário objetivando ajudá-los a retornar à sociedade?

R. Não! Existem ações isoladas, fatos isolados. No estado de São Paulo eu só conheço a FUNAP. Sei que em outros Estados do Brasil existem algumas políticas até boas. Precisa-se de muito mais. A gente não tem muito para falar. Ou o governo acorda para este débito que ele tem com a população carcerária com relação às questões relacionada a educação, ou vai ter que se construir mais cadeias cada vez mais, porque, são poucos os investimentos.

P. Existem cursos de capacitação ou de formação continuada para os professores que trabalham nas Escolas do Sistema Carcerário?

R. Sim tem, talvez não esteja funcionando a contento, como deveria. Os coordenadores fazem treinamentos fora do Sistema, passam semanas e depois repassam estes treinamentos conhecimentos ao grupo de professores.

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola do Sistema Carcerário?

R. Eu gostaria que o Governo do Estado de São Paulo tivesse uma política mais clara Para educação nas unidades escolares do Sistema Penitenciário. A educação nos Presídios está nas mãos de pessoas que não têm formação. Os educadores que tem formação de educador, quando eles chegam ao Sistema para ministrar suas aulas eles estão subordinados à uma pessoa que não tem nenhuma formação na área. Então a gente fica a mercê do autoritarismo, a mercê da opressão. Isso é um grande problema porque a cadeia é dele, o preso é dele, a disciplina é dele. Acho que o governador do Estado de São Paulo deveria rever este decreto que foi criado, em 1992, que nomeia pessoas leigas para direção das Escolas dos Presídios em Educação, isso tem que ser revisto, pois o Diretor de um Presídio está preocupado é com a disciplina do preso, ele não está preocupado em reabilitar! Então é um confronto de quem pensa em reabilitar com quem pensa em disciplinar... Por outro lado se formos ver as estatísticas, os presos estão mais preocupados em trabalhar do que estudar. E, infelizmente, o trabalho que é oferecido é um trabalho escravo; ele não é profissionalizante, ele não transforma, não oferece uma qualificação! Ele não dá ao preso condições mínimas para que este preso tenha uma vida regular após o cárcere.

A educação é o único bem de transformação que é oferecido, então tem que ter profissionais com qualificação. Quando o governo de São Paulo começar a ver esta situação por esta ótica, ele estará dando o primeiro passo no sentido de transformar e reabilitar. Então quem trabalha em educação nos presídios tem que ter formação em educação.

#### **4. Profº Durvalino Nascimento Pecco<sup>53</sup>**

P. Qual o seu nome e formação?

R. Durvalino Nascimento Pecco. Formação: Bibliotecário.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim.

---

<sup>53</sup> Professor voluntário que trabalha no projeto Leitura há cinco anos.



P. Que razões te levaram a trabalhar numa Escola no Sistema Carcerário?

R. Foram dois motivos: O primeiro foi o desafio. O segundo foi que após uma atuação de vinte anos na área operacional do Sistema Penitenciário eu senti uma necessidade de mudar meu comportamento e mudar também meu olhar em relação às pessoas que estão presas.

P. Você gosta de trabalhar neste ambiente? Por quê?

R. Sim... Muito!

P. Quando você elabora seu planejamento, o que é pensado?

R. Nosso trabalho é diferente do professor da escola formal. Ele Requer muito do lúdico, da experiência individual do mediador de leituras e também muito de práticas culturais. Portanto, o planejamento é simples! Mas eu procuro me reunir com a Diretoria do Setor de Educação da Prisão para planejar, para ver o que ela quer que seja feito. Por exemplo, se vou seguir voluntariosamente ou se minhas atividades vão estar atrelada ao planejamento do governo do estado, no caso, por meio das atividades da FUNAP, e a partir do que for discutido é que eu faço meu planejamento juntamente com meu parceiro de trabalho. E assim, nós temos trabalhado há aproximadamente cinco anos.

P. O que é feito no sentido pedagógico em favor de seus alunos (as) visando resgatar: valores, relações sociais, auto-estima e competências profissionais?

R. A gente trabalha muito com coisas atuais. Procuramos levar pequenos textos, mas textos que conversem com estas pessoas que sejam um diálogo automático. Eu costumo abordar coisas reais, mas que são significativas dentro e após cárcere! Vou dar um exemplo. Eu gosto muito de trabalhar com Graciliano Ramos o livro Vidas Secas. Então eu pego parte de vidas secas e mostro as dificuldades de Fabiano que não aprendeu nada, ele era um bronco, e também não consegue ensinar os filhos, então eu mostro para elas a importância do saber e do saber fazer, eu mostro que se elas aprendem e são agentes multiplicadoras deste saber, que compartilhe isso com os filhos, por exemplo, porque talvez no futuro por conta disso, dessa formação, uma cela a menos seja ocupada no cárcere, isso mostra a importância da iniciativa!

P. O aluno da Escola no Sistema Carcerário, sai com alguma qualificação para o mundo do trabalho?

R. Bom, no meu caso nosso trabalho é extremamente voltado para a área cultural. Mas. Existem empresa e voluntários que encaminham estas pessoas para desenvolverem atividades alternativas que serão úteis após o cárcere, antes que chegue o emprego formal... O emprego regular.

P. Como você trabalha a questão da inclusão de alunos cuja maioria veio de segmentos sociais tão desiguais?

R. Veja: outra vez vou usar Graciliano Ramos. Eu exemplifico a questão do Fabiano que é um personagem forte do ponto de exclusão porque vem numa situação tão desigual né! E encontramos isso muito presente dentro do Sistema Penitenciário, porque há uma formação social e econômica muito diversificada. Daí tem a questão de como unir este grupo sem que haja uma separação, sem que estas desigualdades sejam acentuadas. Então a gente tem que ter muita sensibilidade e observar as particularidades de cada indivíduo, de cada sujeito formando-o e procurando respeitar o seu tempo sua condição, seja ele letrado ou não letrado.

P. Qual a preocupação maior desta Escola do Sistema Carcerário, formar o estudante com conhecimentos em Português, Matemática, Geografia, História, etc... ou formar o cidadão(ã)?

R. O meu trabalho é todo voltado para a formação do cidadão, para a pessoa. Nós respeitamos a carga horária das aulas formais, mas eu sempre penso em atividades com temas onde as pessoas se vejam dentro deles e consiga conversar com estes temas observando o que acontece ao redor dela. Então embutimos questões como a esperança, generosidade, respeito, carinho o amor e a igualdade. Ou seja, trabalhamos com os temas transversais.

P. Como é feito e o que procura contemplar o Plano Escolar?

R. Nosso plano de trabalho objetiva dar esperança àquele homem ou àquele mulher que está no cárcere. Dar condições para que estas pessoas tenham voz, e tentem se manter mais fortes enquanto permanecer ali. Procuramos criar condições para que este período seja mais humanizado e, também estimulamos a questão do intelecto.

P. Você acha que existem boas Políticas Públicas na área de educação voltadas para o aluno (a) das Escolas do Sistema Carcerário objetivando ajudá-los a retornar à sociedade?

R. Eu acredito nas boas intenções!<sup>54</sup> Existem profissionais extremamente capacitados e que se doam sem medir esforços. Então eu acredito na boa intenção destes profissionais. Vejo-me suspeito para falar, uma vez que, eu não estou ligado diretamente a Escola Formal, mas acho que o que existe é o mínimo do mínimo. O tratamento que se dá ainda à questão da educação: as políticas públicas são muito fracas! Acho que muito mais poderia ser feito, é preciso ampliar mais; se quisermos que as pessoas que estão ali adquiram conhecimentos suficientes para se desenvolver, para enfrentar a vida, que não venham a delinquir mais. É necessário darmos mais! O que é feito é pouco! Muito pouco!

P. Existem cursos de capacitação ou de formação continuada para os professores que trabalham nas Escolas do Sistema Carcerário?

R. Para enfrentar este cotidiano tem que haver uma preparação sim. Daí quando a escola formal entra de recesso, nós entramos também. Então neste período eu vou me capacitar, vou me preparar participando de “workshops”, eu vou ler e reler alguns livros, procurar saber de temáticas novas, e, também, reavaliar o meu trabalho observando o que teve êxito e o que não teve, enfim, me organizar para retomar mais preparado.

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola do Sistema Carcerário?

R. É muito importante e interessante a sua pergunta. Depois de vinte anos trabalhados na área operacional em Presídios, eu notei que muitos presos eram selecionados para trabalhar na educação, a partir de uma boa eloquência, de uma experiência de vida, de um desempenho em determinada área, de uma fala ou apenas porque transitava bem entre seus companheiros. Eu nunca acreditei, não acredito que uma pessoa sem a formação correta possa estar preparada para educar e desenvolver a contento as matérias curriculares como português, matemática, história geografia, etc... Eu acredito sim,

---

<sup>54</sup>As ações positivas que emergem do voluntariado surtem efeitos inimagináveis. O projeto leitura ativa tomou uma proporção muito grande se consagrando nos presídios e fora deles obtendo várias premiações. É uma ação que poderia ser acolhida para subsidiar políticas públicas não só para o Estado de São Paulo, mas para os presídios de todo país. Vide detalhes no anexo 4.

naquele professor que tenha uma formação pedagógica adequada, e que venha de fora contratados pela FUNAP, com formação e competência para trabalhar, além dos conteúdos curriculares obrigatórios, e, também, que tenha como preocupação passar em sala de aulas temas atuais e relevantes que vão fazer sentido na vida destas pessoas que estão presas. Por outro lado, tem que haver uma melhor orquestração, uma parceria muita afinada entre a Diretoria do Presídio, educadores e voluntários. A coisa tem que ser harmoniosa. Há de se pensar em se ter a pessoa certa para o lugar certo, a indicação para determinados cargos de pessoas que não tenha experiência e formação na área é prejudicial para questão da recuperação. As pessoas têm que ser preparadas para trabalhar num lugar desses, caso contrário, muitos trabalhos e boas intenções podem se perder!

#### **5. Prof<sup>o</sup> Wagner Paulo da Silva<sup>55</sup>**

P. Qual seu nome e formação?

R. Wagner Paulo da Silva. Bibliotecário

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim.

P. Que razões te levaram a trabalhar numa Escola no Sistema Carcerário?

R. Foi por meio de uma aproximação com um projeto de leituras quando do término do meu curso de bibliotecário como estagiário, onde o campo de observação era uma Penitenciária. Isso acabou despertando um interesse em trabalhar<sup>56</sup> neste ambiente.

P. Você gosta de trabalhar neste ambiente? Por quê?

R. Eu aprendi a gostar, a partir do meu primeiro contato com aquele ambiente. Eu era completamente ignorante sobre a realidade carcerária brasileira, mas eu fui me informando e descobrindo coisas que despertaram o interesse por este assunto.

P. Quando você elabora seu planejamento, o que é pensado?

---

<sup>55</sup>Professor voluntário que trabalha com o projeto Leitura.

<sup>56</sup>O Professor Wagner Já trabalha no projeto Leitura há cinco anos.

R. A idéia principal é aproximar a reeducanda do universo letrado, fazer com que ela perceba que tem direito e que pode ter acesso às informações, fazendo que ela tenha um senso crítico. Ela precisa entender o que ler e para que ler e também é necessário que ela faça uma releitura do mundo.

P. O que é feito no sentido pedagógico em favor de seus alunos (as) visando resgatar: valores, relações sociais, auto-estima e competências profissionais?

R. Todo planejamento da aula ele passa por temas recorrentes que são comuns a este universo. Nós trabalhamos a violência, liberdade, abandono, solidariedade a auto-estima. Então buscamos aplicar o método de Paulo Freire que é trabalhar a realidade das pessoas.

P. O aluno da Escola no Sistema Carcerário sai com alguma qualificação para o mundo do trabalho?

R. Pela experiência que eu tenho, eu vejo que os trabalhos que são desenvolvidos dentro do Sistema, são muito voltados para o trabalho manual. Eu não sinto que estas ações capacitem, qualifique para o trabalho, porque, é tudo muito simples. Eu acho que o letramento é o pontapé inicial.

P. Como você trabalha a questão da inclusão de alunos cuja maioria veio de segmentos sociais tão desiguais?

R. Eu utilizo a leitura como uma formação universal crítica.

P. Qual a preocupação maior desta Escola do Sistema Carcerário: formar o estudante com conhecimentos em Português, Matemática, Geografia, História, etc... Ou formar o cidadão(ã)?

R. Acredito que nenhuma das duas. Acho que A LEP determina a garantia da Educação, e o Estado apenas preenche uma lacuna de ociosidade. É uma educação compensatória! Mas veja bem, obviamente eu estou falando de minha experiência, entende? Mas eu não vejo uma preocupação em se formar o cidadão não!

P. Como é feito e o que procura contemplar o Plano Escolar?

R. Meu trabalho caminha junto com algumas atividades escolares, e caminha muito junto. Por exemplo, o Ensino Fundamental, eu procuro saber o que está ocorrendo no

decorrer das aulas, para que eu possa agregar algum conhecimento a mais, ou seja, formar uma parceria com a educação formal.

P. Você acha que existem boas Políticas Públicas na área de educação voltadas para o aluno (a) das Escolas do Sistema Carcerário objetivando ajudá-los a retornar à sociedade?

R. Existem algumas iniciativas, de cunho público é muito ínfimo, mas eu não vejo, não conheço boas políticas públicas com resultados efetivos não...

P. Existem cursos de capacitação ou de formação continuada para os professores que trabalham nas Escolas do Sistema Carcerário?

R. Eu pessoalmente procuro estar sempre me atualizando, pois acredito nessa necessidade, então eu procuro estar melhorando para atender, exceder as expectativas das pessoas, mas não existe muito isso não...

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola do Sistema Carcerário?

R. Não. Não gostaria de fazer nenhum comentário.

## **6. Ex-aluna Monitora Guadalupe Ledezma<sup>57</sup>**

P. Qual o seu nome e formação?

R. Guadalupe Ledezma. Formação: Ensino Médio Completo.

P. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?

R. Sim.

P. Que razões te levaram a trabalhar numa Escola no Sistema Carcerário?

R. Inicialmente eu trabalhava no Posto Cultural, com artesanato, e daí eu comecei a perceber as dificuldades de algumas pessoas que não sabiam nem ler e nem escrever,

---

<sup>57</sup>Guadalupe, terminou o ensino médio, na escola do sistema penitenciário, trabalhou no cárcere como Professora (monitora), contratada pela FUNAP, durante quatro anos e dez meses, e ainda se encontra reclusa.

e me procuravam para que eu escrevesse cartas para estas pessoas e mandassem aos seus familiares. A Professora Coordenadora da FUNAP (Dona Elaine) começou a observar o meu trabalho. Quando surgiu uma oportunidade na FUNAP para contratação de monitores, ela me incentivou, para que eu participasse da seleção. Participei e passei. Então, fui trabalhar como alfabetizadora, que no sistema tem a denominação de monitora de alfabetização (educadora popular) utilizando método de Paulo Freire.

P. Você gosta de trabalhar neste ambiente? Por quê?

R. Eu gostei muito, muito mesmo! Mas, atualmente, não estou mais neste posto de trabalho. Olha, nenhum salário por maior que fosse poderia pagar o prazer e a alegria que eu sentia. Existia uma troca de informação entre minhas alunas e eu. Sabe, elas me chamavam de professora, mas eu deixava claro que a minha realidade era igual à delas. Então se estabelecia um clima muito gostoso, efetivamente acontecia uma troca, porque elas me traziam assuntos que elas gostariam de aprender, daí eu buscava um suporte na professora coordenadora da FUNAP e assim eu aprendia com esta professora e elas (as alunas) aprendiam comigo. Era uma corrente!

P. Quando você elabora seu planejamento, o que é pensado?

R. Como já disse eu era alfabetizadora, mas o meu trabalho era realizado sob orientação da professora coordenadora (que era pedagoga) que sempre me ouvia, e, junto comigo elaborava o planejamento que era apreciado nas reuniões gerais regionais, que já falei. Depois, este planejamento era posto em prática e o seu desenvolvimento era colocado em permanente acompanhamento desta professora coordenadora. Eu relatava a ela a evolução, ou não das alunas, e a partir daí então, a gente fazia um exercício de avaliar, reavaliar e quando necessário replanejávamos nossas ações.

P. O que é feito no sentido pedagógico em favor de seus alunos (as) visando resgatar: valores, relações sociais, auto-estima e competências profissionais?

R. Como eu trabalhava com alfabetização não sobrava muito tempo para outras atividades não.

P. O aluno da Escola no Sistema Carcerário sai com alguma qualificação para o mundo do trabalho?

R. Na minha opinião sim. Isto porque há um exercício de muita superação. Veja: lá no Sistema nós não temos internet para pesquisar, não temos muitos livros para estudar, mas mesmo assim, as nossas notas nas provas do ENEM são muito boas. Isso significa que tudo que nos é passado é recebido com muito interesse.

P. Como você trabalha a questão da inclusão de alunos cuja maioria veio de segmentos sociais tão desiguais?

R. As minhas alunas eram pessoas mais velhas que não tiveram oportunidades de estudar. Então eu enfatizava o quanto a educação era importante, porque sem educação a inserção social depois seria muito complicada! Olha no Sistema Carcerário há uma forte conscientização disso.

P. Qual a preocupação maior desta Escola do Sistema Penitenciário: formar o estudante com conhecimentos em Português, Matemática, Geografia, História, etc... Ou formar o cidadão(ã)?

R. Ah! É formar a cidadã.

P. Como é feito e o que procura contemplar o Plano Escolar?

R. Olha, eu já recebia da FUNAP o plano pronto. Mas o foco principal além daquele começo era promover a cidadania. O que eu posso dizer é que ele é muito rigoroso, porque ele não fica só na escola, às vezes, para o juiz dar um benefício para uma aluna, ele exigia cópia do planejamento para avaliar o grau de seriedade do mesmo, para então conceder a remição, embora eu sinta que as alunas não vão à escola por causa da remição não, elas vão para melhorar os próprios conhecimentos mesmo.

P. Você acha que existem boas Políticas Públicas na área de educação voltadas para o aluno(a) das Escolas do Sistema Carcerário objetivando ajudá-los a retornar à sociedade?

R. Se tem eu não conheço, pois como ainda me encontro reclusa e não tenho como acompanhar o que está acontecendo lá fora, em termos de políticas públicas, não é possível fazer uma comparação com o que eu vivencio aqui. Então não dá para avaliar, por falta de parâmetros mesmo... O que eu posso adiantar, em função até mesmo do tempo que estou aqui, que não é pouco, é que a escola do Sistema Penitenciário tem melhorado muito!



P. Existem cursos de capacitação ou de formação continuada para os professores que trabalham nas Escolas do Sistema Carcerário?

R. No caso da aluna monitora não tem cursos não! Nós somos agentes multiplicadores. Os professores coordenadores da FUNAP participam das reuniões de coordenação regionais geral e depois nos passam os pontos discutidos nestes encontros e nós repassamos em sala de aula, quer dizer o meu aprendizado era em cima do conhecimento desta professora coordenadora que atuava na minha unidade prisional.

P. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola do Sistema Carcerário?

R. Ah! A existência daquela Escola é muito importante! Mas, falta instrumentalizá-la melhor. Há muitos problemas internos que não podem ser resolvidos em curto prazo, mas eu reafirmo já melhorou muito.

**ANEXOS:****ANEXO N ° 1****Solicitação de autorização junto a FUNAP para realização da pesquisa**

São Paulo, 12 de novembro de 2009

Á

Dra. Lúcia Casali

Diretoria Executiva da FUNAP – Fundação Profº Dr. Manuel Pedro Pimentel

A/C Assessoria de Imprensa

Nesta

Prezada Senhora:

Pela presente venho solicitar de V.Sas. autorização para que a mestranda em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Maria Júlia Silva de Oliveira, minha orientanda possa ser recebida nessa Fundação para realizar uma pesquisa acadêmica sobre a Importância da Escola no Sistema Prisional Feminino.

Informamos, outrossim, que a pesquisa na FUNAP deverá ser documental e com Entrevista com Professores, cujo questionário está em anexo.

Com relação à documentação visa buscar as seguintes informações:

O número de Escolas no Sistema Prisional Feminino sob responsabilidade dessa Fundação;

Número de alunos matriculados de forma geral;

Número de classes e de alunas matriculadas na PFC;

Número de classes e de alunas matriculadas na Penitenciária Feminina do Butantã-PFB;

O índice de aprovação e desistência Global;

O número de profissionais de educação envolvidos em cada unidade prisional;

O Plano Escolar;

Material didático e recursos utilizados nas escolas;

Aspectos relativos à formação continuada dos professores;

Parcerias.

Aguardamos uma confirmação, se possível, por e-mail ou diretamente à interessada que fará pessoalmente a entrega desta correspondência.

Antecipadamente agradeço sua atenção e coloco-me á sua disposição para outras informações.

Atenciosamente

Profº. Dr. Paolo Nosella

**ANEXO Nº 2****Roteiro padrão de apresentação para realização das entrevistas com as ex-alunas egressas e com os professores do Sistema Carcerário.**

Eu estou fazendo uma pesquisa voltada para a educação no Sistema Penitenciário. Então gostaria de saber se você está disposta(o) a me ajudar neste sentido, e também, se autoriza a utilização e a publicação do conteúdo desta entrevista?

### **ANEXO Nº 3**

#### **Roteiro de Entrevistas realizadas com as ex-alunas egressas.**

1. Qual é o seu nome e idade?
2. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?
3. Qual o grau de escolaridade de seus pais?
4. Qual o seu grau de escolaridade antes de você ficar privado de liberdade?
5. O que te motivou a estudar enquanto você esteve no Sistema Carcerário?
6. Qual é a importância da Escola dentro do Sistema Penitenciário?
7. Que contribuições você acha que Escola pode oportunizar ao aluno (a) privado de liberdade?
8. As expectativas que você tinha em relação a Escola elas foram correspondidas?
9. Você achava que a Escola de alguma forma te ajudou na inserção social e profissional?
10. Além da Escola Formal (EJA) quais as outras formas de educação e aprendizado que você vivenciou no Sistema Penitenciário, ou seja, o que te foi proporcionado pela educação não formal?
11. Você acha que a Escola no Sistema Penitenciário está bem estruturada como ela está?
12. Como você vê os Professores?
13. Você considera mais importante frequentar: a Escola formal (EJA) ou os cursos de bordados, costura, “crochet”, pintura, teatro (outros...)? Por favor, comente as diferenças e a importância de cada uma.
14. Você gostaria de acrescentar alguma comentário em relação à Escola no Sistema Penitenciário?

## **ANEXO Nº 4**

### **Roteiro de Entrevistas realizadas com os professores**

1. Qual o seu nome e formação?
2. Você autoriza a utilização e publicação do conteúdo desta entrevista?
3. Que razões te levaram a trabalhar numa Escola no Sistema Carcerário?
4. Você gosta de trabalhar neste ambiente? Por quê?
5. Quando você elabora seu planejamento, o que é pensado?
6. O que é feito no sentido pedagógico em favor de seus alunos(as) visando resgatar, valores, relações sociais, auto-estima e competências profissionais?
7. O aluno da Escola no Sistema Carcerário sai com alguma qualificação para o mundo do trabalho?
8. Como você trabalha a questão da inclusão de alunos cuja maioria veio de segmentos sociais tão desiguais?
9. Qual a preocupação maior desta Escola do Sistema Carcerário, formar o estudante com conhecimentos em Português, Matemática, Geografia, História, etc... ou formar o cidadão(ã)?
10. Como é feito e o que procura contemplar o Plano Escolar?
11. Você acha que existem boas Políticas Públicas na área de educação voltadas para o aluno(a) das Escolas do Sistema Carcerário objetivando ajudá-los a retornar à sociedade?
12. Existem cursos de capacitação ou de formação continuada para os professores que trabalham nas Escolas do Sistema Carcerário?
13. Você gostaria de acrescentar algum comentário em relação à Escola do Sistema Penitenciário?

## ANEXO 5

## TERMO DE CONSENTIMENTO DAS ALUNAS ENTREVISTADAS.

## TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu abaixo assinado, autorizo a utilização das respostas referentes ao questionário (instrumento de coleta de dados) realizada por Maria Júlia Silva de Oliveira, mestranda do curso de Educação da UNINOVE – Universidade Nove de Julho, cujo objetivo único é subsidiar a pesquisa acadêmica intitulada “A Educação no Sistema Carcerário”.

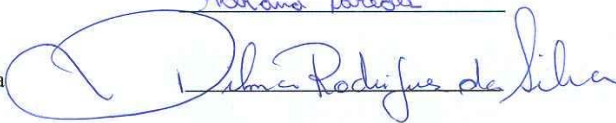
Nome:

Assinatura

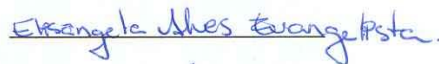
1. Adriana Paredes



2. Dilma Rodrigues da Silva



3. Elisângela Alves Evangelista



4. Guadalupe Ledezma



5. Juliana Mendes de Carvalho



6. Marciana Caciano Damasceno



7. Margarete Alferes de Souza



**ANEXO Nº 6****Exemplos de trabalhos manuais: Educação não-formal****Barras de toalhas de banho**





ANEXO 6 fl.2/3



ANEXO 6 fl.3/3

## **ANEXO N° 7**

### **Características do projeto Leitura e respectivas premiações.**

O Projeto Leitura foi criado em setembro de 2004 por dois alunos do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da FESPSP:

Durvalino Nascimento Peco e Wagner Paulo da Silva, sob orientação da professora Evanda Verri Paulino.

O projeto tem por objetivo o incentivo à leitura mediante ações culturais e a oferta de meios de informação que, em conjunto, proporcionam aos participantes o acesso ao conhecimento, à cultura e à leitura.

Pretende-se despertar e desenvolver o prazer pela leitura e a imersão no universo transformador dos livros, principalmente naquele que exploram os valores humanos e experiências cotidianas reelaboradas esteticamente.

Com ciclos de leitura, encontro com autores e saraus literários desenvolvidos em 6 diferentes penitenciárias paulistanas o projeto segue com seu intuito de levar inclusão, reflexão e cidadania. Deste modo, o gosto pela leitura é despertado a partir do incentivo à reflexão e à discussão sobre o conteúdo dos textos, de forma que os participantes apresentem suas idéias e opiniões, com liberdade para criá-las, recriá-las e transformá-las, associando-as sua própria realidade ou a realidade que almeja.

Em 2008 estas práticas desenvolvidas serviram como base para inscrição Concurso Pontos de Leitura Edição Machado de Assis, no qual o Projeto ficou em 3º lugar, recebendo R\$ 30.000,00 em materiais de escritório e livros que foram doados para a Penitenciária

#### **Premiações:**

Os prêmios recebidos não deixam dúvidas que as metas do projeto estão sendo atingidas:

2010: IX Prêmio Laura Russo contemplou projeto Leiturativa na categoria projeto social. Criado em 1998 pelo Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo (CRB-8), o Prêmio Laura Russo tem o objetivo de divulgar e promover o reconhecimento da profissão de bibliotecário. Em sua 9ª edição e com o tema “Empreendedorismo Social”, o prêmio contemplou projetos que contribuíram com a área da biblioteconomia e à sociedade.

Desde 2009 o projeto conta com o apoio do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, por ter sido selecionado no Programa de Ação Cultural 2009. Este apoio contempla a realização de três rodas de leitura em cada uma das 26 unidades prisionais da Região Metropolitana de São Paulo, atingindo em torno de 800 (oitocentos) participantes.

2008: I Concurso Pontos de Leitura – Edição Machado de Assis. O concurso foi criado pelo Ministério da Cultura, através do Programa Mais Cultura. A partir deste prêmio o Leiturativa faz parte da Rede Biblioteca Viva.

2007: Prêmio Cidadania sem Fronteiras. Criado e concedido pelos Institutos Cidadania Sem Fronteiras e Presbiteriano Mackenzie, o Leiturativa foi agraciado em terceiro lugar na categoria Educação.

**REFERÊNCIAS**

ARNS, Paulo Evaristo D. **Os cárceres, os cristãos e a sociedade.** In: QUEIROZ, José J. (org). **As prisões, os jovens e o povo.** São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p.233-240.

BATISTA, Anísio. **Operário e as prisões.** In QUEIROZ, José J. (org). **As prisões os jovens e o povo.** São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p.189-194.

BASSALOBRE, Janete Netto. **Inclusão escolar de crianças procedentes de segmentos marginais: Estudo de caso em uma unidade municipal situada na região retro portuária de Santos.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Santos. Santos, 2008. 217p.

BETO, Frei. **O cárcere visto por dentro.** In QUEIROZ, José J. (org). **As prisões os jovens e o povo.** São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p.215-226.

BRAUUNSTEIN, HÉLIO Roberto. **Mulher encarcerada: Trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência.** Dissertação (Mestrado em Educação na área temática Estado, Sociedade e Educação)-Faculdade de Educação da Universidade São Paulo-USP. São Paulo, 2007. 149p.

BUFFA, Ester, Miguel G. Arroyo, NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão?** 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. (coleção questões da nossa época; volume 19).

CARO, Sueli Maria Pessagno. **Educação social uma questão de relações.** In: MOURA, Rogério Moura, NETO, João Clemente de Souza, SILVA, Roberto (orgs.) et al. **Pedagogia Social.** São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009, p.149-157.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 36ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (coleção leitura).

\_\_\_\_\_, **Pedagogia do oprimido.** 46ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. (organização e tradução de Roberto Machado), 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_, **Vigiar e punir: Nascimento das prisões**. (tradução de Raquel Ramallete), 37ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GENTILI, Pablo. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais**. In LOMBARDI, José Claudinei, SANFELICE, José Luis, SAVIANI, Demerval (orgs) et tal. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. (coleção educação contemporânea). p. 55.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_, **Educação não-formal e cultura política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_, **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_, **Educação não formal e o Educador social: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. (coleção questões da nossa época).

GRACIANO, Mariângela. **A educação como direito humano: A escola na prisão**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade São Paulo-USP. São Paulo, 2005. 165p.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. (tradução de Carlos Nelson Coutinho). São Paulo: s/d. Licença editorial para o Círculo do Livro por cortesia da Civilização Brasileira S.A.

GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. **Sobre a educação para além do capital**. In ALVES, Giovani (org) et al. **Trabalho e Educação: Contradições do Capitalismo Global**. Maringá, PR: PRAXIS, 2007, p. 133-134.

JARDILINO, José Rubens Lima, NOSELLA, Paolo (orgs) et al. **Os professores não erram**. São Paulo: Terras do Sonhar/ Edições Pulsar, 2005, 216 p. (Coleção educação como práxis e liberdade).

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **As políticas de educação para o sistema penitenciário.** In: ONOFRE Maria Elenice Cammarosano (org). **Educação escolar entre as grades.** São Carlos: EDUFSCAR, 2007, p.29-50.

LEME, José Antonio Gonçalves. **A cela de aula: Tirando a pena com as letras.** In ONOFRE Maria Elenice Cammarosano (org) . **Educação escolar entre as grades.** São Carlos: EDUFSCAR, 2007, p. 110-160.

MICELI, Paulo. **As revoluções burguesas.** 10ª ed. São Paulo: Atual, 1994. (coleção discutindo a história).

MOREIRA, Fábio Aparecido. **A política de educação de jovens e adultos em regime de privação de liberdade no estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade em Educação da Universidade São Paulo-USP. São Paulo, 2007. 81p.

NOSELLA, Paolo. **Qual o compromisso político?: Ensaio sobre a educação brasileira pós-ditadura.** 2ª ed. Revista ampliada. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (coleção estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais).

OLIVEIRA, Agostinho Duarte Pe. **Reflexões sobre o fundamento teológico de um trabalho junto aos cárceres.** In QUEIROZ, José J. (org). **As prisões os jovens e o povo.** São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p.227-232.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. **Educação de adultos presos.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade São Paulo-USP. São Paulo, 2001.

RIOS, Terezinha A. **Ética e competência.** 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2004. (coleção questões da nossa época, vol 16).

\_\_\_\_\_, **Compreender e ensinar: Por uma docência da melhor qualidade.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **Os aspectos sócio-econômicos do problema de criminalidade.** In QUEIROZ, José J. (org) **As prisões, os jovens e o povo.** São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p.119-128.

SILVA, Roberto. **Áreas prioritárias para atuação da pedagogia social no Brasil: Sistema penitenciário.** \_\_\_\_\_, NETO, João Clemente de Souza, MOURA, Rogério (orgs) et al. **Pedagogia Social.** São Paulo: Expressão e Arte, 2009, p.288-309.

UNESCO, Governo Japonês, Ministério da Educação, Ministério da Justiça. **Educando para a liberdade: Trajetória, debates e proposições de um projeto para a educação nas prisões brasileiras.** Brasília: Edições UNESCO, 2006.

#### **MATERIAL CONSULTADO POR MEIO ELETRÔNICO:**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm) – acesso em 2009

LEI DE DIRETRIZES E BASE - LDB:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf> – acesso em 08/09/2010.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL 7210:

<http://portal.mj.gov.br/sal/main.asp?view{BO287B7C-BAOB-45BD-B627-DC67BOAE16A}> - acesso em 08/09/2010.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf-window> - acesso em 08/09/2010.